

CSN MINERAÇÃO S.A.  
CNPJ n.º 08.902.291/0001-15  
NIRE 31.300.025.144

## **EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 2021

1. DATA, HORA E LOCAL: 21 de janeiro de 2021, às 16:00 h, na sede da CSN Mineração S.A. ("Companhia"), localizada na Estrada Casa de Pedra s/n, Zona Rural, na Cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.
2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de setembro de 1976, conforme alterada, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
3. MESA: presidiu a reunião o Sr. Benjamin Steinbruch, que convidou a Sra. Seung Hee Han para secretariar os trabalhos.
4. ORDEM DO DIA: deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem do dia:
  - 4.1 Alteração de matérias deliberadas na assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 15 de outubro de 2020 ("AGE de 15.10.20"), exclusivamente para cumprimento de exigências da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").
  - 4.2 Alteração do artigo 15, §1º e §2º, do estatuto social da Companhia e sua consolidação;
  - 4.3 A aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 2017, 2018 e 2019, reemitidas conforme cópias constantes do Anexo II a esta ata.
  - 4.4 Fixação do número de membros a compor o conselho de administração da Companhia.
  - 4.5 Apreciação de renúncia, eleição e ratificação de composição de membros do conselho de administração da Companhia.
  - 4.6 Autorização à administração da Companhia para assinatura, na qualidade de interveniente anuente, do primeiro aditamento ao acordo de acionistas das Companhia, a ser celebrado entre Companhia Siderúrgica Nacional, Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda., POSCO, China Steel Corporation – Taiwan e a Companhia.
5. DELIBERAÇÕES: com base no entendimento de todos os participantes presentes, as seguintes matérias foram discutidas e aprovadas, por unanimidade de votos dos acionistas da Companhia:
  - 5.1 Alteração das seguintes matérias deliberadas na AGE de 15.10.20, exclusivamente para cumprimento de exigências da CVM e da B3:
    - (i) Alterar a redação do artigo 13, §2º, do estatuto social da Companhia aprovado nos termos do Anexo 1 da AGE de 15.10.20, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§2º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) membro(s) do Conselho de Administração eleito(s) mediante a faculdade prevista no artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador".

- (ii) Alterar a redação do artigo 14, parágrafo único, do estatuto social da Companhia aprovado nos termos do Anexo 1 da AGE de 15.10.20, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Parágrafo único.** Exceto no caso de eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do procedimento de voto múltiplo, no caso de vacância do cargo de Conselheiro titular (após renúncia, destituição, incapacidade, ausência superior a 90 (noventa) dias, ou qualquer outro evento), o suplente deverá ocupar automaticamente o cargo vago. Em caso de renúncia, destituição, incapacidade, ausência superior a 90 (noventa) dias, ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo do respectivo suplente, os substitutos serão nomeados. Caso a renúncia, vacância, ausência ou impedimento temporário seja com membro efetivo que não tenha suplente, o preenchimento do cargo vago dar-se-á na forma do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações. Caso não seja realizada Assembleia Geral nos três meses que se seguirem à renúncia, vacância, ausência ou impedimento temporário, será necessário convocar Assembleia Geral Extraordinária para a eleição do novo conselheiro. Em caso de vacância da maioria dos cargos, será convocada Assembleia Geral para proceder a uma nova eleição."

- (iii) Alterar a redação do artigo 22º, *caput*, do estatuto social da Companhia aprovado nos termos do Anexo 1 da AGE de 15.10.20, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 22º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores além das atribuições legais impostas ao cargo, e aos demais Diretores sem designação específicas as atribuições que forem estabelecidas pelo Conselho de Administração:

(i) representar isoladamente a Companhia perante a CVM, outras entidades de controle e outras instituições não financeiras dos mercados financeiro e de capitais, nacionais e estrangeiras;

(ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e/ou no exterior;

(iii) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(iv) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia."

- (iv) Alterar a redação do artigo 29º do estatuto social da Companhia aprovado nos termos do Anexo 1 da AGE de 15.10.20, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 29º. Do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ("Lucro Líquido Ajustado"):

- (i) o dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas;
- (ii) outros 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado serão destinados da seguinte forma: retenção do valor previsto em orçamento de capital e o saldo, se houver, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos adicionais;
- (iii) o valor do saldo do Lucro Líquido Ajustado, após as destinações previstas em (i) e (ii) acima, deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que (a) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado; e (b) a Reserva de Investimentos não poderá exceder a totalidade do capital social da Companhia;
- e
- (iv) qualquer valor não alocado conforme previsto nos incisos (i) a (iii) deste Artigo 29º, ou conforme previsto nos artigos 195, 195-A, e 197 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais."
- (v) Alterar a redação do título do Capítulo XI do estatuto social da Companhia aprovado nos termos do Anexo 1 da AGE de 15.10.20, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Capítulo XI*

*Dissolução e Liquidação".*

- 5.2 Alterar a redação do artigo '15º, §1º e §2º, do estatuto social da Companhia aprovado nos termos do Anexo 1 da AGE de 15.10.20, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**§1.** *As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício e deverão observar as condições previstas em Acordo de Acionistas, inclusive no que se refere à sua convocação. Considera-se presente à reunião o Conselheiro que (i) estiver, na ocasião, representado por seu substituto ou por outro Conselheiro na forma prevista no Artigo 14º deste Estatuto Social; (ii) estiver participando da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita assegurar a autenticidade do voto ou opinião do Conselheiro, desde que (a) uma cópia da ata da reunião seja assinada e devolvida via e-mail por todos os Conselheiros (ou por quantos bastarem para aprovação das matérias deliberadas) ao Presidente do Conselho de Administração no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da reunião; e (b) a ata da referida reunião seja lavrada no livro societário da Companhia e assinada por todos os Conselheiros (ou por quantos bastarem para aprovação das matérias deliberadas) assim que possível.*

**§2.** *Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no §1º acima, mediante o envio de convocação por escrito com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência (ou período menor consentido por todos os Conselheiros), por correio, correio eletrônico ou outro meio de comunicação com comprovante de recebimento, contendo a ordem do dia (incluindo uma descrição das matérias, valores e obrigações envolvidos), horário e local da reunião. Não obstante o disposto acima, em caso de emergência, a convocação poderá ser entregue a cada membro do Conselho de Administração, na forma ora prevista, com não menos do que 5 (cinco) dias úteis de antecedência e com a identificação de "urgente".*

5.2.1 Consolidar o estatuto social da Companhia, para refletir as deliberações acima, nos termos do Anexo I a esta ata.

5.3 A aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 2017, 2018 e 2019, reemitidas conforme cópias constantes do Anexo II a esta ata.

5.4 Fixar o número de membros efetivos a compor o conselho de administração da Companhia em 7 (sete) para o mandato unificado até 15 de outubro de 2022.

5.5 Consignar a renúncia, em 30 de novembro de 2020, do Sr. Pedro Gutemberg Quariguasi Netto, e em 21 de janeiro de 2020, do Sr. David Moise Salama e do Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez ao cargo de membro de conselho de administração da Companhia.

5.5.1. Eleger os seguintes membros efetivos do conselho de administração da Companhia, com mandatos unificados até 15 de outubro de 2022:

(i) Yoshiaki Nakano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.157.491-3, expedido por SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 049.414.548-04, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, para o cargo de conselheiro independente;

(ii) Helena Olimpia de Almeida Brennand Guerra, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 54.630.683-4, expedido por SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 932.023.424-87, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, para o cargo membro efetivo;

(iii) Victoria Steinbruch, brasileira, solteira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 29.767.000, expedido por SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 228.138.758-56, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, para o cargo membro efetivo; e

(iv) Marcelo Cunha Ribeiro, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 52.229.733-X, expedido por SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 829.510.041-68, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, para o cargo membro efetivo.

5.5.2 Ratificar a composição do conselho de administração da Companhia até o término do mandato unificado em 15 de outubro de 2022:

(i) Benjamin Steinbruch, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.627.815-4, expedido por SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 618.266.778-87, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, como membro efetivo;

(ii) Helena Olimpia de Almeida Brennand Guerra, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 54.630.683-4, expedido por SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 932.023.424-87, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, como membro efetivo;

- (iii) Victoria Steinbruch, brasileira, solteira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 29.767.000, expedido por SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 228.138.758-56, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, como membro efetivo;
- (iv) Marcelo Cunha Ribeiro, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 52.229.733-X, expedido por SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 829.510.041-68, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, como membro efetivo;
- (v) Yoshiaki Nakano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.157.491-3, expedido por SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 049.414.548-04, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar, como membro efetivo e independente;
- (vi) Miguel Ethel Sobrinho, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º 3.554.581-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 332.816.028-00, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 20º andar como membro efetivo e independente; e
- (vii) Hiroshi Akiba, japonês, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE n.º F286691V, expedido por DIREX/PF, inscrito no CPF sob o n.º 106.536.971-98, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 37, 19º andar, como membro efetivo.

Como membro suplente do conselho de administração:

- (i) Makoto Oishi, japonês, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RNI n.º G240473-D, expedido por DIREX/PF, inscrito no CPF sob o n.º 600.719.770-07, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 37, 19º andar, como suplente do Sr. Hiroshi Akiba.

5.6 Autorização à administração da Companhia para assinatura, na qualidade de interveniente anuente, do primeiro aditamento ao acordo de acionistas das Companhia, a ser celebrado entre Companhia Siderúrgica Nacional, Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda., POSCO, China Steel Corporation – Taiwan e a Companhia ("Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas").

## 6. DEFINIÇÕES:

6.1 os acionistas concordam que o aditamento e a consolidação do estatuto social da Companhia aprovadas no item 5.1 acima deverão (i) entrar em vigor somente a partir do anúncio de início da primeira oferta pública de ações da Companhia, exceto pelo disposto no Artigo 13º, caput e parágrafo 1º, Artigo 18º, caput e parágrafos 1º e 2º, e Artigo 22º do estatuto social conforme Anexo I a esta ata, os quais estão em vigor desde 15 de outubro de 2020; e (ii) ser revertidas para as disposições em vigor imediatamente antes das deliberações de 15 de outubro de 2020 sob o item 5.9 da ata de assembleia geral extraordinária de acionistas ocorrida na referida data caso a Companhia desista da Oferta ou caso a Oferta não seja concluída com base nas demonstrações financeiras da Companhia aprovadas nos termos do item 5.2 acima.

- 6.2 até que o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas seja assinado pelos acionistas e pela Companhia, os acionistas reiteram as disposições do Acordo de Acionistas assinado em 30 de novembro de 2015 entre Companhia Siderúrgica Nacional, Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda., POSCO, China Steel Corporation – Taiwan e, como parte interveniente, a Companhia, e, em caso de conflito entre o Estatuto Social constante do Anexo I deste documento e o Acordo de Acionistas, prevalecerão entre as partes as disposições do Acordo de Acionistas.
7. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Sr. Benjamin Steinbruch – Presidente, e Sra. Seung Hee Han - Secretária. Acionistas: Companhia Siderúrgica Nacional, representado por Sr. Marcelo Cunha Ribeiro; Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda., representado por Sr. Makoto Oishi; POSCO, representado por Sra. Natalia Cibele Correia da Silva; e China Steel Corporation, representada por Sra. Natalia Cibele Correia da Silva.

Certifico que esta ata é cópia fiel da original lavrada no livro de registro de Assembleias Gerais arquivado na sede da Companhia.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021.

---

Seung Hee Han  
Secretária

ANEXO I

À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
DATADA DE 21 DE JANEIRO DE 2021

ESTATUTO SOCIAL

## **CSN MINERAÇÃO S.A.**

CNPJ/MF 08.902.291/0001-15  
NIRE 31300025144

### **ESTATUTO SOCIAL**

#### **Capítulo I**

#### **DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** CSN Mineração S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida por este Estatuto Social e pelas leis aplicáveis.

§1. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da B3 S.A. – Bolsa, Brasil e Balcão ("B3"), sujeitar-se-ão a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 ("Regulamento do Nível 2").

§2. As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

**Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de atividades de mineração de minério de ferro, em todo o território nacional e no exterior, compreendendo o desenvolvimento de jazidas minerais, pesquisa, extração, comercialização de minério de ferro e subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, logística, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minério de ferro, bem como a exploração de quaisquer outras atividades direta ou indiretamente correlatas e afins; (ii) a exploração de infraestrutura de transporte portuária; (iii) a geração de energia destinada primordialmente para as atividades de mineração de minério de ferro da Companhia; e (iv) a participação em outras sociedades ou empreendimentos como sócia, acionista, consorciada, ou de outra forma, desde que tais sociedades tenham objeto social compatível com o da Companhia.

**Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais, na Estrada Casa de Pedra s/n, Zona Rural, podendo, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, instalar ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

#### **Capítulo II**

#### **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$6.103.872.721,36 (seis bilhões, cento e três milhões, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), dividido em 5.430.057.060 (cinco bilhões, quatrocentos e

trinta milhões, cinquenta e sete mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1. A Companhia poderá emitir novas ações ordinárias e/ou uma ou mais classes de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção com as demais espécies e classes de ações, observado o limite máximo de ações preferenciais legalmente permitido, conforme estabelecido na legislação aplicável.

§2. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§3. Enquanto a Companhia permanecer sujeita às disposições do Regulamento do Nível 2, cada ação preferencial de sua emissão conferirá ao seu titular o direito a voto restrito nas deliberações da Assembleia Geral, exclusivamente nas seguintes matérias:

- (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;
- (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 10º, inciso (ii) deste Estatuto Social; e
- (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

§4. Sem prejuízo do disposto no §3 acima, as ações preferenciais, quando emitidas, conferirão aos seus titulares as seguintes preferências e vantagens de que trata o artigo 17 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"):

- (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia;
- (ii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da Companhia, nos termos do Capítulo VIII deste Estatuto Social, de forma que lhes assegure tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante; e
- (iii) dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

§5. As ações de emissão da Companhia serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e poderão ser representadas por certificados de depósito de ações emitidos por instituição financeira prestadora de serviços de escrituração ("Units"), observado o disposto no Artigo 40º deste Estatuto Social.

§6. Os custos de transferência das ações escriturais ou das Units poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

§7. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso será calculado com base no valor de patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 6º.** O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, no valor de até R\$1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço, condições e prazo de subscrição e integralização para cada emissão.

§1. O capital autorizado poderá ser alcançado mediante uma ou mais emissões de ações, a critério do Conselho de Administração.

§2. Dentro do limite do capital autorizado previsto no *caput* deste Artigo 6º, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão pública ou privada de ações ordinárias e/ou preferenciais, (inclusive sob a forma de Units), bônus de subscrição ou de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, com exclusão ou redução do prazo para exercício do direito de preferência, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do Artigo 17º inciso (v) deste Estatuto Social.

§3. O Conselho de Administração da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado por Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados.

§4. É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

§5. Ressalvado o disposto no §2 acima, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações, bônus de subscrição ou debentures conversíveis em ações, na proporção do número de ações de que forem titulares, na forma do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

**Artigo 7º.** Os acionistas da Companhia poderão, a qualquer tempo, converter ações ordinárias em ações preferenciais de emissão da Companhia, nos termos, prazos e condições a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, observada a proporção de 1 (uma) ação ordinária para 1(uma) ação preferencial de emissão da Companhia, não podendo ser ultrapassado o limite legal máximo de ações preferenciais.

**Parágrafo único.** Os pedidos de conversão deverão ser apresentados pelos acionistas interessados conforme procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração. Os pedidos de conversão cuja consecução importe na violação da relação legal entre ações ordinárias e preferenciais serão atendidos até o limite legal permitido e observada a ordem cronológica em que forem recebidos.

**Artigo 8º.** O acionista que não fizer o pagamento correspondente às ações subscritas nos termos e condições previstos no respectivo boletim de subscrição ou chamada de capital ficará automaticamente constituído em mora, na forma do artigo 106, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se a (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia de descumprimento da obrigação de pagamento, com correção monetária do referido valor no intervalo mais frequente permitido por lei; e (ii) multa de 10% (dez por cento) do valor em atraso.

### **Capítulo III** **ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a lei o exigirem.

**§1.** Sem prejuízo do disposto no artigo 123, § único da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**§2.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou impedimento, por qualquer membro do Conselho de Administração, Diretor ou acionista indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, no caso de o Presidente do Conselho de Administração deixar de indicar o presidente da mesa, por qualquer membro do Conselho de Administração ou, na ausência ou impedimento dos membros do Conselho de Administração, dentre os acionistas presentes, em qualquer caso indicado por acionistas que representem pelo menos a maioria do capital social votante presentes na Assembleia Geral. O secretário da Assembleia Geral, acionista ou não, será indicado pelo presidente da mesa.

**§3.** Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência: (i) documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Geral; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

**§4.** Antes de se instalar a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade, residência e a quantidade de ações de que forem titulares. O “Livro de Presença de Acionistas” será encerrado pelo presidente da mesa, logo após a instalação da Assembleia

Geral, e os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento do “Livro de Presença de Acionistas” poderão participar da Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social, nem tampouco terão suas ações consideradas para fins de determinação de quórum de instalação ou deliberação.

**Artigo 10º.** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

- (i) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários na CVM e a saída da Companhia do Nível 2, quando tais atos forem de iniciativa da Companhia; e
- (ii) deliberar sobre a escolha do Avaliador (conforme definido abaixo), que realizará a apuração do valor econômico da Companhia mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM ("Valor Econômico"), a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, nos termos do Artigo 17º, inciso (xx) deste Estatuto Social.

§1. O quórum aplicável para aprovação da deliberação descrita no *caput* deste Artigo 10º, inciso (ii) deverá corresponder à maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação, não se computando os votos em branco, as abstenções ou votos de outra forma nulos, tais como votos proferidos em violação a Acordo de Acionistas, cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto.

§2. Para fins deste Capítulo III, entende-se por ações em circulação todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia, e aquelas mantidas em tesouraria.

§3. Exceto se maior quórum for estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações, por este Estatuto Social, ou pelo Regulamento do Nível 2, as deliberações tomadas em Assembleia Geral exigirão o voto favorável de acionistas representantes da maioria dos votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral. Em qualquer caso, os votos em branco, abstenções ou votos de outra forma nulos, tais como votos proferidos em violação a Acordo de Acionistas, não serão computados.

## **Capítulo IV ADMINISTRAÇÃO**

### Seção I **Disposições Gerais**

**Artigo 11º.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**§1.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse nos respectivos Livros de Atas dos órgãos para os quais forem eleitos, permanecendo em seus cargos até o que ocorrer primeiro entre (i) o término do seu mandato (sendo certo que o conselheiro ou diretor permanecerá em seu cargo até que o conselheiro ou diretor eleito em seguida tome posse); (ii) sua destituição pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, na forma estabelecida neste Estatuto Social; ou (iii) seu falecimento, incapacidade, aposentadoria, ausência superior a 90 (noventa) dias ou renúncia.

**§2.** O termo de posse deverá contemplar sujeição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria à cláusula compromissória referida no Capítulo X deste Estatuto Social, bem como sua declaração de que (i) não está impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no artigo 147, §1º da Lei das Sociedades por Ações; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo artigo 147 § 3º da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) não ocupa cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, ou representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos do artigo 147, § 3º, incisos I e II da Lei das Sociedades por Ações.

**§3.** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**§4.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Superintendente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e em relação às quais deverão ser tomadas as providências para o preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2. Excepcionalmente e para fins de transição, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Superintendente ou principal executivo da Companhia poderão ser acumulados pela mesma pessoa, pelo prazo máximo de 3 (três) anos contados a partir da data do início de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no Nível 2 de Governança Corporativa.

**Artigo 12º.** A remuneração anual da administração da Companhia será fixada pela Assembleia Geral, em valor global ou individual, a critério da Assembleia Geral.

**Parágrafo único.** Nos casos em que a remuneração for fixada em valor global, o Presidente do Conselho de Administração será responsável pela alocação da remuneração entre os seus membros e os membros da Diretoria.

## Seção II

### **Conselho de Administração**

**Artigo 13º.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos e um número de suplentes que não excederá o número de membros efetivos, residentes ou não no Brasil, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral para um mandato

unificado de 2 (dois) anos. Cada membro do Conselho de Administração terá um voto nas reuniões do Conselho de Administração e poderá exercer o cargo por um número ilimitado de mandatos consecutivos.

**§1.** Na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a eleição de seus membros, o Conselho de Administração elegerá, por maioria de votos, entre seus membros, o Presidente do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração votará por último nas reuniões do Conselho de Administração e terá, além do próprio voto, o voto de desempate.

**§2.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) membro(s) do Conselho de Administração eleito(s) mediante a faculdade prevista no artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

**§3.** Quando, em decorrência da observância do percentual referido no §2 acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2.

**Artigo 14º.** Qualquer membro do Conselho de Administração poderá efetuar indicação específica e por escrito de outro membro do Conselho de Administração para substituí-lo em caso de ausência a uma reunião de Conselho de Administração.

**Parágrafo único.** Exceto no caso de eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do procedimento de voto múltiplo, no caso de vacância do cargo de Conselheiro titular (após renúncia, destituição, incapacidade, ausência superior a 90 (noventa) dias, ou qualquer outro evento), o suplente deverá ocupar automaticamente o cargo vago. Em caso de renúncia, destituição, incapacidade, ausência superior a 90 (noventa) dias, ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo do respectivo suplente, os substitutos serão nomeados. Caso a renúncia, vacância, ausência ou impedimento temporário seja de membro efetivo que não tenha suplente, o preenchimento do cargo vago dar-se-á na forma do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações. Caso não seja realizada Assembleia Geral nos três meses que se seguirem à renúncia, vacância, ausência ou impedimento temporário, será necessário convocar Assembleia Geral Extraordinária para a eleição do novo conselheiro. Em caso de vacância da maioria dos cargos, será convocada Assembleia Geral para proceder a uma nova eleição.

**Artigo 15º.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada 3 (três) meses, nos horários e locais a serem informados por seu Presidente no primeiro mês de cada exercício social. Um edital de convocação razoavelmente detalhado (contendo a descrição das matérias, valores e obrigações envolvidas) deverá ser enviado pelo Presidente do Conselho de Administração a cada Conselheiro com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência de cada reunião, contendo o material de suporte e a documentação relacionada aos itens da ordem do dia nos idiomas português e inglês..

**§1.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício e deverão observar as condições previstas em Acordo de Acionistas, inclusive

no que se refere à sua convocação. Considera-se presente à reunião o Conselheiro que (i) estiver, na ocasião, representado por seu substituto ou por outro Conselheiro na forma prevista no Artigo 14º deste Estatuto Social; (ii) estiver participando da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita assegurar a autenticidade do voto ou opinião do Conselheiro, desde que (a) uma cópia da ata da reunião seja assinada e devolvida via e-mail por todos os Conselheiros (ou por quantos bastarem para aprovação das matérias deliberadas) ao Presidente do Conselho de Administração no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da reunião; e (b) a ata da referida reunião seja lavrada no livro societário da Companhia e assinada por todos os Conselheiros (ou por quantos bastarem para aprovação das matérias deliberadas) assim que possível.

**§2.** Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no §1 acima, mediante o envio de convocação por escrito com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência (ou período menor consentido por todos os Conselheiros), por correio, correio eletrônico ou outro meio de comunicação com comprovante de recebimento, contendo a ordem do dia (incluindo uma descrição das matérias, valores e obrigações envolvidos), horário e local da reunião. Não obstante o disposto acima, em caso de emergência, a convocação poderá ser entregue a cada membro do Conselho de Administração, na forma ora prevista, com não menos do que 5 (cinco) dias úteis de antecedência e com a identificação de “urgente”.

**§3.** As reuniões serão conduzidas em inglês ou português e, se assim solicitado por qualquer membro, com tradução simultânea para o inglês.

**§4.** Exceto quando quorum superior for exigido pela Lei das Sociedades por Ações, as deliberações em reuniões do Conselho de Administração serão aprovadas pelo voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes à reunião. Em qualquer caso, os votos em branco ou votos de outra forma nulos, tais como votos proferidos em violação a Acordo de Acionistas, e as abstenções não serão computados. Nenhuma deliberação do Conselho de Administração poderá ser aprovada ou discutida com relação a qualquer matéria não incluída na ordem do dia, exceto se todos os conselheiros estiverem presentes e de acordo com tal deliberação.

**Artigo 16º.** O Conselho de Administração poderá criar comitês estratégicos e consultivos, permanentes ou não, para analisar e opinar sobre questões conforme solicitado pelo Conselho de Administração. Os membros dos referidos comitês deverão ter conhecimento específico relacionado ao objetivo do comitê, serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração e poderão ou não pertencer ao Conselho de Administração. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês eventualmente criados.

**§1.** O início do prazo de gestão dos membros dos comitês se dará a partir da aceitação de sua nomeação, e o término coincidirá sempre com o término do prazo de gestão unificado dos membros do Conselho de Administração, permitida a recondução.

**§2.** Os comitês instituídos no âmbito da Companhia não terão funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres e propostas serão encaminhados ao Conselho de Administração para deliberação.

§3. Exceto se requerido pela legislação ou regulamentação aplicável, os pareceres dos comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração.

§4. O Presidente do Conselho de Administração poderá, sempre que entender necessário, atuar como membro permanente dos comitês a serem criados ou participar de reuniões de quaisquer desses comitês.

**Artigo 17º.** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, respeitados os termos em Acordo de Acionistas, a realização dos seguintes atos e a conclusão das seguintes operações pela Companhia será condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para esse fim:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
- (ii) aprovar o plano de negócios e orçamento anual da Companhia, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, projetos de expansão e programas de investimento, e acompanhar a sua execução e desempenho;
- (iii) deliberar sobre aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de ações ordinárias ou preferenciais (inclusive sob a forma de Units);
- (iv) autorizar a negociação, pela Companhia, com ações de sua própria emissão (inclusive sob a forma de Units), para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (v) fixar os termos e demais condições de colocação de bônus de subscrição, debêntures, inclusive conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, bem como excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nos casos previstos no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de "*commercial papers*", "*bonds*", "*notes*" e demais títulos e valores mobiliários destinados à captação de recursos mediante a distribuição, primária ou secundária, em mercado de capitais doméstico ou internacional;
- (vii) fixar alçadas da Diretoria para a prática dos seguintes atos, independentemente de autorização do Conselho de Administração:
  - (a) aquisição, alienação e oneração de qualquer bem do ativo permanente;
  - (b) celebração de quaisquer negócios jurídicos pela Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos, inclusive com sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente;

- (c) constituição de qualquer espécie de garantia ou a oneração de qualquer bem que não integre o ativo permanente da Companhia, inclusive em benefício ou em favor de terceiros, desde que tais terceiros sejam pessoas jurídicas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia;
  - (d) celebração de contratos e assunção de obrigações pela Companhia; e
  - (e) realização de investimentos e/ou desinvestimentos.
- (viii) deliberar a respeito de operação ou ato que implique transferência de recursos da Companhia para terceiros, inclusive associações de empregados, entidades assistenciais recreativas, fundos de previdência privada, fundações e pessoas jurídicas de direito público;
  - (ix) deliberar a respeito de atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação ou extinção de sociedades nas quais a Companhia possua participação societária;
  - (x) decidir a respeito da constituição de empresas controladas pela Companhia, bem como sobre a aprovação da aquisição de participações acionárias;
  - (xi) estabelecer políticas para utilização de incentivos fiscais;
  - (xii) tomar qualquer decisão relevante envolvendo (a) os direitos minerários, existentes ou futuros, de titularidade da Companhia (incluindo a cessão de tais direitos); (b) as plantas de peletização; e (c) quaisquer imóveis relevantes da Companhia;
  - (xiii) autorizar a celebração de quaisquer aditamentos relevantes aos contratos relevantes que envolvam a MRS Logística S.A. ou o TECAR;
  - (xiv) aprovar acordos visando encerrar qualquer controvérsia ou ação judicial relevante da qual a Companhia e/ou as sociedades controladas pela Companhia sejam parte e que envolvam valores superiores a USD50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos);
  - (xv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia ("OPA"), por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da respectiva OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação a liquidez das ações de sua titularidade; (b) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

- (xvi) eleição e destituição dos Diretores da Companhia e fixação de suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (xvii) avaliar e deliberar previamente acerca da criação e alteração das competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia;
- (xviii) criação, determinação de orçamento, fixação de remuneração, determinação das atribuições e aprovação das regras operacionais para o funcionamento de comitês de assessoramento, se e quando instaurados;
- (xix) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar e estabelecer as regras e condições de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- (xx) definir lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, que deverão possuir experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do(s) acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos estabelecidos nos termos do artigo 8º, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e responder pelos danos que causem por culpa ou dolo na avaliação da Companhia, conforme previsto no §6º desse mesmo artigo ("Avaliador"), para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia que apurará o Valor Econômico da Companhia nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia emissora de valores mobiliários na CVM ou para saída do Nível 2, nos termos do Capítulo IX deste Estatuto Social;
- (xxi) fixar as regras e procedimentos para (i) conversão de ações nos termos do Artigo 7º deste Estatuto Social, e (ii) criação, emissão e cancelamento de Units nos termos do Artigo 40º e seguintes deste Estatuto Social, e aprovar a contratação de instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações (inclusive sob a forma de Units);
- (xxii) resolver sobre a abertura, manutenção, encerramento e transferência de filiais, sucursais, agências, escritórios, depósitos, dependências, representações e/ou outros estabelecimentos da Companhia, em qualquer parte do território nacional ou no exterior;
- (xxiii) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;
- (xxiv) adicionalmente às hipóteses previstas no §1 do Artigo 23º deste Estatuto Social, autorizar, quando considerar necessária, a representação da Companhia por um único membro da Diretoria ou por um procurador;
- (xxv) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e/ou suas controladas;
- (xxvi) aprovar o ingresso da Companhia em novas linhas de negócio que não sejam aqueles negócios atualmente conduzidos pela Companhia e por quaisquer de suas subsidiárias;

- (xxvii) deliberar sobre a indicação das pessoas que devam integrar órgãos da administração e conselhos consultivos e fiscais das sociedades e entidades em que a Companhia tenha participação, inclusive indireta;
- (xxviii) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização do capital social das suas subsidiárias e controladas, exceto se de outra forma previsto em lei;
- (xxix) decidir o teor do voto a ser proferido pela Companhia em assembleias gerais ordinárias e/ou extraordinárias, reuniões prévias de acionistas ou quotistas, reuniões de sócios, e/ou em qualquer outra reunião de sociedades das quais a Companhia venha a ser titular de participação societária;
- (xxx) deliberar sobre quaisquer formas de associação da Companhia, incluindo a formação e/ou alteração de consórcios, acordos de acionistas e *joint-ventures*;
- (xxxi) escolher e destituir auditores independentes;
- (xxxii) fixar a política de endividamento da Companhia;
- (xxxiii) aprovar o licenciamento de marcas de propriedade da Companhia;
- (xxxiv) aprovar operações envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias com qualquer dos acionistas, conselheiros, diretores e/ou executivos da Companhia ou de suas subsidiárias, seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, ou afiliadas, observado o disposto no Artigo 5º, §3, inciso (ii) deste Estatuto Social;
- (xxxv) nomear e destituir o responsável pela auditoria interna, legalmente habilitado, e que ficará vinculado à presidência do Conselho de Administração, bem como estabelecer as diretrizes para elaboração do plano de auditoria interna e homologá-lo;
- (xxxvi) resolver os casos omissos e exercer outras atribuições legais que não conflitem com aquelas definidas por este Estatuto Social ou pela lei ou por Acordo de Acionistas; e
- (xxxvii) deliberar sobre quaisquer matérias cujos limites ultrapassem a alçada estabelecida para a Diretoria nos termos do inciso (vii) acima.

**Parágrafo Único.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- (i) escolher o secretário do Conselho de Administração;
- (ii) coordenar as atividades dos demais membros do Conselho de Administração, atribuindo responsabilidades e prazos; e
- (iii) participar das reuniões de qualquer comitê.

Seção III  
**Diretoria**

**Artigo 18º.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, todos residentes no Brasil, elegíveis ao cargo de acordo com a lei aplicável e com conhecimento específico em sua área, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Financeiro, e um Diretor de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos, e os demais com a designação a eles conferidas pelo Conselho de Administração, cada um com a área de atuação determinada pelo Conselho de Administração.

§1. O prazo do mandato unificado dos Diretores é de 2 (dois) anos, permitida a sua reeleição para um número ilimitado de mandatos, e se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

§2. Nos casos de vacância de cargo de Diretor (resultante de renúncia, destituição, impedimento ou qualquer outro evento), os membros do Conselho de Administração deverão escolher o substituto. O Presidente do Conselho de Administração deverá indicar um Diretor para assumir interinamente o cargo de Diretor Superintendente em caso de vacância do cargo, o qual permanecerá no cargo até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração.

**Artigo 19º.** Os Diretores serão responsáveis por conduzir as atividades de administração e operação dos negócios sociais, e deverão exercer os poderes conferidos a eles pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e por este Estatuto Social para desempenhar os atos exigidos para a regular operação da Companhia.

**Artigo 20º.** Compete ao Diretor Superintendente:

- (i) presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe para tanto coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- (iii) organizar, coordenar e supervisionar as atividades das áreas que lhe estiverem diretamente subordinadas;
- (iv) atribuir a qualquer dos Diretores, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhe couberem ordinariamente, *ad referendum* do Conselho de Administração; e
- (v) manter o Conselho de Administração informado das atividades da Companhia.

**Artigo 21º.** Compete ao Diretor Financeiro:

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;

- (ii) gerir as finanças da Companhia;
- (iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;
- (iv) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e
- (v) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

**Artigo 22º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores além das atribuições legais impostas ao cargo, e aos demais Diretores sem designação específicas as atribuições que forem estabelecidas pelo Conselho de Administração:

- (i) representar isoladamente a Companhia perante a CVM, outras entidades de controle e outras instituições não financeiras dos mercados financeiro e de capitais, nacionais e estrangeiras;
- (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e/ou no exterior;
- (iii) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e
- (iv) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

**Artigo 23º.** Observadas as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados (i) por 2 (dois) Diretores agindo em conjunto; (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador constituído na forma do §2º abaixo; ou, ainda, (iii) por 2 (dois) procuradores, com poderes especiais, observado o disposto no §2º abaixo.

**§1.** A Companhia poderá ser representada isoladamente por (i) 1 (um) Diretor nas seguintes hipóteses: (a) perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas, incluindo a Junta Comercial, Justiça do Trabalho, INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e os bancos correspondentes de recolhimento; (b) perante pessoas de direito público desde que não resulte em responsabilidade ou obrigação perante terceiros por parte da Companhia; (c) assinatura de instrumentos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia ou para defender direitos da Companhia em processos administrativos de qualquer natureza, bem como para o cumprimento de qualquer obrigação de

natureza tributária, trabalhista ou previdenciária; (d) endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia; (e) representação da Companhia em assembleias gerais de acionistas, reuniões de sócios ou reuniões equivalentes de outras sociedades, consórcios ou entidades em que a Companhia participe; (f) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Superintendente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente intimada, sem poder de confessar; (g) assinatura de correspondências e atos de simples rotina; e (h) quando autorizado pelo Conselho de Administração nos termos do Artigo 17º, inciso (xxiv) deste Estatuto Social; e (ii) por 1 (um) procurador, quando autorizado pelo Conselho de Administração nos termos do Artigo 17º, inciso (xxiv) deste Estatuto Social.

§2. A Companhia poderá, por 2 (dois) de seus Diretores, ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador designado pelo Conselho de Administração e constituído nos termos deste §2 com poderes específicos para tanto, constituir mandatários, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *ad judicium*, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado.

**Artigo 24º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Superintendente ou por quaisquer dois Diretores, e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação de pelo menos a maioria dos membros eleitos. Em caso de empate, a matéria a ser deliberada deverá ser submetida ao Conselho de Administração.

§1. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita assegurar a autenticidade do voto ou opinião do respectivo Diretor. A participação pelos meios ora mencionados deverá ser considerada como presença física na respectiva reunião.

§2. Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores que estiverem presentes, ou por quantos bastarem para a aprovação das deliberações tomadas, sendo certo que as cópias das atas serão disponibilizadas aos Diretores mediante solicitação.

**Artigo 25º.** É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

## **Capítulo V**

### **CONSELHO FISCAL**

**Artigo 26º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral, que deverá fixar sua remuneração.

§1. Cada mandato do Conselho Fiscal encerrar-se-á na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

§2. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais.

§3. O Conselho Fiscal, se instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

## **Capítulo VI**

### **ACORDO DE ACIONISTAS**

**Artigo 27º.** A Companhia observará todos os termos de quaisquer acordos de acionistas arquivados em sua sede ("Acordo de Acionistas"). A administração da Companhia deverá abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e o Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração deverá abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos, bem como tomar as demais providências previstas no artigo 118, §§ 8º e 9º da Lei das Sociedades por Ações.

## **Capítulo VII**

### **EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS**

**Artigo 28º.** O exercício social da Companhia tem início em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente, após examinadas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Único.** Além das demonstrações financeiras ao final de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância da legislação e da regulamentação aplicáveis.

**Artigo 29º.** Do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ("Lucro Líquido Ajustado"):

- (i) o dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas;
- (ii) outros 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado serão destinados da seguinte forma: retenção do valor previsto em orçamento de capital e o saldo, se houver, deverá ser distribuído aos acionistas;
- (iii) o valor do saldo do Lucro Líquido Ajustado, após as destinações previstas em (i) e (ii) acima, deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que (a) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado; e (b) a Reserva de Investimentos não poderá exceder a totalidade do capital social da Companhia; e

- (iv) qualquer valor não alocado conforme previsto nos incisos (i) a (iii) deste Artigo 29º, ou conforme previsto nos artigos 195, 195-A, e 197 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais.

**Parágrafo único.** Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

**Artigo 30º.** O Conselho de Administração poderá aprovar o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos ou juros sobre o capital próprio assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

**Artigo 31º.** A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável.

## **Capítulo VIII** **ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

**Artigo 32º.** A alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

§1. Para os fins deste Estatuto Social, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação ao acionista ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante. Para fins deste Estatuto Social, entende-se por grupo de acionistas o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

§2. A OPA de que trata este Artigo 32º será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação direta ou indireta do controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação indireta do controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

§3. A OPA referida no *caput* deste Artigo 32º deve observar as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Nível 2.

§4. O disposto neste Artigo 32º não se aplica nas hipóteses (i) de transferência não onerosa de ações entre o acionista controlador e seus herdeiros necessários e, ainda, entre esses herdeiros, desde que os mesmos exerçam o controle da Companhia, mesmo que implique a consolidação do controle em apenas um acionista, e (ii) de transferência de ações entre o grupo de duas ou mais pessoas que sejam: (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob controle comum; ou (d) que atuem representando um interesse comum, mesmo que implique a consolidação do controle em apenas um acionista.

**Artigo 33º.** Aquele que adquirir o controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a OPA referida no Artigo 32º deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da respectiva OPA e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

§1. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

§2. Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

## **Capítulo IX**

### **CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA EMISSORA DE VALORES MOBILIÁRIOS NA CVM E SAÍDA DO NÍVEL 2**

#### Seção I

#### **Cancelamento de Registro de Companhia emissora de valores mobiliários na CVM**

**Artigo 34º.** Na OPA a ser realizada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários na CVM, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 10º, inciso (ii) deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

#### Seção II

#### **Saída Voluntária do Nível 2**

**Artigo 35°.** Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2, o acionista controlador deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, realizar OPA para aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 10°, inciso(ii) deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo único.** O acionista controlador estará dispensado de proceder à OPA referida *caput* deste Artigo 35° se a Companhia sair do Nível 2 em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

**Artigo 36°.** Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de OPA nas mesmas condições previstas no Artigo 35° deste Estatuto Social.

§1. A Assembleia Geral referida no *caput* deste Artigo 36° deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a respectiva OPA.

§2. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da OPA, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar referida OPA.

### Seção III

#### **Saída Compulsória do Nível 2**

**Artigo 37°.** A saída da Companhia do Nível 2 em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à realização de OPA, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 10°, inciso (ii) deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1. O acionista controlador deverá realizar a OPA prevista no *caput* deste Artigo 37°.

§2. Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 2 referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que

implicou o respectivo descumprimento deverão realizar a respectiva OPA prevista no *caput* deste Artigo 37º.

**§3.** Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 2 referida no *caput* deste Artigo 37º ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2.

**§4.** Caso a Assembleia Geral mencionada no §3 acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA prevista no *caput* deste Artigo 37º, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a respectiva OPA.

## **Capítulo X** **ARBITRAGEM**

**Artigo 38º.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.385, de 7 dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa. Qualquer arbitragem iniciada por um acionista deve ser individual, não se admitindo que o polo ativo da arbitragem seja composto por mais de um acionista, mesmo que em litisconsórcio ativo ou através de associações, salvo mediante previsão em Acordo de Acionistas, independentemente da quantidade de partes no polo passivo.

**Parágrafo único.** As partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para os fins exclusivos de obtenção de medidas preliminares ou urgentes para proteção de direitos previamente à constituição do tribunal arbitral. Mesmo nos casos em que medidas preliminares ou urgentes forem solicitadas ou obtidas, o mérito da referida causa será sempre decidido pelo tribunal arbitral. Para que não restem dúvidas, entre as medidas que podem ser solicitadas ou concedidas pelo tribunal arbitral está a execução específica das obrigações contratuais.

## **Capítulo XI** **DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 39º.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

**§1.** O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

§2. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

## **Capítulo XII**

### **EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES**

**Artigo 40º.** Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá patrocinar a emissão de Units.

§1. Cada Unit representará uma determinada quantidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, conforme determinado pelo Conselho de Administração, e somente será emitida mediante solicitação dos acionistas que o desejarem, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração, de acordo com o disposto neste Estatuto Social, no artigo 24 da Lei das Sociedades por Ações e nas demais disposições legais aplicáveis.

§2. Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

**Artigo 41º.** As Units terão a forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.

§1. O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.

§2. O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no §1 deste Artigo 41º, na hipótese de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

§3. As Units que tenham ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

**Artigo 42º.** As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações depositadas.

§1. O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units.

§2. Os titulares das Units poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das S.A.

**§3.** Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

- (i) caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia definidas pelo Conselho de Administração para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units; e
- (ii) caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia definidas pelo Conselho de Administração para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

### **Capítulo XIII** **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 43°.** A nulidade, no todo ou em parte, de qualquer artigo deste Estatuto Social, não afetará a validade ou exequibilidade das demais disposições deste Estatuto Social.

**Artigo 44°.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Nível 2.

**Artigo 45°.** As disposições contidas neste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da disponibilização pública do anúncio de início da primeira oferta pública de distribuição de ações da Companhia, ressalvada a eficácia imediata do disposto no Artigo 13°, caput e §1, Artigo 18°, caput e parágrafos 1° e 2°, e Artigo 22°.

ANEXO II

À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATADA DE 21 DE JANEIRO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

### **1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O ano de 2019 teve início com boas expectativas para a economia, com a perspectiva da retomada do crescimento, dos índices de emprego e do consumo. Ao longo dos meses, alguns acontecimentos frearam o otimismo, como as crises políticas e a demora na aprovação da Reforma da Previdência, que diminuíram a confiança de empresários e consumidores. No cenário externo, a guerra comercial entre Estados Unidos e China também contribuiu para tornar o panorama ainda mais complexo.

Apesar de todos os desafios, a CSN Mineração e a sua controladora, CSN, conseguiram apresentar resultados expressivos no período, e a CSN foi uma das empresas que mais se destacaram na Bolsa (Ibovespa). Investimentos maciços na modernização e segurança das suas operações também marcaram o ano da companhia, proporcionando maior eficiência operacional e ambiental aos negócios.

Na Mineração, alcançamos a marca recorde de mais de 38,5 milhões de toneladas em vendas faturadas, superando a marca anterior de 36,9 milhões de toneladas, registrada em 2016. A companhia também reforçou seu compromisso em eliminar as barragens de seu processo produtivo, em um movimento que se iniciou em 2018 e que, hoje, já conta com 90% dos rejeitos filtrados a seco. A nova tecnologia, que reduz os impactos ambientais, garante mais segurança ao processo e reaproveita grande quantidade de água presente no rejeito.

Em 2020, a CSN Mineração continua fortemente empenhada no aumento da produtividade, eficiência e segurança em todas as áreas, investindo em novas tecnologias e processos para seguir na vanguarda de nossos negócios, o que nos permitirá contribuir cada vez mais com o crescimento do País.

**Benjamin Steinbruch**

**Presidente do Conselho de Administração**



## 2- A EMPRESA

A CSN Mineração atua de forma integrada e competitiva, através de suas operações eficientes de mina, beneficiamento, participação na ferrovia MRS Logística e contrato de arrendamento do terminal portuário TECAR em Itaguaí, no Rio de Janeiro, fornecendo minério de ferro de qualidade para a siderurgia nacional e mercado transoceânico. Com relativo alto teor de ferro e conseqüente baixa geração de escória na produção do aço, a CSN Mineração ajuda seus clientes a reduzir emissões de gases do efeito estufa, contribuindo para um futuro sustentável e para a redução da poluição.

Localizada no Quadrilátero Ferrífero, região reconhecida por sua riqueza mineral, no centro-sul do Estado de Minas Gerais, no Brasil, a CSN Mineração possui uma capacidade instalada de produção de 33 milhões de toneladas de minério de ferro por ano em suas plantas de beneficiamento em Casa de Pedra (planta central e plantas a seco) e uma capacidade instalada de exportação de 45 milhões de toneladas por ano no TECAR.

Em 2019, foram comercializadas pela CSN Mineração 38,5 milhões de toneladas de minério de ferro, um incremento de 11% com relação ao ano de 2018, sendo que desse total 9% (3,6 milhões de toneladas) tiveram como destino a UPV (Usina Presidente Vargas) e 91% foi exportado.

Embora tenha a atual configuração somente desde 2015, a CSN Mineração tem histórico de mais de 100 anos na produção de minério de ferro. Atualmente, como segundo maior exportador de minério de ferro no Brasil, possui uma das maiores reservas de minério de ferro no mundo, certificada em mais de 3,02 bilhões de toneladas de acordo com a auditoria da Snowden, realizada em 2015, e vem sendo bem-sucedida em substituir recursos e reservas nos últimos anos (85% de taxa de conversão no último processo de certificação realizado pela Snowden). Após o ano de 2015, a Companhia realizou uma campanha de sondagem de forma independente nas minas de Casa de Pedra e Engenho e (i) agregou 558Mt às reservas totais, além do *depletion* de 224Mt, chegando a uma reserva total estimada de 3,4 bilhões de toneladas; e (ii) agregou 463Mt de recursos inferidos, chegando a recursos inferidos totais de 2,5 bilhões de toneladas. Além disso, como resultado da exploração realizada no depósito da Serra do Esmeril, foram adicionados 2,0 bilhões de toneladas de potencial exploratório estimado (resultados de exploração ainda não classificados como um recurso ou reserva mineral), que somados podem representar até 7,9 bilhões de toneladas de reservas, recursos e potenciais exploratórios estimados, de acordo com os estudos, relatórios e estimativas da Companhia seguindo a metodologia do "*Australasian Code for Reporting of Exploration Results, Mineral Resources and Ore Reserves - the JORC Code*".

Somada a todas as vantagens de qualidade de seus produtos e custos competitivos, está a preocupação da CSN Mineração com o meio ambiente e crescimento sustentável. Pioneira no Brasil em iniciativas para reduzir o risco e o uso de barragens de rejeito, foi reduzindo ao longo dos anos o uso de barragens de rejeito e desde janeiro de 2020 tem sua produção 100% independente do uso de barragens, onde 100% dos rejeitos são filtrados e empilhados a seco.

## 3- PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS e INVESTIMENTOS

A CSN Mineração possui uma plataforma totalmente integrada, com ativos de qualidade da mina até o porto que suportam seus planos de expansão:

### OPERAÇÃO ATUAL

#### 3.1- MINERAÇÃO

##### Mina Casa de Pedra

A mina mais antiga em operação no país e segunda maior em termos de capacidade. Reconhecida como uma das principais minas no país pela qualidade de seu minério de ferro, Casa de Pedra é uma mina a céu aberto localizada na região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero na Cidade de Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A mina foi incorporada em 1941, mas o processo de extração de minério teve início em 1913.

## Mina do Engenho

A mina de Engenho, que começou a sua operação em 1950, é uma mina a céu aberto localizada na região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero, a 60km da cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, cujo minério é processado na planta de beneficiamento de Pires e na própria unidade de Casa de Pedra.

Nossa operação de mina (Casa de Pedra e Engenho) conta com uma frota de pás hidráulicas e carregadeiras de rodas para a extração do minério de ferro que, em seguida, é transportado por uma frota de caminhões com uma capacidade atual anual de movimentar aproximadamente 120 milhões de toneladas de *run of mine*. O minério de ferro é então processado em nossas estações de tratamento, que têm capacidade instalada de 33 milhões de toneladas de produção por ano (contempla a produção da planta central mais produção nas plantas a seco).

## Reservas e Recursos – Mina Casa de Pedra e Mina do Engenho

Em fevereiro de 2015, a Snowden do Brasil Ltda. ("Snowden"), empresa de certificação de reservas minerais, divulgou relatório no qual certificava que a CSN Mineração, considerando a Mina Casa de Pedra e Engenho, possui reservas provadas e prováveis de 3,02 bilhões de toneladas. Após o ano de 2015, a Companhia realizou de forma independente uma campanha de sondagem de forma independente, utilizando os mesmos critérios adotados pela Snowden, nas minas de Casa de Pedra e Engenho e, como resultado: (i) agregou 558Mt às reservas totais, além do *depletion* de 224Mt, chegando a uma reserva total estimada de 3,4 bilhões de toneladas; e (ii) agregou 463Mt de recursos inferidos, chegando a recursos inferidos totais de 2,5 bilhões de toneladas.

Além disso, como resultado da campanha de sondagem voluntária realizada no depósito da Serra do Esmeril, foram adicionados 2,0 bilhões de toneladas de potencial exploratório estimado (resultados de exploração ainda não classificados como um recurso ou reserva mineral). Tal volume foi apurado pela CSN Mineração em outubro de 2019, a partir das sondagens realizadas, do mapeamento geológico das minas e posição geométrica do corpo de minério a partir das minas localizadas a oeste do Esmeril. Desta forma, sem prejuízo de análises e campanhas de perfuração que permanecem sendo constantemente realizadas pela Companhia, as quais poderão aumentar ou diminuir o valor aproximado de recursos e reservas, a Companhia estima, com base em estudos, relatórios e estimativas internas, seguindo a metodologia do "*Australasian Code for Reporting of Exploration Results, Mineral Resources and Ore Reserves - the JORC Code*", que conta com reservas, recursos mais inventário mineral (potencial exploratório estimado) de aproximadamente 7,9 bilhões de toneladas.

Milhões de Toneladas	2015 (Certificado)	(-) Depletion (Análises Internas)	(+) Adições (Análises Internas)	Estimativas internas 2020
Reserva Total (Provado + Provável)	3.021	(224)	558	3.355
Recursos Inferidos	2.081	0	463	2.544
Total (Reservas e Recursos)	5.102	(224)	1.021	5.899
Inventário Serra do Esmeril (potencial exploratório estimado)	-	0	2.000	2.000
Total (Reservas e Recursos) + Inventário Mapeado	5.102	(224)	3.021	7.899

Fonte: 2015 Certificação SNOWDEN. Valores de *depletion* e adições informações da Companhia

## Plantas de Beneficiamento

A capacidade global de produção atual é de 33 milhões de toneladas anuais de minérios de ferro, sendo 22,5 milhões de toneladas na planta central e 10,5 milhões nas plantas a seco.

### **3.2- TERMINAL PORTUÁRIO TECAR**

A CSN Mineração detém o direito de exploração do TECAR nos termos do Contrato de Arrendamento do terminal portuário de granéis sólidos situado no Porto de Itaguaí (Rio de Janeiro), abrangendo uma área total de 740.761 mil m<sup>2</sup>. Com capacidade de (i) embarque de 45 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de minério de ferro e (ii) desembarque de 4 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de redutores (e.g., carvão, coque), permite ganho relevante de sinergia operacional da Companhia. O período de arrendamento para operação do TECAR está previsto para terminar em 2047, mediante a realização de novos investimentos, atualmente em discussão com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

### **3.3- MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")**

A MRS, coligada da CSN Mineração, opera uma ferrovia no eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, e conecta a mina de Casa de Pedra em Congonhas em Minas Gerais à Usina Presidente Vargas ("UPV") e aos terminais do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro. Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de seus produtos finais.

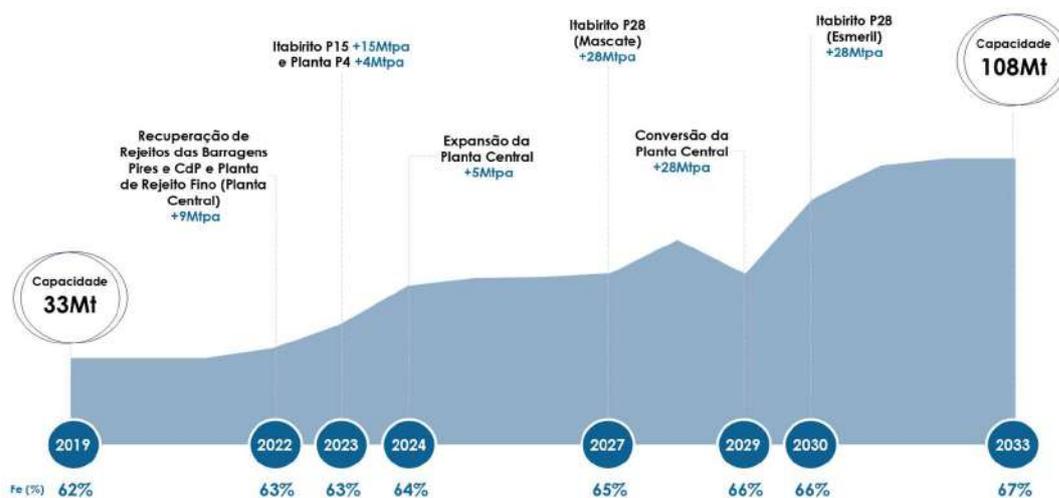
O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados Mineração (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado, em 2019, cerca de 87,5 milhões de toneladas desses produtos, o equivalente a 59,6% do total transportado pela MRS. Recentemente, a MRS vem seguindo uma estratégia de diversificação da carga transportada com grande foco em carga geral, o qual atingiu um patamar de 40% no mix transportado em 2019, representando uma importante avenida de crescimento para a MRS além do transporte Mineração.

A totalidade do minério de ferro exportado pela CSN Mineração, e a totalidade do carvão, coque e minério de ferro consumidos pela UPV é transportada pela MRS. A CSN Mineração possui participação de 18,63% na MRS, sendo seu resultado refletido como equivalência patrimonial.

### **PROJETOS PARA EXPANSÃO DA CAPACIDADE**

A CSN Mineração acredita que os próximos anos serão transformacionais, uma vez que possui projetos em fase avançada de desenvolvimento com um plano de investimentos robusto para financiar a aceleração da produção de minério de ferro. Para exemplificar, a expansão esperada de capacidade de produção será das atuais 33 milhões de toneladas por ano para 108 milhões de toneladas por ano em 2033, com a conclusão de todos os projetos (não inclui volume de compras de minério, apenas produção própria).

### Capacidade de Produção de Minério de Ferro (Milhões de Toneladas)



Fonte: Estimativas da Companhia (não inclui volume de compras de minério, apenas produção própria)

O histórico recente da CSN Mineração destaca-se pela entrega de projetos com cronograma acelerado e retornos expressivos, todos “*on-time, on-budget, on-quality*”, o que revela a maturidade da Companhia nas competências críticas de desenvolvimento e implantação de projetos de capital. Exemplo disso foi a transformação do rejeito da planta central em produto de alta qualidade por meio dos concentradores magnéticos CMAI I e II, e a iniciativa pioneira de implantação das plantas de rejeito, as maiores do mundo, com etapas concluídas em agosto de 2018 e junho de 2019, permitindo ter uma operação independente de barragens de rejeitos.

A CSN Mineração possui quatro grandes blocos de projetos em desenvolvimento que planeja executar gradativamente ao longo dos próximos 13 anos:

- (i) **Projetos de Expansão da Planta Central (Rejeito Fino Planta Central e Expansão da Planta Central):** expansões *brownfield* que acelerarão a produção de *pellet feed* a baixo custo operacional. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão um acréscimo de produção de 6 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R\$ 1,2 bilhão ao longo de 3 anos.
- (ii) **Projetos de Recuperação de Rejeitos das Barragens (Processamento de Rejeito de Pires e Casa de Pedra):** expansões *brownfield* que gerarão valor através da recuperação de 180 milhões de toneladas de rejeito hoje estocado nas barragens, como parte do seu programa de descaracterização. Estima-se que tais projetos de recuperação de rejeitos de barragens propiciarão um acréscimo de produção de 8 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R\$ 1,1 bilhão ao longo de 5 anos.
- (iii) **Projetos de Itabirito (Itabirito P15, Planta P4, Itabirito P28 Mascate, Conversão da Planta Central e Itabirito P28 Esmeril):** mix de expansões *brownfield* (P15, já com Licença de Implantação emitida, cotações de equipamentos em andamento e início de implantação previsto para 2021) e *greenfield*, todos projetos com tecnologia conhecida e investimento por tonelada competitivos para produção de *pellet feed premium* com baixo grau de impurezas e alto teor de ferro (inclusive *pellet feed* de redução direta). Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão um acréscimo de produção de 103 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R\$ 22,7 bilhões até 2033.
- (iv) **Projetos de Expansão do TECAR:** investimentos *brownfield* para suportar as expansões de capacidade de produção de minério descritas acima. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão acréscimo de capacidade operacional do TECAR em 3 fases ([embarque de] 60, 84 e 130 milhões de toneladas por ano), com investimento estimado em R\$6,3 bilhões ao longo de 8 anos.

O foco da CSN Mineração na execução dos projetos está calcado em 3 pilares (i) sustentabilidade, 100% dos projetos são independentes de barragens de rejeito; (ii) baixo risco de execução, todos os projetos fazem uso de tecnologias já consolidadas no mercado e dominadas pela Companhia, e (iii) retorno, produtos *premium* a custos competitivos (manutenção dos patamares atuais de custos de operação).

#### 4- EVENTOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES

Em 2019 não ocorreu nenhum evento ou operação societária relevante, nos termos da legislação em vigor.

#### 5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

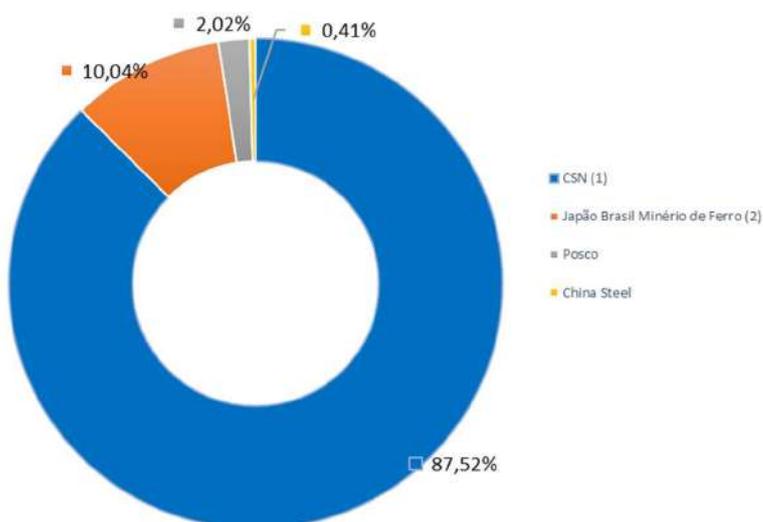
##### Relações com Investidores

A CSN continua ampliando seus canais de comunicação, visando aumentar a sua transparência e exposição, bem como das demais companhias que compõem o Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração, por meio de novas coberturas de instituições financeiras e participações em eventos e conferências.

##### Capital Social

O capital social da CSN Mineração é dividido em 181.001.902 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

CSN Mineração - Composição do Capital Social em 31/12/2019 (%)



(1) Grupo Controlador

(2) Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu, JFE Steel, Kobe Steel e Nisshin Steel

##### Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre as contas apresentadas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do resultado do exercício, eventual distribuição de dividendos, sendo que a cada dois anos, também deliberam sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral também ocorre extraordinariamente, sempre que necessário, para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é composto por até 7 (sete) membros efetivos e um número de suplentes que não excederá o número de membros efetivos. O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, sujeito às disposições do Acordo de Acionistas. Atualmente o Conselho de Administração é composto por 6 (seis) membros. O Conselho de Administração deve, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN Mineração. É responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria, podendo também, se necessário, criar comitês especiais para seu assessoramento.

### **Diretoria**

Atualmente composta por, no mínimo 2 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, os quais serão responsáveis por conduzir as atividades de administração e operação dos negócios sociais da Companhia, e deverão exercer os poderes conferidos a eles pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social da Companhia, para desempenhar os atos exigidos para sua regular operação. Os membros da Diretoria se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores. O mandato dos Diretores é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para um número ilimitado de mandatos. Atualmente a Diretoria é composta por 3 (três) membros.

### **Auditoria Interna**

A controladora CSN dispõe de uma Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, com atuação independente dentro da organização, vinculada ao conselho de administração da Companhia, conforme Art.19, VIII do estatuto social. As atividades dessa diretoria abrangem todas as companhias do Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração.

A equipe da auditoria interna possui metodologia e ferramentas próprias para exercer suas atividades, essas alinhadas às melhores práticas de mercado e adota uma abordagem sistemática e disciplinada, atuando de forma objetiva e independente na condução de seus trabalhos, para avaliação da efetividade dos controles e consequente melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança, bem como de prevenção a fraudes, reportando o seu resultado ao conselho de administração, por meio do Comitê de Auditoria.

### **Audidores independentes**

Os auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, que em 2019 prestaram serviços à CSN Mineração e suas controladas, foram contratados para emitir relatório de revisão limitada sobre as informações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

<b>Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores</b>	<b>(R\$ mil)</b>
Honorários relacionados à auditoria externa	674
Honorários relacionados a outros serviços de asseguração	205
<b>Total</b>	<b>879</b>

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria da controladora CSN para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, o Conselho de Administração declarou em 15/10/2020 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos



auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### **Lei Sarbanes-Oxley**

A Companhia utiliza em sua estrutura de governança corporativa a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance da controladora CSN, que tem como uma de suas atribuições, a avaliação dos riscos que possam impactar nas demonstrações financeiras e definição de controles internos para mitigá-los, em conjunto com os gestores responsáveis pelos processos de negócios. A Companhia avalia a efetividade da sua estrutura de controles internos, conforme princípios estabelecidos no COSO 2013 e em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, sendo que o resultado desta avaliação é reportado à alta administração e ao Comitê de Auditoria da controladora CSN.

Em avaliação aos controles internos pela administração, em conjunto ao auditor externo, a Companhia não identificou fraqueza material em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019. A Companhia concluiu a avaliação dos controles internos para o exercício 2019, em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a qual o Grupo Econômico CSN está sujeito.

### **Código de Ética**

A Companhia possui um código de conduta aprovado pelo Conselho de Administração contemplando princípios aplicados ao cumprimento da Lei Anticorrupção (12.846/13) e que norteiam seus atos e definem os compromissos diários de comportamento a serem assumidos pelos colaboradores e executivos da Companhia. O Código se destina a colaboradores, executivos, fornecedores, clientes e prestadores de serviços, entre outros públicos de interesse. O código é disponibilizado a todos os colaboradores e parceiros de negócios e é utilizado como declaração dos compromissos assumidos de conduta. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço eletrônico ([www.csn.com.br](http://www.csn.com.br)).

A área de Compliance é responsável pelo Programa de Integridade, que visa garantir o cumprimento dos padrões de conduta éticos no exercício das atividades e transparência nos negócios. Faz parte deste processo o treinamento contínuo de colaboradores e também o monitoramento quanto ao cumprimento de leis, regulamentações, políticas e normas internas

A Companhia conta ainda com canais de denúncia para relatos de desvios de conduta ou suspeitas. O reporte das denúncias, por parte de colaboradores, terceiros e público externo pode se dar de maneira anônima ou identificada, mantendo-se o sigilo, confidencialidade e a garantia de não retaliação. As denúncias são tratadas pela área de Compliance, subordinada à Diretoria Financeira e reportadas ao Comitê de Auditoria.

### **Divulgação de Atos e Fatos Relevantes**

A controladora CSN tem uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários segundo a qual toda divulgação referente às empresas que compõem o Grupo Econômico, dentre elas a CSN Mineração, deve ser feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido na Instrução CVM 358/2002 e na seção 409 – Divulgação em Tempo Real, da Lei Sarbanes-Oxley. A referida política estabelece que os Atos e Fatos Relevantes da Companhia devem ser veiculados por meio do Portal de Notícias da Folha de São Paulo, em conjunto com a divulgação nos websites de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

## **6- INOVAÇÃO**

A CSN Mineração tem mais de 60 anos de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Entretanto, a CSN Mineração é uma companhia que se originou da incorporação das atividades da Nacional Minérios S.A. ("NAMISA") e da capitalização do acervo líquido da mina Casa de Pedra e do terminal portuário TECAR, contribuído pela controladora



CSN, ocorridas em 2015. As atividades da mina Casa de Pedra eram realizadas pela controladora até a data da contribuição do acervo líquido, e data do início das atividades da CSN décadas atrás.

A CSN Mineração busca uma atuação inovadora e conta com estruturas totalmente dedicadas à inovação, como a CSN Inova e o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento que atuam para todas as empresas que integram o Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração.

Criada em 2018, a CSN Inova é o braço de inovação do Grupo Econômico CSN, que tem como objetivo posicionar a Companhia estrategicamente e ativamente no ecossistema de inovação. Embora existam iniciativas inovadoras disseminadas por toda a empresa, a CSN Inova é responsável por sistematizar e liderar o processo de inovação de forma organizada e ampla, a fim de possibilitar a execução de projetos de inovação por grupos de pessoas com diferentes habilidades e de diferentes áreas de atuação.

A essência do Grupo Econômico CSN - “Fazer bem, fazer mais e fazer para sempre” - direciona os pilares de inovação da CSN Inova: (i) Otimização de Processos e Eficiência Operacional, (ii) Novas Fontes de Receita e (iii) Cultura e Sustentabilidade. Além de sistematizar e liderar o processo de inovação aberta (contratação de startups, conexão com universidades, hubs de inovação e demais agentes do ecossistema) a CSN Inova - sempre em conjunto com as áreas de negócio – conduz projetos que introduzem novas metodologias para solucionar os desafios da empresa, que auxiliam a Companhia na transformação digital, potencializam os ativos do Grupo Econômico CSN, geram oportunidades de desenvolvimento de novos negócios para a Companhia, dentre outros.

Em seu primeiro ciclo de atuação, a CSN Inova, em conjunto com equipes multidisciplinares de colaboradores, conduziu projetos relacionados à digitalização e otimização de processos. Tais projetos envolveram a identificação de desafios da Companhia e implementação de soluções apresentadas por startups em determinadas áreas, tais como Jurídico e RH. A partir dos bons resultados obtidos neste primeiro momento, a CSN Inova passou por um processo de expansão, aumentando o seu escopo de atuação e estendendo-o para outras áreas da empresa, com o intuito de conferir escala à sua metodologia e aos impactos positivos para a Companhia.

Ainda em 2020, a controladora CSN estruturou um dos primeiros veículos de investimentos em venture capital (CVC) brasileiro focado na Indústria 4.0. Com isso, a CSN objetiva investir em empresas que promovam tecnologia de impacto em larga escala e encontrar soluções que possuam sinergia com as operações das empresas do Grupo CSN, dentre elas a CSN Mineração.

## 7- PESSOAS

O modelo de Gestão de Pessoas da CSN Mineração resulta da convicção de que o capital humano é seu diferencial competitivo e é a melhor garantia para se destacar no mercado em que atua. Transformamos conhecimento em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos.

A gestão integrada e eficiente de pessoas se fundamenta em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A CSN Mineração investe nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização.

Diante de um ano desafiador, reforçamos a Essência do Grupo Econômico CSN de Fazer bem, Fazer mais e Fazer para sempre, tornando-a viva em todos os processos, programas e projetos de Gestão de Pessoas.

Para manter uma equipe de alta performance e qualificada, a cada ano são aprimorados os programas para a captação, desenvolvimento e retenção de talentos em diferentes níveis, e estes são alinhados às nossas diretrizes estratégicas. Nossas políticas de Recrutamento & Seleção buscam a garantia de não discriminação nos nossos processos seletivos, deixando claro que a empresa será intolerante com qualquer prática contrária aos nossos valores éticos.

Realizamos diversas ações visando a disseminação e o desenvolvimento da Essência do Grupo Econômico CSN, tais como: **CSN Flix**, onde os colaboradores têm a oportunidade de assistir vídeos curtos e trocar experiências para fortalecer o entendimento das competências e sua prática nas nossas rotinas de trabalho; **Roda de Conversa** entre Líderes e Liderados, para maior alinhamento à cultura CSN; **Capacitação de Padrinhos e Orientadores de Estágio**



para receber os novos colaboradores e estagiários, respectivamente; **Salto Corporativo**, abrindo espaço para discussões com nossas colaboradoras sobre o empoderamento da mulher no mundo dos negócios.

A organização mantém diversas estratégias para garantir a valorização e o incentivo ao desenvolvimento do seu público interno. Uma das iniciativas é o Programa de Avaliação de Performance – Sistema de Avaliação de Performance para todos os colaboradores das empresas do Grupo Econômico CSN, dentre as quais a CSN Mineração. Os resultados obtidos orientam o Plano de Desenvolvimento Individual, permitem a identificação de potenciais sucessores para posições de liderança e suportam o processo de reconhecimento e recompensa.

Com base nestes resultados, realizamos anualmente o **Programa Carreira e Sucessão**, que tem como objetivo identificar, junto aos nossos gestores e executivos, colaboradores com potencial para a sucessão das posições de liderança nas empresas do Grupo Econômico CSN. Os profissionais mapeados têm seu desenvolvimento acelerado por meio de experiências práticas e reais de aprendizagem, tais como: Workshops de construção de conhecimento (Autoconhecimento; Liderando Pessoas; Comunicação e Influência; e Planejamento e Execução), Talk Show com Alta Liderança, Grupos de Aprendizagem e apresentação de nossos Business Cases reais pelos nossos executivos.

Assim garantimos a perenidade da nossa empresa, com segurança na continuidade do nosso modelo de Liderança e Negócio, além do olhar cuidadoso para a carreira de nossos talentos.

Em 2019, investimos diversas horas em treinamento, com o objetivo de gerar e compartilhar conhecimento, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias para o alcance das metas corporativas e perpetuidade do negócio. O modelo 70/20/10 de aprendizagem foi o direcionador para traçar todas as ações de desenvolvimento da companhia, o que garante sua efetividade e eficácia.

Uma das nossas principais frentes de ação em Desenvolvimento acontece com os Estagiários. O programa é focado na preparação dos jovens. Nesse ano ministramos os seguintes módulos: Autoconhecimento; Carreira; Relacionamento e Comunicação; Mercado: Eficiência, Eficácia e Criatividade.

Nosso modelo visa acelerar o aprendizado, formando talentos que tenham potencial para ocupar cargos efetivos no médio e longo prazo, em consonância com os interesses de carreira e desenvolvimento do estagiário e as necessidades organizacionais, além de contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da educação e profissionalização.

Ainda pensando na evolução de nosso negócio e dos nossos gestores, demos sequência à Escola de Líderes, que foi implementada em 2011, com os seguintes módulos:

- **Desafios da 1ª Gestão – aprofundamento e Delegação e Feedback** para Supervisores e Coordenadores;
- **Design Thinking na Gestão de Pessoas e Desenvolvendo equipes de alta performance para o futuro** para Gerentes;
- **Habilidades para o futuro e Negócios Exponenciais** para a Alta Gerência.

Ainda em 2019 realizamos um módulo especial com nossos Diretores sobre Pensamento Exponencial.

Vemos na formação e desenvolvimento contínuos dos nossos líderes uma importante oportunidade para impactarmos positivamente todos nossos colaboradores, construindo um ambiente colaborativo, focado no desenvolvimento das equipes e no atingimento de resultados excelentes.

O grande marco para 2019 foi alavancar o Programa de Trainee Interno, cujo objetivo é desenvolver e empoderar os estagiários do Grupo CSN para gerar impacto positivo na organização e potencializar a retenção de talentos. A seleção ocorreu com base no grupo de estagiários com formação em Dez/2018.

Os oito jovens selecionados passaram por um período de formação que incluiu visitas técnicas às unidades da Companhia, *job rotation* pelas áreas corporativas, módulos de desenvolvimento internos e externos. Hoje o grupo está alocado em áreas estratégicas para a empresa, desenvolvendo projetos e aprendendo novas funções.



Firmamos parcerias com diversas instituições de ensino para cursos de extensão universitária e idiomas, que oferecem preços especiais aos nossos colaboradores, fomentando o desenvolvimento dos mesmos.

Mais uma vez reafirmamos que atuamos como donos, escolhendo as melhores estratégias para superar os obstáculos enfrentados em 2019. Mostramos que estamos juntos trabalhando pela sustentabilidade do negócio.

A CSN Mineração encerrou 2019 com 7.063 colaboradores diretos e 3.357 indiretos, indicando uma taxa de rotatividade de 1,1%, uma das mais baixas no setor industrial.

## 8 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - ESG

### Sustentabilidade

A CSN Mineração mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e de Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua. A CSN Mineração vem realizando investimentos em programas de proteção e recuperação ambiental. No ano de 2020, no acumulado de janeiro a setembro, os gastos com meio ambiente (incluindo capitalização e custeio) atingiram R\$ 77 milhões, dos quais R\$ 38 milhões referem-se a dispêndios de capital (CAPEX) e R\$ 39 milhões a dispêndios operacionais (OPEX). Os investimentos ambientais em 2020 foram relacionados principalmente a: (i) operação e manutenção dos equipamentos de controle ambiental; (ii) desenvolvimento de estudos ambientais para obtenção de licenças; (iii) controle e monitoramento ambientais; (iv) recursos humanos (time ambiental), (v) Sistema de Gestão Ambiental (SGA), (vi) projetos de sustentabilidade, (vii) programas de compliance (viii) recuperação de áreas degradadas.

Temos o compromisso de produzir e transportar “Minério de Excelência”, desenvolvendo em conjunto com acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores soluções para agregar valor aos negócios de Mineração e Logística. Com práticas adequadas e por meio de um comportamento proativo, conforme previsto em nossa Política de Sustentabilidade, nos comprometemos:

- Manter, por meio da Liderança, cada colaborador da linha organizacional responsável e cobrado pela performance de segurança do trabalho, meio ambiente e qualidade à qual deve ser dada a mesma prioridade à produção, aos custos e aos prazos, sendo uma condição de empregabilidade para todos os colaboradores e prestadores de serviço.
- Desenvolver e incentivar a implantação de programas que visam à proteção do meio ambiente e à prevenção da saúde e segurança de nossos colaboradores, por meio da identificação e gestão dos perigos e riscos, dos aspectos e impactos ambientais, riscos e oportunidades.
- Atender as necessidades e expectativas das partes interessadas mantendo uma comunicação transparente; Cumprir os requisitos normativos e legais aplicáveis relacionados à qualidade, segurança do trabalho, meio ambiente e saúde ocupacional; promover a melhoria contínua dos processos, produtos, serviços e desenvolver, treinar, capacitar e incentivar um comportamento inovador dos colaboradores, em prol do cumprimento de seus objetivos.

Sempre em busca de atuar segundo as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), a CSN Mineração, através de sua empresa controladora, instituiu a Diretoria de Sustentabilidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho, com reporte ao diretor presidente, Benjamin Steinbruch.

Ainda em linha com as melhores práticas, a Companhia vem, desde 2012, utilizando critérios de mapeamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI Standard) e adota a metodologia do Relato Integrado (IR), publicado através da sua empresa controladora, para composição de indicadores de todas as suas operações.



Os dados e indicadores obtidos neste processo permitem acompanhar o desempenho e avaliar nossa exposição a riscos socioambientais e oportunidades futuras. O resultado deste trabalho pode ser encontrado nos Relatórios publicados no site <http://ri.csn.com.br/>. Em novembro de 2020, novamente serão publicados os dados e indicadores da CSN Mineração referentes aos anos de 2018 e 2019, através do Relato Integrado da sua empresa Controladora. Esse compromisso se soma ao lançamento de site exclusivo para tratar da temática ESG (Environmental, Social and Governance) das empresas do Grupo CSN e que terá uma área dedicada exclusivamente às operações da CSN Mineração, e da elaboração de uma nova Política de sustentabilidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança do trabalho, até dezembro de 2020.

A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001: 2015 e certificado por organismo internacional independente e devidamente acreditado junto ao INMETRO, na sua unidade de Casa de Pedra (ISO 14.001) desde 2000.

Pensando, ainda, em construir uma empresa acolhedora e plural, instituímos o Comitê de Diversidade, com projetos e ações contemplando cinco frentes: LGBTQ+, étnico-racial, igualdade de gênero, deficientes e empregabilidade 50+, dando um grande passo na promoção da diversidade e inclusão na nossa Companhia. Somos atualmente a Mineradora Nacional com maior percentual de mulheres em sua força de trabalho, porém com números ainda muito distantes do que almejamos. Neste sentido, buscando um ambiente de trabalho mais diverso e atuando em prol da igualdade de gênero, instituímos como meta dobrar o percentual atual de 14% de mulheres na CSN Mineração até 2030

#### **Segurança e Saúde:**

Segurança é nossa principal prioridade e o resultado dos nossos esforços em busca da meta de zero acidentes, vem sendo sucessivamente refletidos nos nossos indicadores.

A CSN Mineração possui diretrizes de Saúde e Segurança baseadas nas boas práticas de mercado, normas regulatórias e recomendações nacionais e internacionais. Por meio de sua Política Corporativa de Saúde e Segurança, a Companhia definiu seu Manual de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, que contém diretrizes para orientar as ações de todos os seus próprios colaboradores e empresas contratadas quanto à segurança, proatividade, conformidade legal, mitigação e controle de perigos, riscos e a prevenção de lesões e doenças ocupacionais através dos dez elementos que visam definir responsabilidades e as necessidades de instrumentos específicos de prevenção.

Essas diretrizes incluem, mas não se limitam a: Compromisso e Liderança; Comunicação; Regras e procedimentos; Desenvolvimento Comportamental; Gerenciamento de riscos e mudanças; Requerimentos legais; Planejamento; Gestão de prestadores de serviços; Gestão de competências e habilidades.

Com o objetivo de monitorar e medir a efetividade da política, a CSN Mineração utiliza indicadores de desempenho que incluem: frequência e taxa de gravidade de acidentes com e sem lesões, tanto para funcionários próprios quanto para terceiros; uma auditoria comportamental, uma plataforma web específica para registrar e relatar anomalias e relatar semanalmente os indicadores para a alta administração.

Destaques:

- Meta de Fatalidade Zero e redução do índice anual de frequência de acidentes em 10% ao ano anterior.
- Redução de 29% na taxa de frequência de acidentes nos últimos 3 anos
- 38% de redução na taxa de gravidade de acidentes nos últimos 3 anos
- Redução da gravidade de acidentes com fornecedores
- Oportunidade com a implementação de novas ferramentas de análise de risco

#### **Enfrentamento ao COVID-19**



A COVID-19 se disseminou significativamente em escala global a partir de março de 2020, quando a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretou pandemia mundial, estado que tem o potencial para causar interrupções operacionais globais significativas, aumentando a volatilidade dos mercados e afetando economias globais e regionais.

Como todo o planeta, a CSN e CSN Mineração também foi surpreendida por essa crise sem precedentes mas, por meio da imediata constituição do Comitê de Gerenciamento de Pronto Resposta (Comitê de Crise) reagiu de forma rápida e diligente no sentido de, com base em padrões éticos de conduta profissional e responsabilidade social, seguindo todas as recomendações de prevenção e contenção da COVID19 recomendadas pelos órgãos de saúde competentes se proteger, proteger seus colaboradores a sociedade no entorno das suas operações, e a própria operação minerária contra os efeitos sociais e econômicos produzidos pelo vírus.

Dentre as ações adotadas para a proteção dos seus mais de 9.000 colaboradores, foram implantadas medidas e processos sanitários rígidos e tecnicamente validados para a indispensável proteção da saúde de cada um dos envolvidos. Entre elas destacam-se:

- Reforço na higienização dos ambientes;
- Disponibilização de álcool em gel 70%;
- Distribuição de máscaras de tecido para todos os colaboradores;
- Incremento, esclarecimento e incentivo ao distanciamento social;
- Ampliação da frota de transporte fretado em quase 100%, possibilitando a ocupação máxima de 50% em seus ônibus;
- Reforço nas publicações internas com informações de prevenção à Covid-19;
- Cancelamento de reuniões presenciais, nas unidades ou fora, bem como a participação em treinamentos internos e externos, utilizando-se dos meios eletrônicos para realizar os contatos de trabalho;
- Cancelamento de viagens;

Além da adoção de protocolos médicos validados com:

- Aferição de temperatura corpórea de todos os colaboradores no acesso às minas e escritórios;
- Testagem RT-PCR em cerca de 1.000 colaboradores desde o início da pandemia, e afastamento imediato nos casos de colaboradores sintomáticos e profissionais que tiveram contato com o caso suspeito, só retornando ao trabalho após confirmação de teste negativo;
- Afastamento dos casos testados positivo por 14 dias, conforme protocolo do Ministério da Saúde e OMS;
- Afastamento dos colaboradores dos grupos de risco, conforme critérios da OMS e Ministério da Saúde, com implantação de home-office;
- Além disso, a gerência de Comunicação da CSN e CSN Mineração vem sistematicamente divulgando materiais de reforço comportamental na prevenção à COVID-19 através dos canais oficiais de comunicação da empresa (Comunicados digitais, e-mails marketing, TV CSN e Alertas de Segurança).

Estas medidas, dentre outras, fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e assegurando que não houvesse impacto no nosso desempenho operacional

### **Licenças Ambientais e Gestão de Barragens**

Totalmente independente do uso de barragens para o seu processo produtivo, tendo investido mais de R\$ 400 milhões em tecnologias que proporcionaram o empilhamento à seco dos rejeitos de mineração, a CSN Mineração obteve no último trimestre importantes licenças ambientais, dentre elas: Licença de Operação da Pilha de Rejeitos do Fraile II e a Autorização para intervenção ambiental para construção de canal de cintura da barragem B4 - de forma a drenar qualquer água que viesse a entrar na barragem – o que formaliza o início do seu processo de descaracterização com previsão de conclusão em 2023.

Considerando os últimos 6 meses tivemos a emissão de outras três importantes licenças ambientais:



- Instalação de planta de beneficiamento de Itabirito, com capacidade para 10 Mtpa;
- Implantação e operação de pilha de estéril denominada Batateiro IIIA;
- Operação para expansão de lavra no Corpo Mascate;

Todas elas dentro do cronograma esperado para atender aos nossos projetos de expansão.

As diretrizes socioambientais da CSN Mineração também compreendem o monitoramento das barragens, utilizadas no passado para conter rejeitos do processo de beneficiamento das suas atividades. Seguimos as diretrizes e recomendações sobre operação e segurança de barragens estabelecidas pela ICOLD (International Commission on Large Dams), comissão internacional não governamental, que incentiva a troca de informações sobre planejamento, projeto, construção e operação de grandes barragens. Esses padrões e práticas estão em linha com as exigências do ICMM (International Council on Mining and Metals). De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 do DNPM), todas as barragens são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade ou não das barragens e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. O Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da CSN Mineração encontra-se finalizado com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria do DNPM.

Ainda quanto a gestão de barragens, no último trimestre concluímos as obras de descaracterização da barragem B5 Casa de Pedra e Vigia Auxiliar, já realizada vistoria da ANM (Agência Nacional de Mineração) e da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente-MG), restando apenas a emissão do parecer de aprovação final por estes órgãos.

Neste trimestre também teve início a execução do Plano Municipal de Segurança de Barragens, iniciativa conjunta entre a Prefeitura e as mineradoras presentes no município de Congonhas, com um investimento de mais de R\$ 6 milhões de reais da CSN Mineração que visa, dentre outras: a construção de uma moderna sede para defesa civil com a aquisição de veículos e equipamentos, elaboração do Plano de Contingência Integrado considerando todas as mineradoras, sinalização e campanha de divulgação, além da capacitação da brigada municipal.

## **Emissões**

A CSN Mineração reporta suas emissões de forma integrada à sua empresa controladora, através dos programas GHG Protocol e Carbon Disclosure Project (Mudanças climáticas, Supply Chain e Recursos hídricos). A CSN, empresa controladora da CSN Mineração, foi reconhecida, mais uma vez, com o selo ouro do Programa "GHG Protocol", que certifica a publicação de inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE) com o objetivo de estimular essa cultura e tornar acessíveis os métodos e as ferramentas que auxiliam empresas na tomada de decisão para a mitigação de seu impacto sobre o clima.

A CSN detém uma das menores emissões do setor do mundo (Escopos 1 e 2), mas apesar disso compromete-se com uma meta de redução nas suas emissões de carbono equivalentes de adicionais 5% até o ano de 2030

## **Uso racional dos Recursos Naturais (Água e energia)**

A CSN Mineração é pioneira no uso de plantas de filtragem e empilhamento a seco de rejeitos, nos tornando independentes de barragens antes de qualquer outra empresa, na vanguarda mundial na utilização dessa tecnologia em larga escala. Como consequência desses investimentos em novas tecnologias, melhoramos sensivelmente nossos indicadores do uso da água, conforme dados do último ano:

- Captação 23% menor de água bruta em 2019
- 32% menos de consumo de água em 2019 (eficiência)
- Expectativa de 45% de redução em 2023 de consumo de água na planta central
- Taxa de recirculação dos atuais 80% chegará a 95% até 2023.

A CSN Mineração, possui ainda mais de 40 sistemas de controle para efluentes e drenagens e mais de 30 pontos de monitoramento nos cursos d'água situados na área de influência do empreendimento.



Para o ano de 2021, serão incluídos nas avaliações da companhia avaliações o mapeamento dos riscos hídricos, utilizando as ferramentas Water Risk Filter do World Wildlife Fund - WWF e Aqueduct do World Resources Institute – WRI para avaliação de Risco Físicos, Riscos Reputacionais e Riscos Regulatórios das Bacias, além do Risco Operacional da própria Companhia, de forma a contribuir com o reporte dos indicadores GRI Standard Água, versão 2018 e CDP Water, SASB.

No que tange a matriz energética utilizada pela Companhia no ano de 2019, tivemos 100% de energia utilizada de fontes renováveis, indicador que ambicionamos manter em definitivo.

### **Biodiversidade e Responsabilidade Social**

Preservamos e protegemos mais de 4 mil hectares, uma área 3 vezes maior que nossa área operacional, sendo: 1.847,00 hectares de áreas de reserva legal e RPPN, com vegetação preponderante de Floresta Estacional Semidecidual em alto grau de preservação, e outros 2.584,00 hectares recuperados e/ou conservados dentro do bioma Mata Atlântica no biênio 2018/2019.

No último trimestre a CSN Mineração realizou importantes ações visando a proteção da Biodiversidade. Dentre elas, a regularização fundiária e doação ao ICMBIO de áreas nos Parques Nacional das Sempre Vivas e Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Todas elas incluídas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, contribuindo para a conservação da biodiversidade e recarga hídrica daquela região. Além disso, outros 550 hectares de áreas utilizadas pela mineração ou pilhas de estéreis, foram recompostos através do plantio de hidrossemeadura e mudas criando áreas verdes e mitigando impactos relacionados às emissões de material particulado.

Além disso, a CSN Mineração realiza o monitoramento da flora e fauna na área de influência do empreendimento, abrangendo mastofauna, herpetofauna e avifauna há mais de 15 anos. Durante esse período comprovamos a evolução no grau de preservação do local, onde a cada ano a riqueza da fauna encontrada aumenta, incluindo a presença de diversas espécies ameaçadas de extinção, indicando que há um equilíbrio ecológico entre as atividades da empresa e a biodiversidade local.

No relacionamento com a comunidade, a CSN Mineração detém um cronograma de reuniões rotineiras realizadas bimestralmente com vários representantes do poder público/privado e de comunidades, tendo como objetivo debater demandas, críticas e sugestões de melhoria na minimização ou mitigação dos impactos socioambientais inerentes aos seus empreendimentos.

Também neste sentido a “Casa de Apoio CSN”, localizada no bairro chamado Residencial, em Congonhas-MG, se configura como um importante canal de comunicação com a comunidade

A Companhia atua sempre de maneira a minimizar os impactos de suas operações, além de investir em iniciativas de preservação e educação ambiental, atestando seu compromisso com a qualidade de vida das futuras gerações. Uma importante ferramenta social é o Programa de Educação Ambiental (PEA), iniciativa da Companhia gerida pela Fundação CSN, com destaque para as unidades de Itaguaí (RJ) e de Congonhas (MG), visando reafirmar seu compromisso com a transformação de valores e atitudes por meio de novos hábitos e conhecimentos. O projeto de educação ambiental com ênfase nas questões relacionadas aos patrimônios histórico e natural, em locais de atuação e relacionados a suas atividades, utiliza a arte como instrumento de diálogo entre alunos da rede pública, professores e colaboradores da empresa.

Os projetos de responsabilidade social da CSN Mineração têm o objetivo de valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando parceria com o poder público e com a sociedade civil. Essas ações são executadas pela Fundação CSN e tem o compromisso de promover a transformação de pessoas e comunidades por meio do desenvolvimento social, educacional e cultural.



A Fundação realiza projetos de execução direta nas principais cidades em que a empresa tem unidades de negócio e também dá suporte com a curadoria, seleção e acompanhamento técnico de projetos de entidades terceiras que recebem patrocínio do grupo através de leis de incentivo fiscal, ampliando assim sua atuação social.

Entre 2017 até setembro 2020, o valor investido pela CSN Mineração em iniciativas sociais somam o montante de R\$ 63,8 milhões para 136 iniciativas nas áreas da cultura, educação, esporte, saúde, criança, adolescente e idoso, por meio de leis de incentivo fiscal, contemplando projetos de ação direta da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições parceiras em 31 cidades e 12 estados. Em 2017 foram R\$ 10,0 milhões em 25 projetos; em 2018 foram R\$ 23,7 milhões em 46 projetos. Em 2019 foram aportados R\$29,3 milhões em 63 iniciativas. Em 2020 foram realizados até o momento R\$ 626 mil em 2 projetos, pois o maior aporte acontecerá em dezembro.

Com projetos de execução direta em educação, a Fundação CSN contribui para a democratização do acesso à educação, apoia a capacitação profissional e a inserção do jovem no mercado de trabalho. Oferece programas de bolsas de estudos no Centro de Educação Tecnológica, em Congonhas (MG), com 223 alunos bolsistas em 2020, 44% do total de alunos. Em 2017, 304 alunos bolsistas; em 2018, 348 alunos e em 2019, 260 alunos bolsistas.

O programa Ganhar o Mundo, de abrangência nacional, oferece bolsas de estudos de graduação no exterior para jovens mulheres. Dando continuidade à primeira edição, Julia Shimizu foi a segunda bolsista aprovada para graduação em Barnard em 2019, nos EUA, onde está cursando Ciências Sociais com bolsa de estudo integral da CSN executado pela Fundação CSN. A jovem se juntou a Jéssica Oliveira, que é bolsista de Educação e Economia na universidade desde 2018. Outras cinco jovens do Ganhar o Mundo conquistaram bolsas integrais e parciais em universidades norte-americanas, totalizando sete alunas estudando no exterior.

Com o Programa Jovem Aprendiz, a Fundação CSN contribui para inserção de jovens no mercado de trabalho. Em 2020, atendeu até o momento 953 jovens aprendizes em 131 empresas parceiras. O programa totaliza 5 unidades em Minas Gerais, estando presente em Congonhas, Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Ouro Branco. Em 2017 foram 684 jovens, em 2018, 725, em 2019, 893 capacitados pelo jovem aprendiz em Minas Gerais. Desenvolvido em parceria com a prefeitura de Contagem (MG), o Capacitar para Crescer, programa preparatório que antecede o Jovem Aprendiz, capacitou 385 jovens em 2019.

Na área de educação ambiental, a Fundação CSN executa o Programa de Educação Ambiental - PEA da CSN Mineração, oferecendo treinamentos, cursos, palestras, jogos e oficinas nos municípios de Congonhas, Belo Vale, Rio Acima e Ouro Preto. O programa impactou 12.495 pessoas em 2017; 14.095 pessoas em 2018; 11.082 pessoas em 2019; e até o presente momento 3.610 pessoas em 2020.

A Fundação CSN acredita na potência da cultura para a transformação da sociedade. Com projetos de execução direta, potencializa manifestações artísticas de diversos gêneros e linguagens e integra o calendário cultural dos municípios.

O Projeto Garoto Cidadão, é patrocinado pela CSN Mineração e oferece oficinas socioculturais de música, dança, teatro, arte, comunicação e expressão e habilidades e competências para 650 crianças e adolescentes no contraturno escolar nas cidades de Congonhas (MG) e Itaguaí (RJ). Além disso, o patrocínio beneficia outras 1.650 crianças e adolescentes em municípios que a CSN tem unidade de negócio: Volta Redonda (RJ), Araucária (PR), Arcos (MG) e São Paulo (SP). Em 2019, os educandos realizaram 112 apresentações culturais para público de 113 mil pessoas.

O Circula Brasil, caminhão-palco do Garoto Cidadão, seguiu estrada a fora nas cidades em que atua o projeto e apoiando a realização de apresentações culturais de produtores locais. Em 2019, 13 cidades foram visitadas, com 81 apresentações, ocupações e formações realizadas para público de mais de 102 mil pessoas.

O Centro Cultural Fundação CSN, embora localizado em Volta Redonda (RJ), é também patrocinado pela CSN Mineração. É um espaço com programação gratuita, voltado para a formação, difusão e fortalecimento de arte, educação e cultura, e recebeu mais de 58 mil visitantes em 2019. No total, foram realizadas 120 atividades culturais, entre apresentações e ocupações feitas por artistas, coletivos e grupos culturais locais apoiados a partir da oferta de



espaços estruturados para realização das atividades. Apesar de estar em Volta Redonda, o Centro Cultural funciona com recursos da CSN Mineração.

O “Histórias que Ficam” é um programa de consultoria, fomento e difusão da produção audiovisual brasileira, que culminou entre 2017 e 2019 com a produção de 8 documentários exibidos em 151 sessões da Mostra Itinerante, com público total de 10.568 espectadores. Os documentaristas vitoriosos receberam, além do patrocínio para a realização do filme e consultoria de renomados cineastas.

A Fundação CSN entende a importância da articulação política na busca de uma relação harmoniosa entre poder público, empresários locais, instituições e CSN nas comunidades em que atua. Participa de conselhos e órgãos locais, capacita conselheiros tutelares, servidores e educadores, além de organizar e integrar eventos, ao lado de agentes locais.

O Espaço Comunidade CSN foi criado em dezembro de 2018 Congonhas (MG) com o propósito de desenvolver o relacionamento da CSN Mineração com a comunidade, criar vínculos, estabelecer diálogos e identificar possíveis oportunidades. Em 2019, foram 2.231 pessoas atendidas e 648 até setembro de 2020. Essa estratégia estabelece um importante canal direto de informações para a população, acolhendo os moradores para a solução de dúvidas sobre mineração, novos empreendimentos e projeções da CSN.

Essas ações demonstram o compromisso social da empresa com as comunidades em que está inserida. Ao lado de entidades parceiras seguimos mobilizados por um Brasil com mais inclusão social e oportunidades, fazendo bem, fazendo mais e fazendo para sempre.

## **10 - DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS**

Este documento contém afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da CSN Mineração aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021

## Resultados do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019

A CSN Mineração **apresenta seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (2019)** em Reais, sendo suas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme Instrução CVM nº 485 de 01/09/2010.

Os comentários abordam os resultados consolidados da Companhia no **exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (2019)** e as comparações são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2018). A cotação do dólar em 31/12/2019 era de R\$4,0307 e em 31/12/2018 era de R\$3,8748.

### Destaques operacionais e financeiros do 2019

- O **EBITDA ajustado** atingiu **R\$5.955 milhões** em 2019, devido principalmente ao maior volume de vendas, ao maior dólar médio e ao significativo aumento do preço médio do minério de ferro praticado em 2019.

Destaques	2018	2019	Variação
			2019 x 2018
<b>Vendas de minério de ferro (mil toneladas)</b>	<b>34.778</b>	<b>38.545</b>	11%
- Mercado interno	5.189	3.649	-30%
- Mercado externo	29.589	34.896	18%
<b>Resultado Consolidado (R\$ milhões)</b>			
Receita líquida	7.233	11.456	58%
Lucro bruto	3.711	7.091	91%
EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	2.689	5.955	121%
Receita líquida	7.233	11.456	58%
CPV	-3.522	-4.365	24%
Lucro bruto	3.711	7.091	91%
Despesas gerais e administrativas	-123	-153	24%
Vendas	-1.326	-1.506	14%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-231	-184	-20%

<sup>(1)</sup> O EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro líquido, acrescido das depreciações e amortizações, dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e do resultado de outras receitas/despesas operacionais.

### Resultado Consolidado CSN Mineração

- A **receita líquida** em 2019 totalizou R\$11.456 milhões, sendo 58% superior à auferida em 2018. O aumento se deve basicamente ao maior volume de vendas em 2019, bem como o efeito do aumento da cotação do dólar incidente sobre os preços em US\$ de minério de ferro e ao significativo aumento dos preços em 2019 em relação ao 2018.

- Em **2019**, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$4.365 milhões, 24% maior em comparação ao exercício anterior devido à compra de minério de ferro de terceiros a preços maiores em 2019 em relação àqueles praticados em 2018.
- Em **2019**, o lucro bruto somou R\$7.091 milhões, 91% superior ao registrado em 2018. A margem bruta aumentou 10p.p. em 2019 quando comparada com o exercício anterior.
- Em **2019** as **despesas com vendas, gerais e administrativas** totalizaram R\$1.659 milhões, 14% superior ao registrado no exercício de 2018, enquanto a receita líquida aumentou em 58% na mesma base de comparação. As **despesas com vendas** e as **despesas gerais e administrativas** aumentaram em 14% e 24%, respectivamente, em **2019** na mesma base comparativa, passando juntas a representar 14% da receita líquida.
- As **outras receitas e despesas operacionais líquidas** apresentaram despesas líquidas com uma redução de R\$47 milhões em **2019** em relação a 2018.

Em **2019**, a Companhia registrou **lucro líquido de R\$3.664 milhões**, frente ao lucro líquido de R\$1.062 milhões registrado em 2018, em função principalmente da maior receita líquida em **2019** em comparação com 2018, parcialmente compensada pelo maior custo dos produtos vendidos e maior despesa de imposto de renda e contribuição social em **2019**.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2018	2019	Variação 2018 x 2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.062</b>	<b>3.664</b>	<b>245%</b>
(+) Resultado financeiro líquido	525	108	-79%
(+) IR e CSLL	511	1.531	200%
(+) Depreciação	360	468	30%
<b>EBITDA (ICVM 527)</b>	<b>2.458</b>	<b>5.771</b>	<b>135%</b>
(+) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	231	184	-20%
<b>EBITDA Ajustado<sup>(1)</sup></b>	<b>2.689</b>	<b>5.955</b>	<b>121%</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo as outras receitas (despesas) operacionais por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

- O **EBITDA Ajustado** atingiu R\$5.955 milhões em **2019**, versus R\$2.689 milhões em **2018**, um aumento de R\$3.266 milhões em função da maior receita líquida parcialmente compensada pelas despesas com vendas, gerais e administrativas e pelo custo dos produtos vendidos maiores em 2019 em relação a 2018, todos já comentados acima. A margem EBITDA Ajustada atingiu 52%, ou 15p.p. superior na mesma base de comparação.

# CSN Mineração S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	14

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar  
Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
**CSN Mineração S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CSN Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

### Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

### Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício corrente findo em 31 de dezembro de 2019

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2.z às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o refazimento e a reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2019, para refletir o aprimoramento de determinadas divulgações, conforme solicitações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como outros aprimoramentos identificados pela administração descritos na mencionada nota explicativa. Em 15 de outubro de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificação e com parágrafo de ênfase com relação à transações com partes relacionadas, sobre aquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Devido à reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas na Nota 2.z, emitimos esse novo relatório de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

### 1. Provisão para riscos relacionados às demandas judiciais (Nota Explicativa nº 20)

#### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Esta área exige julgamentos e avaliações críticas efetuadas pela administração, suportada por seus consultores jurídicos, na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, mensuração dos valores envolvidos, avaliação da probabilidade de êxito nas diversas discussões e divulgação apropriada dos processos e contenciosos existentes, tendo em vista a relevância dos mesmos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

O valor das contingências classificadas como prováveis e passíveis de provisão registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas montava R\$ 67 milhões em 31 de dezembro de 2019. O montante de contingências possíveis, portanto não sujeitas ao registro de provisão segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de R\$ 6.598 milhões em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, determinadas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento, classificação de ativos e passivos e divulgação das provisões para riscos relacionados a demandas judiciais e administrativas, processos, e/ou, em certos casos, aderência a leis e regulamentos, requer determinado nível de julgamento por parte da Companhia e suas controladas para registro das estimativas de perdas e divulgações nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração e definição do momento de reconhecimento e divulgações relacionadas ao contencioso e demandas judiciais entre as várias esferas de discussão de nosso direito, bem como aos eventuais impactos que referidos processos e estimativas podem causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto (inclusive quando da avaliação de demandas judiciais consideradas possíveis e prováveis, já que a alteração no prognóstico ou no critério de avaliação podem trazer impactos significativos nas demonstrações financeiras em termos de provisão e/ou reconhecimento de ativos). Desta forma, continuamos a considerar este assunto como relevante para a nossa auditoria do exercício corrente.

## Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões para riscos relacionados às demandas judiciais e administrativas, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos;
- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões para riscos relacionados às demandas judiciais e administrativas, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos;
- Avaliação, com base em testes, da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando dados e informações históricas, bem como avaliação das confirmações recebidas dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Para demandas da área tributária, nossa abordagem incluiu o envolvimento de nossos especialistas tributários na avaliação dos méritos e informações sobre êxito prestadas pelos respectivos assessores jurídicos (na extensão que julgamos necessária), além da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais e trabalhistas envolvendo a Companhia;
- Discussões com os consultores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados quanto aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis em que a Companhia está envolvida.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação das estimativas e riscos relacionados às demandas judiciais em andamento nas diversas esferas de discussões existentes estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicional (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021



Nelson Fernandes Barreto Filho  
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	428.077	1.443.204	348.268	1.359.310	Empréstimos e financiamentos	13	43.347	639.418	43.347	639.418
Aplicações financeiras	4	36.132	9.487	36.132	9.487	Fornecedores		825.571	763.149	826.374	763.356
Contas a receber	5	1.434.073	738.455	1.431.597	736.075	Obrigações sociais e trabalhistas		66.893	58.227	66.526	57.928
Estoques	6	468.433	453.247	468.433	453.247	Obrigações fiscais	15	404.094	61.079	399.763	57.037
Impostos a recuperar	7	53.969	60.134	53.246	59.642	Provisão para contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	20	4.080	6.965	4.080	6.965
Outros ativos circulantes	8	225.655	156.990	226.112	156.391	Adiantamento de clientes	16	699.494	61.641	697.017	59.260
		<b>2.646.339</b>	<b>2.861.517</b>	<b>2.563.788</b>	<b>2.774.152</b>	Dividendos	12.b	-	252.186	-	252.186
						Outras obrigações	17	133.117	131.428	129.939	124.903
								<b>2.176.596</b>	<b>1.974.093</b>	<b>2.167.046</b>	<b>1.961.053</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	7	74.195	99.556	74.195	99.556	Empréstimos e financiamentos	13	1.436.636	2.143.630	1.436.636	2.143.630
Outros ativos não circulantes	8	530.428	196.810	530.001	196.402	Provisão para contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	20	62.678	52.338	62.678	52.338
Investimentos	9	1.197.938	1.161.559	1.271.486	1.236.458	Impostos diferidos	18.b	433.485	388.843	433.485	388.843
Imobilizado	10	7.186.659	6.574.493	7.186.539	6.574.327	Adiantamento de clientes	16	1.840.929	-	1.840.929	-
Intangível	11	4.242.388	4.241.537	4.242.388	4.241.537	Passivos ambientais e desativação	21	330.560	70.331	330.560	70.331
		<b>13.231.608</b>	<b>12.273.955</b>	<b>13.304.609</b>	<b>12.348.280</b>	Outras obrigações	17	239.526	171.727	239.526	171.727
								<b>4.343.814</b>	<b>2.826.869</b>	<b>4.343.814</b>	<b>2.826.869</b>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	22.a	6.103.872	6.103.872	6.103.872	6.103.872
						Reservas de capital	22.c	141.723	141.723	141.723	141.723
						Resultados abrangentes	22.h	328.067	329.625	328.067	329.625
						Reservas de lucros	22.g	2.783.875	3.759.290	2.783.875	3.759.290
								<b>9.357.537</b>	<b>10.334.510</b>	<b>9.357.537</b>	<b>10.334.510</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.877.947</b>	<b>15.135.472</b>	<b>15.868.397</b>	<b>15.122.432</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.877.947</b>	<b>15.135.472</b>	<b>15.868.397</b>	<b>15.122.432</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o (prejuízo) lucro do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita operacional líquida</b>	23	11.455.946	7.233.083	11.455.946	7.233.538
Custos dos produtos vendidos	24	(4.364.471)	(3.522.221)	(4.405.118)	(3.550.471)
<b>Lucro bruto</b>		<b>7.091.475</b>	<b>3.710.862</b>	<b>7.050.828</b>	<b>3.683.067</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com Vendas	24	(1.506.414)	(1.325.676)	(1.505.508)	(1.323.960)
Despesas gerais e administrativas	24	(153.243)	(122.895)	(149.691)	(123.150)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(183.702)	(230.844)	(182.565)	(230.390)
Outras receitas operacionais		50.098	32.293	50.060	32.293
Outras (despesas) operacionais		(233.800)	(263.137)	(232.625)	(262.683)
Resultado da equivalência patrimonial		55.202	66.786	80.677	81.170
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>5.303.318</b>	<b>2.098.233</b>	<b>5.293.741</b>	<b>2.086.737</b>
Resultado financeiro, líquido	26	(108.113)	(524.880)	(113.623)	(526.596)
Receitas financeiras		30.807	43.294	28.866	41.641
Despesas financeiras		(176.327)	(398.990)	(176.306)	(392.542)
Variações cambiais líquidas		37.407	(169.184)	33.817	(175.695)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>5.195.205</b>	<b>1.573.353</b>	<b>5.180.118</b>	<b>1.560.141</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.a	(1.485.652)	(512.709)	(1.470.565)	(499.497)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	(45.290)	1.193	(45.290)	1.193
		(1.530.942)	(511.516)	(1.515.855)	(498.304)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>3.664.263</b>	<b>1.061.837</b>	<b>3.664.263</b>	<b>1.061.837</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	22.g			20,2443	5,8664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro Líquido do Exercício	3.664.263	1.061.837
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos	(1.558)	(1.296)
	<u><b>3.662.705</b></u>	<u><b>1.060.541</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Investimentos	Lucros a realizar					Dividendos propostos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>183.793</b>	<b>2.253.325</b>	<b>507.302</b>	<b>365.709</b>	<b>8.286</b>	<b>322.635</b>	-	<b>9.886.645</b>
Dividendos distribuídos (nota 22.f)	-	-	-	-	-	(365.709)	-	-	-	<b>(365.709)</b>
Dividendos mínimos obrigatórios não declarados - CGPAR	-	-	-	5.219	-	-	-	-	-	<b>5.219</b>
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos (nota 22.h)	-	-	-	-	-	-	(1.433)	-	-	<b>(1.433)</b>
Outros resultados abrangentes (nota 22.h)	-	-	-	-	-	-	137	-	-	<b>137</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.061.837	<b>1.061.837</b>
Destinações:										
Reserva legal (nota 22.f)	-	-	53.093	-	-	-	-	-	(53.093)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 1,393279 por ação) (nota 22.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(252.186)	<b>(252.186)</b>
Dividendos adicionais propostos (nota 22.f)	-	-	-	-	-	756.558	-	-	(756.558)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>236.886</b>	<b>2.258.544</b>	<b>507.302</b>	<b>756.558</b>	<b>6.990</b>	<b>322.635</b>	-	<b>10.334.510</b>
Dividendos distribuídos (nota 22.f)	-	-	-	(2.253.326)	(270.689)	(756.558)	-	-	-	<b>(3.280.573)</b>
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 22.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(521.146)	<b>(521.146)</b>
Dividendos antecipados distribuídos (nota 22.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(837.959)	<b>(837.959)</b>
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos (nota 22.h)	-	-	-	-	-	-	(1.558)	-	-	<b>(1.558)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.664.263	<b>3.664.263</b>
Destinações:										
Reserva legal (nota 22.f)	-	-	183.213	-	-	-	-	-	(183.213)	-
Reserva de Investimento (nota 22.f)	-	-	-	1.740.525	-	-	-	-	(1.740.525)	-
Dividendos adicionais propostos (nota 22.f)	-	-	-	-	-	381.420	-	-	(381.420)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>420.099</b>	<b>1.745.743</b>	<b>236.613</b>	<b>381.420</b>	<b>5.432</b>	<b>322.635</b>	-	<b>9.357.537</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notes	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	3.664.263	1.061.837	3.664.263	1.061.837
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	9 (55.202)	(66.786)	(80.677)	(81.170)
Variações cambiais e monetárias	(48.310)	202.644	(51.590)	202.822
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	12 107.428	224.537	107.428	224.537
Juros capitalizados	10.a (89.228)	(54.929)	(89.228)	(54.929)
Juros de passivos de arrendamentos	15.a 7.010	-	7.010	-
Amortização custo de transação	13 3.513	4.563	3.513	4.563
Depreciação e amortização	10 e 11 498.420	402.226	498.374	402.141
Perda estimada para a baixa de ativos imobilizados	10 14.710	1.835	14.710	1.835
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	18 1.530.942	511.516	1.515.855	498.304
Outros provisionamentos	(28.013)	(20.307)	(1.186)	(1.665)
(Aumento) Redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(633.117)	(309.321)	(631.429)	(172.721)
Adiantamentos a fornecedores - parte relacionada	(402.176)	-	(402.176)	-
Estoques	(20.799)	12.868	(20.799)	12.868
Impostos a recuperar	(50.880)	(51.758)	(50.649)	(51.737)
Outros ativos	(46.878)	8.545	(47.916)	47.204
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(33.057)	188.545	(32.921)	188.504
Obrigações sociais e trabalhistas	8.666	(902)	8.598	(935)
Tributos a recolher	25.314	36.160	39.755	44.927
Adiantamento de clientes	2.524.826	-	2.524.826	-
Outras obrigações	36.296	15.879	39.546	(24.460)
Dividendos recebidos	46.159	41.388	46.159	159.861
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.090.679)	(279.577)	(1.090.322)	(265.958)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13 (141.250)	(246.746)	(141.250)	(246.746)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>5.827.958</b>	<b>1.682.217</b>	<b>5.829.894</b>	<b>1.949.082</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de ativos imobilizados	(613.677)	(494.404)	(613.677)	(494.305)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(613.677)</b>	<b>(494.404)</b>	<b>(613.677)</b>	<b>(494.305)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
Pagamento do principal sobre empréstimos	13 (1.524.353)	(604.347)	(1.524.353)	(604.347)
Captação	13 209.391	-	209.391	-
Custo de transação financeira	13 (2.624)	(12.784)	(2.624)	(12.784)
Dividendos pagos	22.f (4.370.718)	(1.888.218)	(4.370.718)	(1.888.218)
Juros s/ Capital Proprio	22.f (521.146)	-	(521.146)	-
Passivos de arrendamentos	17.a (17.809)	-	(17.809)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(6.227.259)</b>	<b>(2.505.349)</b>	<b>(6.227.259)</b>	<b>(2.505.349)</b>
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	(2.149)	(454)	-	(632)
<b>Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.015.127)</b>	<b>(1.317.990)</b>	<b>(1.011.042)</b>	<b>(1.051.204)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.443.204	2.761.194	1.359.310	2.410.514
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	428.077	1.443.204	348.268	1.359.310
<b>Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.015.127)</b>	<b>(1.317.990)</b>	<b>(1.011.042)</b>	<b>(1.051.204)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas</b>		<b>11.708.844</b>	<b>7.493.786</b>	<b>11.708.844</b>	<b>7.494.240</b>
Vendas mercadorias, produtos e serviços		11.667.481	7.453.166	11.667.481	7.453.621
Outras receitas/(despesas)		41.365	40.586	41.365	40.585
(Provisão)/reversão créditos liquidação duvidosa		(2)	34	(2)	34
<b>Insumos adquiridos de Terceiros</b>		<b>(4.941.801)</b>	<b>(4.247.772)</b>	<b>(4.989.019)</b>	<b>(4.284.902)</b>
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(2.569.147)	(2.189.458)	(2.609.793)	(2.217.706)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.326.295)	(2.016.695)	(2.332.868)	(2.025.578)
(Perda)/recuperação de valores ativos		(46.359)	(41.619)	(46.358)	(41.618)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>6.767.043</b>	<b>3.246.014</b>	<b>6.719.825</b>	<b>3.209.338</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciação, amortização e exaustão	nota 24	(497.235)	(402.226)	(497.189)	(402.141)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>6.269.808</b>	<b>2.843.788</b>	<b>6.222.636</b>	<b>2.807.197</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>68.331</b>	<b>153.036</b>	<b>88.427</b>	<b>161.808</b>
Resultado de equivalência patrimonial	nota 9	55.202	66.786	80.677	81.170
Receitas financeiras		30.807	43.294	28.866	41.641
Outros e variações cambiais ativas		(17.678)	42.956	(21.116)	38.997
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>6.338.139</b>	<b>2.996.824</b>	<b>6.311.063</b>	<b>2.969.005</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Pessoal e Encargos		561.216	515.132	551.065	505.721
Impostos, taxas e contribuições		1.989.510	807.187	1.974.301	793.907
Remuneração de capitais de terceiros		123.150	612.668	121.435	607.540
Remuneração de capitais próprios		3.664.263	1.061.837	3.664.263	1.061.837
		<b>6.338.139</b>	<b>2.996.824</b>	<b>6.311.064</b>	<b>2.969.005</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CSN Mineração S.A, referida adiante como “CSN Mineração”, “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2007, sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, em conjunto com suas controladas e coligadas, é denominada também nestas demonstrações financeiras como “Grupo”. O Grupo foi formado a partir da combinação de negócios dos ativos de mineração e porto de sua controladora Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN” ou “Controladora CSN”) com os ativos de mineração incorporados da Nacional Minérios S.A. (“Namisa”), uma joint venture entre a CSN e a Japão Brasil Minério de Ferro Participações (“Consórcio Asiático”), um grupo asiático formado pela Itochu e pelas siderúrgicas internacionais JFE, Posco, Kobe Steel, Nisshin Steel e China Steel Corp.

O Grupo tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social.

A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático, através de uma rede integrada de logística que permite o transporte do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de carvão (“TECAR”), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O TECAR também presta o serviço de desembarque de granéis sólidos, principalmente, para atender as importações de carvão e coque realizadas pelo seu acionista controlador, Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”).

Os preços que vigoram no mercado internacional de minério de ferro são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

As atividades de mineração da Companhia utilizam barragens de rejeitos para as quais são regularmente adotadas todas as medidas cabíveis para mitigar os riscos inerentes à manipulação e descarte dos rejeitos e cumprir a legislação ambiental vigente. É importante reiterar que operar sem a dependência dessas barragens é uma prioridade em nossas atividades minerárias, tendo sido investidos cerca de R\$250 milhões em duas plantas de filtragem de rejeitos, durante os exercícios de 2018 e 2019, os quais já se encontram em fase de *ramp up* operacional adequando seu funcionamento, identificando e implementando diversas otimizações de processo. Com isso a Companhia passará a processar integralmente os rejeitos em processo a seco, descartando a utilização de barragens em suas atividades. Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito a seco.

A totalidade das nossas barragens estão devidamente adequadas à legislação ambiental em vigor.

- **Continuidade Operacional:**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que montam R\$1,5 bilhão, do qual R\$1,4 bilhão possui vencimento no longo prazo, conforme nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2020 são esperados pagamentos de empréstimos que, incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam R\$46 milhões em valores aproximados.

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração que abrangeu o período operacional até março de 2021, que levam em consideração fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, a Administração entende que a Companhia possui os recursos necessários para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade normal das operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as normas emitidas pelo IFRS e CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber;
- Nota explicativa 11.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa 20 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 21 – Provisões para passivos ambientais e desativação;
- Nota explicativa 27 – Benefícios pós emprego.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento contábil aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anteriormente emitidas em 15 de outubro de 2020, estão sendo reapresentadas para refletir o aprimoramento de determinadas divulgações por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, tendo sido aprovadas pela administração em 21 de janeiro de 2021.

### 2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem as controladas e a coligada demonstradas no quadro abaixo.

- **Empresas**

Empresas	Participação no capital social (%)	Atividades principais
<b>Participação direta em controladas: consolidação integral</b>		
CSN Mining Holding, S.L	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
<b>Participação indireta em controladas: consolidação integral</b>		
CSN Mining GmbH	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining Portugal Unipessoal LDA	100,00	Representação comercial
CSN Mining Asia Limited	100,00	Representação comercial
<b>Participação direta em empresas classificadas como coligada: equivalência patrimonial</b>		
MRS Logística S.A	18,63	Transporte ferroviário

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

- **Transações entre controladas e coligada**

Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com a coligada, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e da coligada é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

#### **Controladas**

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e existe a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

#### **Coligada**

O investimento na MRS é classificado como coligada pois a Companhia possui influência significativa, mas não o controle sobre as decisões relevantes do negócio dessa investida. Além da participação de 18,63% na MRS, que incluem ações ordinárias e preferenciais e também uma ação ordinária vinculada ao acordo de acionista, é levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos do acionista controlador CSN, que é membro signatário do acordo de acionistas da MRS.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

#### **2.c) Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e CPCs.

#### **2.d) Moedas estrangeiras**

##### **i. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

##### **ii. Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em consonância com o CPC 02 e a ICPC 21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento, as operações onde a Companhia reconhece um ativo não monetário ou passivo não monetário, que envolvam pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira, são registradas pela taxa de câmbio da data que a entidade reconheceu inicialmente (data de transação) o ativo não monetário ou passivo não monetário.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2019, US\$1 equivale a R\$4,0307 (R\$3,8748 em 31 de dezembro de 2018) e €1 equivale a R\$4,5305 (R\$4,4390 em 31 de dezembro de 2018).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**2.e) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e são classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4.

**2.f) Contas a receber**

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas quando aplicável.

As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das “*commodities*” estabelecido pelo “*Platts*”, na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente.

Mensalmente, quando aplicável, é efetuada a marcação a mercado para os saldos em aberto, por meio da cotação futura das “*commodities*” que seriam utilizadas para acerto final, quando da emissão das faturas finais.

As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das “*commodities*” (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato.

O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre.

Com a adoção do novo IFRS 09 / CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas

**2.g) Estoques**

Mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O minério de ferro é reconhecido a partir do momento em que há extração física na mina e beneficiamento. É utilizado o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias.

**2.h) Investimentos**

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios.

Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

**2.i) Combinação de negócios**

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

**2.j) Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme Nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado ao invés de estoques.

**2.k) Arrendamento mercantil**

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos.

Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor.

Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente.

Também aplicamos o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

**2.l) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas no valor recuperável (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional. A Companhia possui uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de "*impairment*".

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos.

## **2.m) Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

## **2.n) Benefícios a empregados e participação nos lucros e bônus**

### **i. Benefícios a Empregados**

#### **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

#### **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

**ii. Participação nos lucros e bônus**

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocada ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

**2.o) Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**2.p) Capital Social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

**2.q) Reconhecimento de receita**

A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia e reconhece suas as receitas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas:

- Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do valor do contrato;
- Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou no momento em que as obrigações de desempenho são concluídas.

A Companhia reconhece a receita das vendas de minério de ferro quando o controle do produto é transferido para os clientes, o que geralmente ocorre, no caso das vendas para exportação, quando o produto é embarcado no navio e, no caso das vendas internas, quando o produto é carregado no trem.

As vendas de minério de ferro para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (Cost and Freight) e CIF (Cost, Insurance and Freight) incluem o serviço de frete marítimo embutido na mesma fatura. Nesse caso, a obrigação de desempenho do serviço de frete marítimo é considerada separadamente do embarque do minério de ferro e a Companhia reconhece a receita da prestação desse serviço na entrega da mercadoria no destino especificado pelos clientes.

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

Nas vendas para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (Cost and Freight) e CIF (Cost, Insurance and Freight), a obrigação de pagar pela mercadoria e o serviço de frete marítimo, que está embutido na mesma fatura, geralmente surge quando o produto é carregado no navio. A Companhia contrata e, alguns casos, paga o serviço de frete marítimo antecipadamente, o montante pago é reconhecido como um ativo, adiantamento a fornecedores, até a chegada ao porto de destino, momento em que é debitado ao resultado como despesa de frete.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Simultaneamente, a Companhia reconhece o preço do serviço de frete marítimo, pelo qual é responsável, como passivo, adiantamento de clientes, até a chegada ao porto de destino, momento em que a Companhia cumpre a sua obrigação de desempenho para o serviço de frete marítimo e, dessa forma, reconhece a receita pela prestação desse serviço.

A Companhia reconhece adiantamentos a fornecedores e adiantamentos de clientes como despesas de frete e receita de serviços de frete marítimo prestados, respectivamente, no prazo de um mês. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

### **2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### **2.s) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**2.t) Lucro/ (Prejuízo) por ação**

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, quando aplicável. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

**2.u) Custos ambientais e restauração de áreas**

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção (licenças/SNUC).

**2.v) Pesquisa e desenvolvimento**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

**2.w) Instrumentos financeiros**

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

**i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

• **Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

• **Custo de amortização**

Os ativos mensurados ao custo de amortização dever ser mensurado se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deves reconhecêr suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

• **Desreconhecimento**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

**ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• **Passivos financeiros ao custo amortizado**

A companhia devesse classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiro classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, dividendos, adiantamentos de clientes e fornecedores.

• **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

• **Desreconhecimento de passivos financeiros**

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**2.x) Demonstração do valor adicionado**

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

**2.y) Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da Companhia para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

**2.z) Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Conforme aprimoramentos solicitados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1 – Presentation of Financial Statements), as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 (anteriormente aprovadas, para emissão, pela administração em 15 de outubro de 2020) estão sendo reapresentadas visando refletir aprimoramentos dos seguintes assuntos:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

i) Nota Explicativa nº 08 – Outros ativos circulantes e não circulantes – a administração revisou os critérios de apresentação dos saldos do Balanço Patrimonial procedendo com a reclassificação, da rubrica “Outros Ativos circulantes e não circulantes”, do montante de R\$128.164 e R\$127.441 consolidado e controladora, respectivamente, para a rubrica de Impostos a recuperar – Nota Explicativa nº 7, visando a melhor apresentação dos números divulgados;

ii) Nota Explicativa nº 17 – Outras obrigações – a administração revisou os critérios de apresentação dos saldos do Balanço Patrimonial procedendo com a reclassificação, da rubrica “Outras obrigações”, do montante de R\$2.870.983 e R\$2.868.506 consolidado e controladora, respectivamente, para as rubricas abaixo, visando a melhor apresentação dos números divulgados.

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Adiantamento de clientes (Nota 16)	2.540.423	2.537.946
Passivos ambientais e desativação (Nota 21)	330.560	330.560
<b>Total</b>	<b>2.870.983</b>	<b>2.868.506</b>

Adicionalmente a Administração efetuou aprimoramentos nas Notas Explicativas nº 2.q) Reconhecimento de receita e nº 2.w) Instrumentos financeiros, para melhor refletir as transações efetivas da Companhia e revisou os critérios de apresentação dos saldos de transações de compra e venda com partes relacionadas e com pessoal chave da administração divulgados na Nota Explicativa nºs 12.b e 12.d, respectivamente.

**2.a.a) Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

A seguinte norma e interpretação foi emitida e será obrigatória para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2020 e 2021 e não teve sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

<b>Norma</b>	<b>Principais pontos introduzidos pela norma</b>	<b>Vigência</b>
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020

- CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework for Financial Reporting) define os conceitos fundamentais para relatórios financeiros que orientam os órgãos normatizadores no desenvolvimento das suas normas contábeis.

As alterações propostas visam trazer aos preparadores e usuários das informações contábeis uma melhor compreensão do alcance da aplicação da norma. A Companhia estima que não terá impactos relevantes trazidos pela revisão do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, uma vez que já aplica de forma assídua os conceitos estabelecidos pela norma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
<b>Disponibilidades</b>				
Caixa e Bancos	222.006	861.403	202.459	837.659
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>No País:</b>				
Títulos privados	145.809	170.254	145.809	170.254
<b>No Exterior:</b>				
<i>Time Deposits</i>	60.262	411.547		351.397
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	<b>206.071</b>	<b>581.801</b>	<b>145.809</b>	<b>521.651</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>428.077</b>	<b>1.443.204</b>	<b>348.268</b>	<b>1.359.310</b>

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e liquidez imediata.

Adicionalmente, parte significativa dos recursos financeiros no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos considerados pela administração como de primeira linha, e são remuneradas às taxas pré-fixadas.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado e controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Títulos públicos	36.132	9.487
<b>Total</b>	<b>36.132</b>	<b>9.487</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía aplicações financeiras em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN.

### 5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Cientes</b>				
<b>Terceiros</b>				
Mercado interno	3.869	3.154	3.869	3.154
Mercado externo	725.217	525.612	715.650	516.415
	<b>729.086</b>	<b>528.766</b>	<b>719.519</b>	<b>519.569</b>
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(9.370)	(9.094)	(2.279)	(2.277)
	<b>719.716</b>	<b>519.672</b>	<b>717.240</b>	<b>517.292</b>
Partes Relacionadas (Nota 12 - b)	714.357	218.783	714.357	218.783
	<b>1.434.073</b>	<b>738.455</b>	<b>1.431.597</b>	<b>736.075</b>

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório.

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	579.315	515.902	579.315	515.902
Vencidos até 180 dias	137.749	869	137.749	869
Vencidos acima de 180 dias	12.022	11.995	2.455	2.798
	<b>729.086</b>	<b>528.766</b>	<b>719.519</b>	<b>519.569</b>

As movimentações nas perdas esperadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>(9.094)</b>	<b>(8.241)</b>	<b>(2.277)</b>	<b>(2.311)</b>
Perdas de crédito esperadas	(2)	(9)	(2)	(9)
Recuperação de créditos	-	43		43
Variação cambial	(274)	(887)		-
<b>Saldo final</b>	<b>(9.370)</b>	<b>(9.094)</b>	<b>(2.279)</b>	<b>(2.277)</b>

## 6. ESTOQUES

	Consolidado e controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	146.816	173.081
Produtos em elaboração	81.704	101.010
Almoxarifado	286.372	271.187
Outros	2.679	-
(-) Perdas estimadas	(49.138)	(92.031)
	<b>468.433</b>	<b>453.247</b>

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>(92.031)</b>	<b>(56.505)</b>
Reversão /(perdas) estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	8.666	(1.299)
Reversão /(provisão) para perdas em inventário de produto acabado	34.227	(34.227)
<b>Saldo final</b>	<b>(49.138)</b>	<b>(92.031)</b>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.398	42.832	10.225	42.832
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	95.499	113.139	94.949	112.647
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	19.326	793	19.326	793
Outros	2.941	2.926	2.941	2.926
<b>Total</b>	<b>128.164</b>	<b>159.690</b>	<b>127.441</b>	<b>159.198</b>
Circulante	53.969	60.134	53.246	59.642
Não circulante	74.195	99.556	74.195	99.556
<b>Total</b>	<b>128.164</b>	<b>159.690</b>	<b>127.441</b>	<b>159.198</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo.

A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de perdas por recuperabilidade, objetivando o seu aproveitamento.

## 8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Estoque minério de ferro <sup>(1)</sup>	144.499	144.499	144.499	144.499
Depósitos judiciais (Nota 20)	42.961	33.332	42.961	33.332
Dividendos a receber (Nota 12.b)	22.272	23.080	22.272	23.080
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 12.b)	419.669	18.132	420.590	18.419
Frete e seguro marítimo <sup>(2)</sup>	103.987	119.951	103.682	119.062
Arrendamento portuário <sup>(3)</sup>	-	5.180	-	5.180
Outros	22.695	9.626	22.109	9.221
<b>total</b>	<b>756.083</b>	<b>353.800</b>	<b>756.113</b>	<b>352.793</b>
Circulante	225.655	156.990	226.112	156.391
Não circulante	530.428	196.810	530.001	196.402
<b>total</b>	<b>756.083</b>	<b>353.800</b>	<b>756.113</b>	<b>352.793</b>

1 - Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para 2º semestre de 2021.

2 - Refere-se a Pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/CPC 47, o frete no *incoterms* "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega em 31 de dezembro de 2019, mas o prestador de serviço de transporte já havia sido pago.

3 - Saldo referente ao pagamento inicial pelo arrendamento do Porto de Itaguaí, adicionado ao direito de uso na adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS16.

## 9. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>				
<b>Empresa controlada</b>				
CSN Mining Holding	-	-	73.548	74.899
<b>Empresa coligada</b>				
MRS Logística S.A.	764.301	716.176	764.301	716.176
Fair Value alocado à MRS <sup>1</sup>	433.637	445.383	433.637	445.383
<b>Total</b>	<b>1.197.938</b>	<b>1.161.559</b>	<b>1.271.486</b>	<b>1.236.458</b>

1. O *fair value* alocado no investimento na MRS decorrente da aquisição do controle da Namisa, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da ferrovia com a MRS.

A movimentação dos investimentos na empresa controlada e controlada em conjunto é demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial dos investimentos</b>	<b>1.161.559</b>	<b>1.119.478</b>	<b>1.236.458</b>	<b>1.358.499</b>
Resultado equivalência patrimonial	93.775	97.177	92.424	92.917
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.746)	(11.747)	(11.746)	(11.747)
Dividendos	(45.352)		(45.352)	
Aumento de Capital - CSN Mining Holding		(43.488)		(203.349)
Outros	(298)	139	(298)	138
<b>Total</b>	<b>1.197.938</b>	<b>1.161.559</b>	<b>1.271.486</b>	<b>1.236.458</b>

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essas empresas:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Resultado equivalência patrimonial MRS	93.775	97.177	93.775	97.177
Resultado equivalência patrimonial CSN Mining Holding	-	-	(1.352)	(4.260)
Compensação da parcela de custo no resultado equivalencia (IAS28)	(26.827)	(18.644)	-	-
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.746)	(11.747)	(11.746)	(11.747)
<b>Total</b>	<b>55.202</b>	<b>66.786</b>	<b>80.677</b>	<b>81.170</b>

- **Descrição e principais informações sobre a controlada direta e coligada**

- **CSN MINING HOLDING, S.L.**

Situada em Bilbao, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como “*holding*”, tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH, CSN Mining Ásia e CSN Mining Portugal, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras. Com a combinação de negócios ocorrida em novembro de 2015 e consequente incorporação da Namisa pela Companhia em dezembro de 2015, a CSN Mining Holding passou a ser de controle direto da CSN Mineração.

Em 29 de janeiro de 2018 a CSN Mining Holding declarou e pagou dividendos no montante de R\$ 159 milhões.

- **MRS LOGÍSTICA S.A.**

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA., localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva do poder concedente.

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,63% no capital social da MRS, representado por: (i) 7,59% em ações ordinárias, sendo uma ação vinculada ao acordo de acionistas; e (ii) 11,04% em ações preferenciais.

As principais informações financeiras sobre os ativos, passivos e resultados dessa controlada em conjunto estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% do resultado da empresa:

**Balço Patrimonial**

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2019</b>		<b>31/12/2018</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	670.296	345.962	Empréstimos e financiamentos	653.784
Adiantamento a fornecedores	20.100	17.750	Arrendamento mercantil	256.034
Outros ativos circulantes	1.326.281	736.768	Outros passivos circulantes	1.561.684
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>	
Outros ativos não circulantes	789.562	804.570	Empréstimos e financiamentos	2.369.615
			Arrendamento mercantil	1.650.758
Investimento, imobilizado e intangível	8.316.033	6.482.292	Outros passivos circulantes	527.871
			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.102.526</b>
<b>Total Ativos</b>	<b>11.122.272</b>	<b>8.387.342</b>	<b>Total Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>11.122.272</b>
				<b>8.387.342</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**Demonstrações de resultados**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Demonstração do resultado</b>		
Receita líquida	3.200.809	2.733.791
(-) Custo dos produtos vendidos	(2.382.828)	(1.828.773)
<b>Lucro bruto</b>	<b>817.981</b>	<b>905.018</b>
Despesas operacionais	207.840	(206.610)
Resultado financeiro, líquido	(268.089)	(126.021)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>757.732</b>	<b>572.387</b>
Impostos sobre o Lucro	(254.378)	(195.328)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>503.354</b>	<b>377.059</b>

**10. IMOBILIZADO**

**10.a) Composição do imobilizado**

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso	Outros (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.181</b>	<b>1.147.975</b>	<b>3.533.718</b>	<b>9.613</b>	<b>1.789.325</b>	-	<b>36.681</b>	<b>6.574.493</b>
Custo	57.181	1.438.112	6.102.401	27.172	1.789.325	-	91.408	9.505.599
Depreciação acumulada	-	(290.137)	(2.568.683)	(17.559)	-	-	(54.727)	(2.931.106)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.181</b>	<b>1.147.975</b>	<b>3.533.718</b>	<b>9.613</b>	<b>1.789.325</b>	-	<b>36.681</b>	<b>6.574.493</b>
- Aquisições	3.959	-	117.854	735	556.208	-	35.582	714.338
- Juros capitalizados (Nota 26)	-	-	-	-	89.228	-	-	89.228
- Depreciação	-	(56.818)	(422.312)	(1.717)	-	(13.134)	(3.611)	(497.592)
- Transferências para outras categorias de ativos	2	218.866	693.416	257	(890.720)	-	(23.502)	(1.681)
- Perdas estimadas e baixa de bens	(189)	(130)	(6.427)	-	(7.964)	-	-	(14.710)
- Reconhecimento inicial	-	-	-	-	-	32.861	-	32.861
- Remensuração dos contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	69.080	-	69.080
- Remensuração ARO	-	220.642	-	-	-	-	-	220.642
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>60.953</b>	<b>1.530.535</b>	<b>3.916.249</b>	<b>8.888</b>	<b>1.536.077</b>	<b>88.807</b>	<b>45.150</b>	<b>7.186.659</b>
Custo	60.953	1.884.720	6.902.006	28.164	1.536.077	101.941	96.206	10.610.067
Depreciação acumulada	-	(354.185)	(2.985.757)	(19.276)	-	(13.134)	(51.056)	(3.423.408)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>60.953</b>	<b>1.530.535</b>	<b>3.916.249</b>	<b>8.888</b>	<b>1.536.077</b>	<b>88.807</b>	<b>45.150</b>	<b>7.186.659</b>

	Controladora							
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso	Outros (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.181</b>	<b>1.147.975</b>	<b>3.533.718</b>	<b>9.613</b>	<b>1.789.325</b>	-	<b>36.515</b>	<b>6.574.327</b>
Custo	57.181	1.438.111	6.102.401	27.172	1.789.325	-	91.146	9.505.336
Depreciação acumulada	-	(290.136)	(2.568.683)	(17.559)	-	-	(54.631)	(2.931.009)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.181</b>	<b>1.147.975</b>	<b>3.533.718</b>	<b>9.613</b>	<b>1.789.325</b>	-	<b>36.515</b>	<b>6.574.327</b>
- Aquisições	3.959	-	117.854	735	556.208	-	35.582	714.338
- Juros capitalizados (Nota 26)	-	-	-	-	89.228	-	-	89.228
- Depreciação	-	(56.818)	(422.312)	(1.717)	-	(13.134)	(3.565)	(497.546)
- Transferências para outras categorias de ativos	2	218.866	693.416	257	(890.720)	-	(23.502)	(1.681)
- Perdas estimadas e baixa de bens	(189)	(130)	(6.427)	-	(7.964)	-	-	(14.710)
- Reconhecimento inicial	-	-	-	-	-	32.861	-	32.861
- Remensuração dos contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	69.080	-	69.080
- Remensuração ARO	-	220.642	-	-	-	-	-	220.642
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>60.953</b>	<b>1.530.535</b>	<b>3.916.249</b>	<b>8.888</b>	<b>1.536.077</b>	<b>88.807</b>	<b>45.030</b>	<b>7.186.539</b>
Custo	60.953	1.884.720	6.902.006	28.164	1.536.077	101.941	95.943	10.609.804
Depreciação acumulada	-	(354.185)	(2.985.757)	(19.276)	-	(13.134)	(50.913)	(3.423.265)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>60.953</b>	<b>1.530.535</b>	<b>3.916.249</b>	<b>8.888</b>	<b>1.536.077</b>	<b>88.807</b>	<b>45.030</b>	<b>7.186.539</b>

(\*) Referem-se substancialmente benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares.

**10.b) Direito de uso**

Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2019:

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros (*)	Total
<b>Reconhecimento Inicial - Direito de Uso</b>	<b>25.488</b>	<b>237</b>	-	<b>7.136</b>	<b>32.861</b>
Adições	-	-	1.930	731	2.661
Remensurações	62.760	(92)	1	3.750	66.419
Depreciação	(2.997)	(124)	(563)	(9.450)	(13.134)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>85.251</b>	<b>21</b>	<b>1.368</b>	<b>2.167</b>	<b>88.807</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**10.c) Obras em andamento**

Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para as respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 é composto pelos seguintes projetos:

Descrição do projeto	Data de início	Data de conclusão	Consolidado
			31/12/2019
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2024	877.528
Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2022	303.965
Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			354.584
<b>Total Obras em andamento</b>			<b>1.536.077</b>

- (1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;  
(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa.

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as seguintes:

	Consolidado e controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Em anos</b>		
Edificações	41	41
Máquinas, equipamentos e instalações	17	17
Móveis e utensílios	12	12
Outros	13	17

**10.d) Juros Capitalizados**

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$89.228 (R\$54.929 em 31 de dezembro de 2018). Esses custos foram apurados, basicamente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR. As taxas dos projetos não específicos em exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é 6,58% a.a. (6,31% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

**11. INTANGÍVEL**

	Consolidado e Controladora				
	Ágio <sup>(1)</sup>	Relações com fornecedores <sup>(2)</sup>	Software	Direitos e Licenças <sup>(3)</sup>	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.196.587</b>	<b>702</b>	<b>318</b>	<b>1.043.930</b>	<b>4.241.537</b>
Custo	3.196.587	1.420	11.455	1.062.630	4.290.036
Amortização Acumulada		(718)	(11.137)	(18.700)	(48.499)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.196.587</b>	<b>702</b>	<b>318</b>	<b>1.043.930</b>	<b>4.241.537</b>
- Amortização		(241)	(462)	(125)	(828)
- Transferências para outras categorias de ativos			1.679		1.679
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>3.196.587</b>	<b>461</b>	<b>1.535</b>	<b>1.043.805</b>	<b>4.242.388</b>
Custo	3.196.587	1.420	13.134	1.062.630	4.273.771
Amortização Acumulada	-	(959)	(11.599)	(18.825)	(31.383)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>3.196.587</b>	<b>461</b>	<b>1.535</b>	<b>1.043.805</b>	<b>4.242.388</b>

1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa;  
2. Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos na aquisição do controle da Namisa;  
3. Direito minerário da mina de Engenho, a amortização é realizada pelo volume de extração de minério de ferro bruto realizado na mina.

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Relações com fornecedores	6	6
Software	6	6
Direitos e licenças	49	49

#### 11.a) Teste para verificação de *impairment*

O teste de *impairment* foi realizado no ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela Companhia, concluído em 30 de novembro de 2015 e inclui ainda os saldos do ativo imobilizado, do ativo intangível e do estoque de longo prazo. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento (“capex”) futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas no teste foram as seguintes:

- **Mensuração do valor recuperável:** Fluxo de Caixa Descontado;
- **Projeção do fluxo de caixa:** até 2054;
- **Margem bruta:** média da margem bruta da unidade geradora de caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 36 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;
- **Atualização dos custos:** baseados em dados históricos e tendências de mercado;
- **Taxa de desconto:** fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto após os impostos em termos reais baseada no custo médio ponderado de capital (“WACC”) que reflete o risco específico do segmento de mineração.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 12. PARTES RELACIONADAS

### 12.a) Relacionamentos com partes relacionadas

A CSN é o acionista controlador da Companhia detendo 87,52% de participação no capital votante. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 49,24% do capital social da CSN. A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiros no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 04 de março de 2020.

### 12.b) Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas

- **Por operação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**Balço patrimonial**

	Consolidado			Controladora		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	86	-	86	102	-	102,00
Fundos exclusivos	103.334	-	103.334	16.771	-	16.771
Contas a Receber (Nota 5)	714.357	-	714.357	218.783	-	218.783
Dividendos (Nota 8)	22.272	-	22.272	23.080	-	23.080
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	83.209	318.967	402.176	-	-	-
Outros (Nota 8)	3.779	13.714	17.493	3.653	14.479	18.132
	<b>927.037</b>	<b>332.681</b>	<b>1.259.718</b>	<b>262.389</b>	<b>14.479</b>	<b>276.868</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Pré-Pagamento (Nota 13)	-	-	-	600.378	771.813	1.372.191
Outras obrigações (Nota 17)	35.680	88.021	123.701	26.575	96.630	123.205
Dividendos	-	-	-	252.186	-	252.186
Fornecedores	103.967	-	103.967	146.680	-	146.680
	<b>139.647</b>	<b>88.021</b>	<b>227.668</b>	<b>1.025.819</b>	<b>868.443</b>	<b>1.894.262</b>
<b>Controladora</b>						
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	86	-	86	102	-	102
Fundos exclusivos	103.334	-	103.334	16.771	-	16.771
Contas a Receber (Nota 5)	714.357	-	714.357	218.783	-	218.783
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	83.209	318.967	402.176	-	-	-
Dividendos (Nota 8)	22.272	-	22.272	23.080	-	23.080
Outros (Nota 8)	4.700	13.714	18.414	3.940	14.479	18.419
	<b>927.958</b>	<b>332.681</b>	<b>1.260.639</b>	<b>262.676</b>	<b>14.479</b>	<b>277.155</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Pré-Pagamento (Nota 13)	-	-	-	600.378	771.813	1.372.191
Outras obrigações (Nota 17)	35.680	88.021	123.701	26.322	96.630	122.952
Dividendos	-	-	-	252.186	-	252.186
Fornecedores	103.967	-	103.967	146.680	-	146.680
	<b>139.647</b>	<b>88.021</b>	<b>227.668</b>	<b>1.025.566</b>	<b>868.443</b>	<b>1.894.009</b>

**Demonstração do resultado**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas</b>				
Vendas	2.436.961	2.070.357	2.436.961	2.070.357
Juros	2.063	2.749	2.063	2.749
<b>Custos / Despesas</b>				
Compras	(1.071.318)	(1.052.827)	(1.081.547)	(1.105.419)
Juros	(20.922)	(276.092)	(20.922)	(276.092)
Variações Cambiais Líquidas	48.227	(195.503)	48.179	(196.032)
	<b>1.395.011</b>	<b>548.684</b>	<b>1.384.734</b>	<b>495.563</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• **Por empresa**

	31/12/2019										Consolidado
	Ativo			Passivo			Resultado				
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Resultado financeiro líquidos	Variações Cambiais líquidas	
Grupo CSN	676.304	332.681	1.008.985	49.797	-	49.797	1.091.984	(357.215)	(5.983)	48.227	777.013
MRS logística S.A	22.272	-	22.272	83.676	88.021	171.697	-	(680.769)	(14.939)	-	(695.708)
Consortio Asiático	123.437	-	123.437	5.435	-	5.435	1.344.977	(23.841)	-	-	1.321.136
Fundos Exclusivos	103.334	-	103.334	-	-	-	-	-	885	-	885
Fundação CSN	-	-	-	739	-	739	-	(9.443)	-	-	(9.443)
Outros	1.690	-	1.690	-	-	-	-	(50)	1.178	-	1.128
<b>Total em 31/12/2019</b>	<b>927.037</b>	<b>332.681</b>	<b>1.259.718</b>	<b>139.647</b>	<b>88.021</b>	<b>227.668</b>	<b>2.436.961</b>	<b>(1.071.318)</b>	<b>(18.859)</b>	<b>48.227</b>	<b>1.395.011</b>
<b>Total em 31/12/2018</b>	<b>262.389</b>	<b>14.479</b>	<b>276.868</b>	<b>1.025.819</b>	<b>868.443</b>	<b>1.894.262</b>	<b>2.070.357</b>	<b>(1.052.827)</b>	<b>(273.343)</b>	<b>(195.503)</b>	<b>548.684</b>

	31/12/2019										Controladora
	Ativo			Passivo			Resultado				
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Resultado financeiro líquidos	Variações cambiais líquidas	
Grupo CSN	676.304	332.681	1.008.985	49.797	-	49.797	1.091.984	(357.215)	(5.983)	48.227	777.013
Consortio Asiático	123.437	-	123.437	5.435	-	5.435	1.344.977	(23.841)	-	-	1.321.136
CSN Mining GmbH	921	-	921	-	-	-	-	-	-	16	16
CSN Mining Portugal, Lda	-	-	-	-	-	-	-	(3.302)	-	(55)	(3.357)
CSN Mining Asia Limited	-	-	-	-	-	-	-	(6.927)	-	(9)	(6.936)
Fundos Exclusivos	103.334	-	103.334	-	-	-	-	-	885	-	885
MRS logística S.A	22.272	-	22.272	83.676	88.021	171.697	-	(680.769)	(14.939)	-	(695.708)
Fundação CSN	-	-	-	739	-	739	-	(9.443)	-	-	(9.443)
Outros	1.690	-	1.690	-	-	-	-	(50)	1.178	-	1.128
<b>Total em 31/12/2019</b>	<b>927.958</b>	<b>332.681</b>	<b>1.260.639</b>	<b>139.647</b>	<b>88.021</b>	<b>227.668</b>	<b>2.436.961</b>	<b>(1.081.547)</b>	<b>(18.859)</b>	<b>48.179</b>	<b>1.384.734</b>
<b>Total em 31/12/2018</b>	<b>262.676</b>	<b>14.479</b>	<b>277.155</b>	<b>1.025.566</b>	<b>868.443</b>	<b>1.894.009</b>	<b>2.070.357</b>	<b>(1.105.419)</b>	<b>(273.343)</b>	<b>(196.032)</b>	<b>495.563</b>

• **Comentários sobre as principais transações e saldos com partes relacionadas**

**Grupo CSN**

**Contas a receber:** A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN em um contrato de longo prazo. Esse contrato prevê a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

**Pré-pagamento:** contratos financeiros de pré-pagamento de exportação de minério de ferro celebrados entre a CSN Mineração e certas controladas da CSN. Os detalhes dos contratos estão descritos na Nota 13.

**Dividendos a pagar:** dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2018.

**Adiantamentos:** A Companhia adiantou para a CSN o montante de US100,00 milhões, equivalentes a R\$414,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, em 16 de outubro de 2019, com taxa juro fixada em 125% do CDI, para o pagamento antecipado do compartilhamento das áreas administrativas durante o período de 5 anos. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo do contrato era de R\$ 402 milhões.

A Companhia pagou juros de mora sobre dividendos 2015 declarados pela Namisa e pagos aos sócios em 02 de fevereiro de 2018 no montante R\$ 144,5 milhões.

**MRS Logística**

A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para escoamento e a movimentação da produção. As obrigações assumidas e os valores envolvidos estão detalhados na Nota 28. Os preços praticados com a MRS seguem um modelo tarifário baseado em premissas de mercado.

Por possuir participação de 18,63% no capital da MRS a Companhia recebe dividendos periodicamente proporcionais à sua participação no capital dessa coligada.

Em setembro de 2018, a Companhia firmou acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT), o que resultará no pagamento de uma indenização de R\$ 120 milhões a valor presente. O pagamento ocorrerá anualmente de 2019 até 2026.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**Consórcio asiático**

A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado externo para o Consórcio Asiático em um contrato de longo prazo. Esse contrato prevê a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

**12.c) Outras partes relacionadas não consolidadas**

• **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora, sendo esta, uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme Nota 27.

• **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

**12.d) Pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores

Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	7.262	4.673
Benefícios pós-emprego	199	192
<b>Total</b>	<b>7.461</b>	<b>4.865</b>

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os saldos de empréstimos e financiamentos que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	<u>Consolidado e Controladora</u>			
	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo não Circulante</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Contratos de dívida no mercado internacional</b>				
<b>Títulos com juros fixos em:</b>				
<b>US\$</b>				
Pré-Pagamento - partes relacionadas	-	600.378	-	771.813
Pré-Pagamento	920	-	201.535	-
	<b>920</b>	<b>600.378</b>	<b>201.535</b>	<b>771.813</b>
<b>Contratos de dívida no Brasil</b>				
<b>Títulos com juros variáveis em:</b>				
<b>R\$</b>				
NCE - Banco do Brasil	7.953	37.464	1.176.295	1.369.830
<b>Títulos com juros fixos em:</b>				
<b>R\$</b>				
BNDES/FINAME e CCB	37.381	4.693	68.887	12.745
	<b>45.334</b>	<b>42.157</b>	<b>1.245.182</b>	<b>1.382.575</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>46.254</b>	<b>642.535</b>	<b>1.446.717</b>	<b>2.154.388</b>
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(2.907)	(3.117)	(10.081)	(10.758)
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação</b>	<b>43.347</b>	<b>639.418</b>	<b>1.436.636</b>	<b>2.143.630</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou antecipar o pagamento de contratos de pré-pagamento de exportação com a CSN Islands XII e CSN Resources, os pagamentos ocorreram durante o primeiro trimestre de 2019. As condições de seus pré-pagamentos estão descritas abaixo:

- CSN Resources - contrato de US\$129,4 milhões, equivalentes a R\$490,7 milhões liquidados no 1º trimestre de 2019 (R\$495,2 milhões em 31 de dezembro de 2018), com taxa de juros de 7,56% a 7,80% ao ano.
- CSN Islands XII - contrato de US\$226,4 milhões, equivalentes a R\$840,6 milhões liquidados no 1º trimestre de 2019 (877,2 milhões em 31 de dezembro de 2018), com taxa de juros de 7,62% a 7,95% ao ano.

As notas de crédito à exportação (NCE) possuem vencimentos escalonados entre o período de 2020 e 2024.

Na tabela a seguir demonstramos a taxa média de juros:

<b>Consolidado e Controladora</b>		
	<b>Taxa de juros média</b>	<b>Dívida Total</b>
US\$	3,85%	202.455
R\$	6,01%	1.290.516
	-	<b>1.492.971</b>

• **Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o montante principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

<b>Consolidado e controladora</b>					
	<b>Pré - Pagamento</b>	<b>NCE</b>	<b>BNDES e CCB</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
2021	201.535	331.228	37.853	570.616	39%
2022		305.339	21.852	327.191	23%
2023		341.341	9.020	350.361	24%
2024		198.387	162	198.549	14%
	<b>201.535</b>	<b>1.176.295</b>	<b>68.887</b>	<b>1.446.717</b>	<b>100%</b>

• **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	<b>Consolidado e controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.783.048</b>	<b>3.217.778</b>
Captações	310.052	1.896
Amortização principal	(1.524.353)	(604.347)
Pagamentos de encargos	(141.250)	(246.746)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	107.428	224.537
Variação cambial	(55.828)	198.151
Custo de transação	(889)	(8.221)
Outros	1.775	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.479.983</b>	<b>2.783.048</b>

• **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes.

Em 30 de abril de 2019, a Companhia reverteu o montante provisionado de R\$ 24.103 para comissões de assunção de risco, reconhecidas em dezembro de 2018, após renegociação de contratos e revisão de indicadores de risco.

Os contratos celebrados com o BNDES possuem garantia real representada pelos bens financiados.

#### **14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

##### **14.a) - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

As informações contábeis sobre os instrumentos financeiros são apresentadas com base nos dados consolidados.

- **Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)**

O IFRS 09/CPC 48 contém três categorias de classificação e mensuração de instrumentos financeiros: custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia avaliou e classificou seus instrumentos financeiros na categoria de custo amortizado, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	Nota explicativa	Mensurados pelo Custo amortizado	
		31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	3	428.077	1.443.204
Aplicações Financeiras	4	36.132	9.487
Contas a receber de clientes	5	1.434.073	738.455
Dividendos	8	22.272	23.080
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.920.554</b>	<b>2.214.226</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	46.254	642.535
Passivos de arrendamentos	17.a	3.886	-
Fornecedores		825.571	763.149
Dividendos	12.b	-	252.186
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	1.446.717	2.154.388
Passivos de arrendamentos	17.a	82.076	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>2.404.504</b>	<b>3.812.258</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**14.b) - Gestão de riscos financeiros**

A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e ao risco de liquidez.

A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- **Risco de taxa de câmbio**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar ou Euro e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2019 a Administração considerou não ser necessária a contratação e instrumentos derivativos ou a adoção da contabilidade de *hedge*. A exposição consolidada em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2019	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	67.065	1.629
Contas a receber - clientes mercado externo	220.778	-
Outros Ativos	106	166
<b>Total ativo</b>	<b>287.949</b>	<b>1.795</b>
Fornecedores	(21.131)	(473)
Empréstimos	(50.228)	-
Outros Passivos	(1.208)	(956)
<b>Total passivo</b>	<b>(72.567)</b>	<b>(1.429)</b>
<b>Exposição natural</b>	<b>215.382</b>	<b>366</b>

- **Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2019.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2019			
	Taxa de câmbio	Cenário		Cenário 2
		Provável	Cenário 1	
USD	4,1644	4,0868	5,2055	6,2466
EUR	4,5425	4,4755	5,6781	6,8138

Juros	31/12/2019		
	Taxa de juros	Cenário 1	Cenário 2
CDI	4,40%	5,50%	6,60%
TJLP	5,57%	6,96%	8,36%
Libor	1,91%	2,39%	2,87%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos	31/12/2019				
	Valor de referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Posição cambial natural	215.382	Dólar	99.916	217.035	434.070
Posição cambial natural	366	Euro	173	415	830

(\*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as cotações disponíveis no site do Banco Central do Brasil em 02/03/2020.

- Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**

Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2019.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Valor de Referência (R\$ mil)	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
CDI	4,40	(1.152.919)	(1.313)	(12.148)	(24.296)
TJLP	5,57	(12.337)	(9)	(163)	(326)
Libor	1,91	(205.389)	(920)	(963)	(1.926)

(\*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2019 registrados no ativo e passivo da Companhia

- Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 13 - Empréstimos e financiamentos.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>					
Empréstimos e financiamentos	46.254	897.807	548.910	-	1.492.971
Passivos de arrendamentos	3.886	2.544	3.524	76.008	85.962
Fornecedores	825.571	-	-	-	825.571
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Empréstimos e financiamentos	642.535	400.489	1.177.763	576.136	2.796.923
Fornecedores	763.149	-	-	-	763.149
Dividendos	252.186	-	-	-	252.186

#### 14.c) - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributos parcelados (Nota 19)	8.554	8.235	8.554	8.235
Imposto de renda e Contribuição social	312.647	3.749	308.577	-
CFEM/TFRM	70.342	45.306	70.342	45.306
ICMS	5.857	1.262	5.857	1.262
ISS	1.081	532	1.081	532
Outros tributos	5.613	1.995	5.352	1.702
<b>Total</b>	<b>404.094</b>	<b>61.079</b>	<b>399.763</b>	<b>57.037</b>

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Minério de ferro	2.524.826	-	2.524.826	-
Frete Marítimo	12.859	58.963	12.859	58.963
Outros	2.738	2.678	261	297
<b>Total</b>	<b>2.540.423</b>	<b>61.641</b>	<b>2.537.946</b>	<b>59.260</b>
Circulante	699.494	61.641	697.017	59.260
Não circulante	1.840.929	-	1.840.929	-
<b>Total</b>	<b>2.540.423</b>	<b>61.641</b>	<b>2.537.946</b>	<b>59.260</b>

**Minério de Ferro:** em 29 de março de 2019 a Companhia, recebeu antecipadamente o montante de aproximadamente US\$ 496 milhões (R\$1.951 bilhão) referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 22 milhões de toneladas de minério de ferro firmado com um importante player internacional, a ser executado num prazo de 5 anos. Em 11 de Julho de 2019 a Companhia celebrou um aditivo ao contrato e recebeu antecipadamente, em 05 de agosto de 2019, o montante de US\$ 250 milhões (R\$956 milhões) para o fornecimento adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de minério de ferro.

**Frete Marítimo:** refere-se a recebimento da parcela da receita referente ao frete e seguro marítimo não reconhecidos, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/ CPC 47, o frete no incoterms "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega em 31 de dezembro de 2019, mas o cliente já efetuou o pagamento.

Os saldos adiantados serão reconhecidos como receita operacional de acordo com a realização esperada dos embarques, conforme abaixo:

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	TOTAL
Minério de ferro	683.897	1.227.290	613.639	2.524.826
Frete Marítimo	12.859	-	-	12.859
Outros	2.738	-	-	2.738
	<b>699.494</b>	<b>1.227.290</b>	<b>613.639</b>	<b>2.540.423</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributos parcelados (nota 19)	65.428	71.098	65.428	71.098
Participação sobre lucro - empregados	38.868	26.866	38.336	26.171
Provisão fretes	-	3.100	-	-
Demurrage/Dispatch com terceiros	16.201	12.160	14.470	11.098
Provisões para custos e despesas - partes relacionadas (nota 12.b)	123.701	123.205	123.701	122.952
Provisões para custos e despesas	30.405	31.574	29.490	31.006
Covenants (nota 13)	-	24.103	-	24.103
Passivos de arrendamentos (nota 17.a)	85.962	-	85.962	-
Outras obrigações	12.078	11.049	12.078	10.202
<b>Total</b>	<b>372.643</b>	<b>303.155</b>	<b>369.465</b>	<b>296.630</b>
Circulante	133.117	131.428	129.939	124.903
Não circulante	239.526	171.727	239.526	171.727
<b>Total</b>	<b>372.643</b>	<b>303.155</b>	<b>369.465</b>	<b>296.630</b>

17.a) Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

	Consolidado e controladora	
	31/12/2019	Adoção inicial
Arrendamentos	208.063	76.006
AVP - Arrendamentos	(122.101)	(43.145)
	<b>85.962</b>	<b>32.861</b>
Circulante	3.886	6.455
Não Circulante	82.076	26.406
	<b>85.962</b>	<b>32.861</b>

A Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia alterou a política contábil para os contratos de arrendamento.

A Companhia possui contrato de arrendamento de terminais portuários em Itaguaí, o Terminal de Carga – TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de minérios de ferro, com prazo remanescente de 28 anos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais com prazos de até 2 anos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos – IBR, ambas em termos nominais.

A taxa incremental de empréstimos – IBR foi adquirida por meio de consulta a bancos de relacionamentos da Companhia de acordo com o prazo médio dos contratos, conforme orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019. As taxas médias utilizadas para a mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso:

Prazo do contrato (em anos)	31/12/2019		
	Incremental - IBR (a.a)		Implícita (a.a)
	BRL	EURO	BRL
1	7,78%	0,52%	
2	8,16%		
29			8,30%

A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada na tabela abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado e controladora	
	31/12/2019	Adoção inicial
<b>Saldo inicial líquido</b>	<b>32.861</b>	-
Novos arrendamentos	19.681	76.006
AVP Novos arrendamentos	(9.904)	(43.145)
Remensuração de passivos	54.123	-
Pagamentos	(17.809)	-
Juros apropriados	7.010	-
<b>Saldo final líquido</b>	<b>85.962</b>	<b>32.861</b>

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Consolidado			TOTAL
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	
Arrendamentos	10.562	37.664	159.837	208.063
AVP - arrendamentos	(6.676)	(31.596)	(83.829)	(122.101)
	<b>3.886</b>	<b>6.068</b>	<b>76.008</b>	<b>85.962</b>

- PIS e COFINS a recuperar**

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	Consolidado e controladora
	31/12/2019
Arrendamentos	208.041
AVP - Arrendamentos	(122.101)
Potencial crédito PIS e COFINS	19.244
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(11.294)

- Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:**

A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A Companhia possui contrato de direito de uso do terminal portuário - (TECAR) que, ainda que estabeleça desempenho mínimo, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas.

As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado e controladora
	31/12/2019
Contratos inferiores a 12 meses	10.552
Ativos de menor valor	2.416
Pagamentos variáveis de arrendamentos	162.673
	<b>175.641</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

De acordo com as orientações do CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados.

Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	31/12/2019	
	Consolidado	
	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de Leasing	85.962	124.348
Direito de uso líquido	88.807	129.080
Despesa Financeira	(6.635)	(9.829)
Despesa de Depreciação	(11.947)	(13.103)

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 18.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>(Despesa) Receita com imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente	(1.485.652)	(512.709)	(1.470.565)	(499.497)
Diferido	(45.290)	1.193	(45.290)	1.193
	<b>(1.530.942)</b>	<b>(511.516)</b>	<b>(1.515.855)</b>	<b>(498.304)</b>

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>	<b>5.195.205</b>	<b>1.573.353</b>
Alíquota	34%	34%
<b>IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(1.766.370)</b>	<b>(534.940)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>		
Juros sobre capital próprio	177.190	-
Equivalência Patrimonial	22.762	26.701
Outras exclusões (adições) permanentes	5.268	(3.453)
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	(1.296)	(3.829)
Ajuste Transfer Price	(6.556)	(21.056)
IR/CS sobre lucros no exterior	-	(1.384)
Doações incentivadas	38.060	26.445
<b>IR / CSLL no resultado do período</b>	<b>(1.530.942)</b>	<b>(511.516)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>29,47%</b>	<b>32,51%</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>	<b>5.180.118</b>	<b>1.560.141</b>
Alíquota	34%	34%
<b>IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(1.761.240)</b>	<b>(530.448)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>		
Juros sobre capital próprio	177.190	-
Equivalência Patrimonial	31.424	31.592
Outras exclusões (adições) permanentes	5.267	(3.453)
Ajuste Transfer Price	(6.556)	(21.056)
IR/CS sobre lucros no exterior	-	(1.384)
Doações incentivadas	38.060	26.445
<b>IR / CSLL no resultado do período</b>	<b>(1.515.855)</b>	<b>(498.304)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>29,26%</b>	<b>31,94%</b>

### 18.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Consolidado e Controladora			
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
		31/12/2018	Resultado Abrangente	
<b>Diferido Passivo</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>388.843</b>	<b>(648)</b>	<b>45.290</b>	<b>433.485</b>
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(20.164)	-	(2.535)	(22.699)
- Provisões para passivos ambientais	(3.597)	-	(9.240)	(12.837)
- Perdas estimadas em ativos	(22.862)	-	(613)	(23.475)
- Perdas estimadas em estoques	(31.291)	-	14.584	(16.707)
- Passivo atuarial (Plano de previdência e saúde)	3.098	(648)	-	2.450
- Provisão para consumos e serviços	(10.532)	-	425	(10.107)
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(774)	-	(1)	(775)
- Provisão A.R.O	(11.719)	-	(2.750)	(14.469)
- Combinação negócios mineração	308.820	-	(7.472)	301.348
- Variações Cambiais não realizadas	3.778	-	(2.225)	1.553
- Provisão <i>covenants</i>	(8.195)	-	8.195	-
- Amortização de ágio fiscal	171.822	-	57.274	229.096
- Ajuste a valor presente <sup>(1)</sup>	23.189	-	(5.079)	18.110
- Outras	(12.730)	-	(5.273)	(18.003)
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>388.843</b>	<b>(648)</b>	<b>45.290</b>	<b>433.485</b>

1. Ajuste a valor presente reconhecido no acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT) com a MRS.

### 19. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do REFIS e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme Nota 15 e 17, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora					
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	
					Circulante	Total
31/12/2019	31/12/2019		31/12/2018	31/12/2018		
REFIS Federal Lei 11.941/09 <sup>(1)</sup>	2.073	17.122	19.195	1.995	18.437	20.432
REFIS Federal Lei 12.865/13 <sup>(2)</sup>	6.481	48.306	54.787	6.240	52.661	58.901
	<b>8.554</b>	<b>65.428</b>	<b>73.982</b>	<b>8.235</b>	<b>71.098</b>	<b>79.333</b>

1. Débitos relativos ao programa de parcelamento introduzido pela Lei 11.941/2009, em razão da reabertura dos prazos para adesão trazida pelas Leis nº 12.865/13 e 12.996/14.

2. Débitos decorrente do parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13 de débitos de IRPJ e da CSLL incidentes sobre os lucros das controladas situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 20. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITO JUDICIAL

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado e controladora			
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais <sup>(*)</sup>	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais <sup>(*)</sup>
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Fiscal	1.939	-	1.874	-
Trabalhistas	47.343	32.214	44.207	27.618
Cíveis	10.535	9.277	9.863	5.714
Ambientais	6.941	1.470	3.359	-
	<b>66.758</b>	<b>42.961</b>	<b>59.303</b>	<b>33.332</b>
Circulante	4.080	42.961	6.965	33.332
Não circulante	62.678	-	52.338	-
<b>Total</b>	<b>66.758</b>	<b>42.961</b>	<b>59.303</b>	<b>33.332</b>

(\*) Os depósitos judiciais estão alocados em nosso balanço patrimonial na rubrica "Outros ativos não circulantes" - vide nota 8.

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2019 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado e Controladora				
	31/12/2018	Adição	Atualização Líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2019
Fiscal	1.874	1.939	-	(1.874)	1.939
Trabalhista	44.207	8.001	14.964	(19.829)	47.343
Cível	9.863	209	989	(526)	10.535
Ambiental	3.359	2.827	776	(21)	6.941
<b>Total</b>	<b>59.303</b>	<b>12.976</b>	<b>16.729</b>	<b>(22.250)</b>	<b>66.758</b>

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, os quais, em 31 de dezembro de 2019, somavam R\$6.597.872 (R\$5.365.711 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$295.908 em processos trabalhistas (R\$285.416 em 31 de dezembro de 2018), R\$38.760 em processos cíveis (R\$ R\$38.756 em 31 de dezembro de 2018), R\$6.222.132 em processos fiscais (R\$5.007.643 em 31 de dezembro de 2018) e R\$41.072 em processos ambientais (R\$33.895 em 31 de dezembro de 2018).

A seguir, uma breve descrição dos processos fiscais mais relevantes, com avaliação de perda possível:

Principais processos	31/12/2019	31/12/2018
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa.	3.867.663	3.722.888
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2008.	374.543	362.346
CFEM- Cobranças administrativas por suposto não recolhimento de CFEM em razão de divergências sobre a base de cálculo.	947.506	239.627
Auto de Infração - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior.	254.849	243.007
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).	777.571	439.775
<b>Total</b>	<b>6.222.132</b>	<b>5.007.643</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 21. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado e Controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Passivo Ambiental	28.328	6.985
Desativação de ativos	302.232	63.346
<b>Total</b>	<b>330.560</b>	<b>70.331</b>

### 21.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2019 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia no Estado de Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25.

### 21.b) Desativação de Ativos

Em 2019 a Companhia decidiu antecipar a descontinuidade das barragens utilizadas em suas atividades de mineração e, conseqüentemente, o fluxo de gastos para desativação das barragens foram antecipados em relação ao planejamento inicial considerando o último estudo. Com isso, o saldo de provisão para desativação de ativos montou a R\$302.232 em 31 de dezembro de 2019 (R\$63.346 em 31 de dezembro de 2018).

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 22.a) Capital social integralizado

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e realizado, é de R\$6.103.872, dividido em 181.001.902 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### 22.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018 define que o capital social pode ser elevado a até 300.000.000 de ações ordinárias, por decisão do Conselho de Administração.

### 22.c) Reserva de capital

A reserva de capital no montante de R\$141.723 refere-se ao excedente entre o valor efetivamente integralizado pela CSN no montante de R\$156.723 e o valor destinado ao capital social o valor de R\$15.000.

### 22.d) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

### 22.e) Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a composição acionária era a seguinte:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	Quantidade de ações Ordinárias	%
Companhia Siderurgica Nacional	158.419.480	87,52370%
Japão Brasil Minério de Ferro Participações	18.178.466	10,04320%
Pohang Iron and Steel Company	3.658.394	2,02120%
China Steel Corporation	745.562	0,41190%
	<b>181.001.902</b>	<b>100,0000%</b>

**22.f) Dividendos**

De acordo com o estatuto social da Companhia e o Acordo de Acionistas, do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404, serão devidos dividendos calculados conforme a seguir:

- Dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas;
- Dividendo adicional equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas, subtraindo-se os valores que forem retidos com base em orçamento de capital;
- O saldo que não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela assembleia geral, sendo certo que (i) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% do Lucro Líquido Ajustado; e (ii) a Reserva de Investimentos não poderá exceder 100% do capital social da Companhia;
- Qualquer valor não alocado conforme previsto acima será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais.

Em 31 de Janeiro de 2018 a Companhia aprovou, na Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos adicionais relacionados aos resultados de 2016 no montante de R\$ 157.426 mil (R\$ 0,869745 por ação). Adicionalmente em 28 de junho de 2018 a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais relacionados aos resultados de 2017 208.283 mil (R\$ 1,150725 por ação)

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração durante do exercício corrente, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intermediários com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio, conforme abaixo:

	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros de capital próprio	Controladora Valor por ação
01 de Abril de 2019	756.558			R\$ 4,178383861
24 de Maio de 2019	1.018.000			R\$ 5,624250291
18 de Julho de 2019	839.120			R\$ 4,635973380
12 de Setembro de 2019		837.959		R\$ 4,629558382
12 de Setembro de 2019			388.041	R\$ 2,143851104
04 de Novembro de 2019	366.895			R\$ 2,027021658
04 de Novembro de 2019			133.105	R\$ 0,735380253
19 de Dezembro de 2019	300.000			R\$ 0,001657441
<b>Montante distribuído em 2019</b>	<b>3.280.573</b>	<b>837.959</b>	<b>521.146</b>	

A Companhia propôs a destinação dos lucros que será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. O quadro a seguir demonstra os valores da proposta:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.664.263</b>	<b>1.061.837</b>
Reserva Legal	(183.213)	(53.093)
Reserva de Investimento	(1.740.525)	-
Dividendos antecipados e JCP	(1.359.105)	(252.186)
Dividendos adicionais propostos	(381.420)	(756.558)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**22.g) Lucro por ação**

O lucro (prejuízo) por ação básica foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações em tesouraria. O lucro por ação foi calculado conforme demonstrativo abaixo:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Lucro líquido do exercício	3.664.263	1.061.837
Média ponderada da quantidade de ações	181.002	181.002
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>	<b>20,2443</b>	<b>5,8664</b>

**22.h) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial**

Os Outros Resultados Abrangentes consistem-se basicamente ajustes atuariais no benefício pós-emprego que não transitam pelo resultado do exercício.

Os ajustes de avaliação patrimonial decorrem de combinação de negócio e transação de capital ocorridas em novembro de 2015 e julho de 2017, respectivamente.

**23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita Bruta</b>				
Mercado interno	1.102.667	1.162.423	1.102.667	1.162.423
Mercado externo	10.461.361	6.359.276	10.461.361	6.359.357
Provisão de ajuste de preço aplicável ao contrato de venda	103.453	(55.181)	103.453	(54.807)
	<b>11.667.481</b>	<b>7.466.518</b>	<b>11.667.481</b>	<b>7.466.973</b>
<b>Deduções</b>				
Impostos incidentes sobre vendas	(211.535)	(220.083)	(211.535)	(220.083)
Abatimentos	-	(13.352)	-	(13.352)
	<b>(211.535)</b>	<b>(233.435)</b>	<b>(211.535)</b>	<b>(233.435)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>11.455.946</b>	<b>7.233.083</b>	<b>11.455.946</b>	<b>7.233.538</b>

**24. DESPESAS POR NATUREZA**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Frete /Seguro marítimo	(1.464.369)	(1.294.977)	(1.464.001)	(1.293.895)
Mão de obra	(811.639)	(759.998)	(823.341)	(773.697)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(505.690)	(426.981)	(514.260)	(433.175)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(468.210)	(360.147)	(468.164)	(360.062)
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	(462.286)	(352.781)	(468.472)	(356.939)
Material de terceiros	(1.109.059)	(895.141)	(1.109.059)	(895.141)
Suprimentos	(292.862)	(242.419)	(297.940)	(245.936)
Impostos e taxas	(497.520)	(305.589)	(505.959)	(310.022)
Frete ferroviário	(65.730)	(67.537)	(65.730)	(67.537)
Arrendamento Portuário	(183.747)	(134.650)	(183.747)	(134.650)
Demurrage/Dispatch	(42.028)	(30.704)	(41.490)	(30.071)
Comparilhamento de despesas	(98.386)	(69.950)	(98.386)	(69.950)
Outros	(22.602)	(29.918)	(19.768)	(26.506)
<b>Total por natureza</b>	<b>(6.024.128)</b>	<b>(4.970.792)</b>	<b>(6.060.317)</b>	<b>(4.997.581)</b>
Custo dos produtos vendidos	(4.364.471)	(3.522.221)	(4.405.118)	(3.550.471)
Despesas com vendas	(1.506.414)	(1.325.676)	(1.505.508)	(1.323.960)
Despesas gerais e administrativas	(153.243)	(122.895)	(149.691)	(123.150)
<b>Total por alocação</b>	<b>(6.024.128)</b>	<b>(4.970.792)</b>	<b>(6.060.317)</b>	<b>(4.997.581)</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo de Produção <sup>(1)</sup>	468.157	360.061	468.157	360.061
Despesa Vendas	7	54	7	1
Despesa Gerais e Administrativas	46	32	-	-
	<b>468.210</b>	<b>360.147</b>	<b>468.164</b>	<b>360.062</b>
Outras operacionais ( * )	29.025	42.079	29.025	42.079
	<b>497.235</b>	<b>402.226</b>	<b>497.189</b>	<b>402.141</b>

(\*) Refere-se principalmente a depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 25.

(1) No custo de produção, estão inclusos os créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de Arrendamento no montante de R\$1.185 no consolidado e a controladora em 31 de dezembro de 2019, em linha com as diretrizes dispostas no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 02/2019.

## 25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Utilização de fundo de reversão CBS	5.770	6.203	5.770	6.203
Reembolso de sinistros <sup>(1)</sup>	40.335	22.500	40.335	22.500
Despesa plano de pensão (Nota 27.c)	1.142	1.268	1.142	1.268
Outras receitas	2.851	2.322	2.813	2.322
	<b>50.098</b>	<b>32.293</b>	<b>50.060</b>	<b>32.293</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Impostos e contribuições	(24.085)	(9.103)	(23.963)	(9.035)
Provisão para perda depósito judicial trabalhista	(6.672)	(2.366)	(6.672)	(2.366)
Provisão de passivo ambiental	(48.416)	(48)	(48.416)	(48)
Reversão/(provisão) previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões (Nota 20)	(7.474)	4.739	(7.474)	4.739
Contingências previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais realizadas	(8.481)	(7.112)	(8.481)	(7.112)
Perdas estimadas e baixa de ativos (Nota 10)	(14.710)	(1.835)	(14.710)	(1.835)
Perdas com estoques de sobressalentes	(4.331)	(1.299)	(4.331)	(1.299)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(2.584)	(3.053)	(2.584)	(3.053)
Sinistros	976	(3.086)	976	(3.086)
Depreciação de equipamentos paralisados (Nota 24)	(29.025)	(42.079)	(29.025)	(42.079)
Multa contratual - revisão do "PAT"- MRS	-	(104.086)	-	(104.086)
Perdas com inventários produtos acabado	(38.321)	(34.227)	(38.321)	(34.227)
Manutenção equipamentos paralisado	(3.817)	(9.376)	(3.817)	(9.376)
Doações incentivadas	(29.499)	(17.014)	(29.499)	(17.014)
Outras despesas	(17.361)	(33.192)	(16.308)	(32.806)
	<b>(233.800)</b>	<b>(263.137)</b>	<b>(232.625)</b>	<b>(262.683)</b>
<b>Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos</b>	<b>(183.702)</b>	<b>(230.844)</b>	<b>(182.565)</b>	<b>(230.390)</b>

1. Refere-se à indenização parcial do sinistro de colapso da Empilhadeira-Recuperadora nº 01, ocorrido em 15 abril de 2017, no Terminal de Cargas do Porto de Sepetiba.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas financeiras:</b>				
Empréstimos e financiamentos	(101.447)	(122.516)	(101.447)	(122.516)
Juros sobre adiantamento de clientes	(116.813)	-	(116.813)	-
Partes relacionadas (Nota 12.b)	(20.922)	(276.092)	(20.922)	(276.092)
Juros Capitalizados (Nota 10)	89.228	54.929	89.228	54.929
Juros, multas e moras fiscais	(5.214)	(5.798)	(5.214)	(5.798)
Outras despesas financeiras	(21.159)	(49.513)	(21.138)	(43.065)
	<b>(176.327)</b>	<b>(398.990)</b>	<b>(176.306)</b>	<b>(392.542)</b>
<b>Receitas financeiras:</b>				
Partes relacionadas (Nota 12.b)	2.063	2.749	2.063	2.749
Rendimentos sobre aplicações financeiras	26.104	29.393	24.163	27.741
Outros rendimentos	2.640	11.152	2.640	11.151
	<b>30.807</b>	<b>43.294</b>	<b>28.866</b>	<b>41.641</b>
Variações monetárias líquidas	(9.712)	(699)	(9.751)	(1.620)
Variações cambiais líquidas	47.119	(168.485)	43.568	(174.075)
Variações monetárias e cambiais líquidas	<b>37.407</b>	<b>(169.184)</b>	<b>33.817</b>	<b>(175.695)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(108.113)</b>	<b>(524.880)</b>	<b>(113.623)</b>	<b>(526.596)</b>

## 27. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

### 27.a) Descrição dos planos de pensão

#### Plano Misto de Benefício Suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

#### Plano CBSPREV

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício.

O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde 2017.

**27.b) Política de investimento**

A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM (*"Asset Liability Management"*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

**27.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar**

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Valor presente da obrigação de benefício definido	5.952	6.941
Valor justo dos ativos do plano	(20.544)	(22.742)
<b>Déficit/(Superávit)</b>	<b>(14.592)</b>	<b>(15.801)</b>
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	113	418
<b>Passivo / (Ativo) líquido</b>	<b>(14.479)</b>	<b>(15.383)</b>
<b>Passivos</b>	-	-
<b>Ativos</b>	<b>(14.479)</b>	<b>(15.383)</b>
<b>Passivo/ (Ativo) Líquido reconhecido no Balanço patrimonial</b>	<b>(14.479)</b>	<b>(15.383)</b>

O valor reconhecido na demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas" foi uma receita de R\$ 1.142 em 31 de dezembro de 2019 (receita de R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2018), decorrente do cálculo atuarial.

Em 31 de dezembro de 2019, em outros resultados abrangentes, foi reconhecido uma perda atuarial de R\$ 1.907 (R\$ 2.172 em 31 de dezembro de 2018).

A perda ou o ganho atuarial são decorrentes de flutuação nos investimentos que compõem a carteira de ativos do plano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	31/12/2019	31/12/2018
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	6,98%	9,69%
Taxa de inflação	3,61%	4,75%
Taxa de aumento nominal do salário	4,65%	5,80%
Taxa de aumento nominal do benefício	3,61%	4,75%
Taxa de retorno dos investimentos	6,98%	9,69%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.	AT Segregada por sexo (suavizada em 10%).
Tábua de entrada em invalidez	Prudential (Ferr. Aposent.)	Prudential (Ferr. Aposent.)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	5% ao ano	5% ao ano
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

Seguem os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de pensão:

Pagamento de benefícios esperados	2019	2018
Ano 1	607	429
Ano 2	628	468
Ano 3	651	510
Ano 4	672	553
Ano 5	689	592
Próximos 5 anos	3.564	3.535
<b>Total de pagamento esperados</b>	<b>6.811</b>	<b>6.087</b>

## 28. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos com cláusulas de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período						Total
	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	
Transporte de minério de ferro, carvão, coque e outros produtos de mineração.	796.426	749.461	791.509	876.980	907.402	3.553.990	6.129.881
Prestação de serviço de desestiva de minérios no porto de Itaguaí	6.801	7.043	4.194	-	-	-	4.194
<b>total</b>	<b>803.227</b>	<b>756.504</b>	<b>795.704</b>	<b>876.980</b>	<b>907.402</b>	<b>3.553.990</b>	<b>6.134.076</b>

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como mineração. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

As vendas por área geográfica estão demonstradas abaixo:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2019</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>%</b>
Asia	7.625.183	67%	5.365.128	74%
Europa	2.478.016	22%	555.160	8%
Oriente Médio	461.615	4%	383.806	5%
Mercado interno	891.132	8%	928.989	13%
	<b>11.455.946</b>		<b>7.233.083</b>	

### 30. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN Mineração. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros do acionista controlador CSN.

Em 2019, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 31 de março de 2019 a 31 de junho de 2020. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$100 milhões para locais com atividade de Mineração, combinado para Danos Materiais e Lucros Cessantes. Nos termos da apólice, a Companhia assume uma franquia de USD 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

### 31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	<b>Consolidado e controladora</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Adoção inicial CPC 06 - Direito de uso	32.861	-
Remensuração do Direito de Uso	63.900	-
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	100.661	1.896
	<b>197.422</b>	<b>1.896</b>

Em 2019 ocorreu aquisição de imobilizado por meio de empréstimo no montante de R\$100.661, líquida de impostos a recuperar de R\$22.563.

### 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### COVID-19

Em dezembro de 2019, os primeiros casos da Covid-19 começaram a aparecer em diversos países no mundo e em março de 2020 a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia do vírus. Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas de precaução em todas as suas áreas para reduzir a exposição de seus colaboradores e garantir a continuidade de seus negócios. A pandemia causou diversos efeitos nos mercados globais e, a partir da última semana de março de 2020, as atividades econômicas também no Brasil foram reduzidas drasticamente, impondo restrições e medidas de distanciamento social a fim de reduzir a circulação do vírus. O orçamento de investimentos da Companhia para 2020 foi reduzido considerando os potenciais efeitos adversos da desaceleração econômica global, tendo sido priorizada a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A Companhia avaliou eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis e considerou não haver riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que pudessem produzir efeitos significativos nos negócios da Companhia e conseqüentemente em sua posição patrimonial e financeira. A Companhia não sofreu e não espera sofrer impactos significativos em seus negócios decorrentes dessa pandemia nos negócios, nem em sua posição financeira e resultados. A Companhia mantém todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

- Julho/ 2020

Em julho de 2020 a Companhia contratou hedge de minério de ferro com trava do índice PLATTS para uma quantidade limitada de minério em 2,9 milhões de toneladas com embarques compreendidos entre agosto e novembro de 2020. Em virtude da recente alta do índice PLATTS, no período avaliado, a Companhia reconheceu perdas de R\$283 milhões, as quais foram realizadas e liquidadas até 2 de dezembro de 2020.

Em 16 de julho de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante R\$2.439 milhões, dos quais R\$1.359 milhões foram pagos a título de antecipação de dividendos no decorrer do ano de 2019 e R\$1.080 milhões foram pagos no dia 17 de julho de 2020.

Em 16 de julho de 2020, a Companhia concluiu as negociações para um contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento em dinheiro no valor de US\$115 milhões referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 4 milhões de toneladas de minério de ferro, a ser executado num prazo de cinco anos, cujo recebimento antecipado ocorreu em 28 de agosto de 2020.

- Outubro/ 2020

Em 15 de outubro de 2020, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos no montante R\$1.300 milhões, o pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, na proporção de 1:30, pelo qual o capital social da Companhia passará a ser representado por 5.430.057.060 (cinco bilhões, quatrocentos e trinta milhões, cinquenta e sete mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- Dezembro/2020

Em 17 de dezembro de 2020 a Companhia contratou hedge de minério de ferro com trava do índice PLATTS para uma quantidade limitada de minério em 1,24 milhões de toneladas com embarques compreendidos entre janeiro e fevereiro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de juros sobre capital próprio no montante R\$405 milhões, com pagamento realizado em 12 de janeiro de 2021.

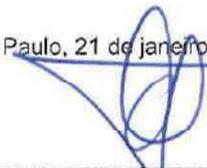
- Janeiro/2021

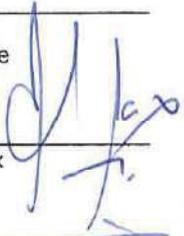
Em 21 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos no montante R\$1.068 milhões, a serem pagos até 31 de janeiro de 2021.

## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

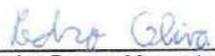
Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S/A, declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021.

  
Eneas Garcia Diniz  
Diretor Superintendente

  
Armando Mauricio Max  
Diretor de Operações

  
Daisuke Hori  
Diretor de Planejamento Estratégico

  
Pedro Barros Mercadante Oliva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

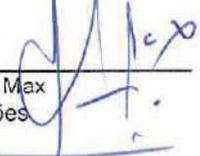


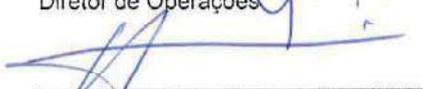
**Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S/A., declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
Enéas Garcia Diniz  
Diretor Superintendente

  
\_\_\_\_\_  
Armando Mauricio Max  
Diretor de Operações

  
\_\_\_\_\_  
Daisuke Hori  
Diretor de Planejamento Estratégico

  
\_\_\_\_\_  
Pedro Barros Mercadante Oliva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores





## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018**

### **1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Como já esperávamos, 2018 foi mais um ano desafiador para o Brasil, com uma lenta retomada econômica e índices de desemprego ainda elevados. É verdade que as perspectivas econômicas eram positivas há pouco mais de um ano, mas logo no primeiro semestre o País foi surpreendido pela greve geral dos caminhoneiros. A paralisação, que se estendeu por dez dias, impactou o abastecimento de itens básicos à população e afetou todos os setores da economia.

Em meio a esse cenário adverso, coube à CSN Mineração fazer ainda mais – e o resultado foi positivo. A companhia encerrou o ano com uma produção total de 35,2 milhões de toneladas de minério de ferro e avançou com a estratégia de uso da planta de filtragem de rejeitos, proporcionando menor dependência da utilização das barragens, processo que foi concluído no ano de 2019.

Aqueles acontecimentos apontaram para um momento de incertezas na área de Mineração, mas seguimos determinados e motivados na busca pela produtividade, eficiência e segurança, com a intensificação do uso de novas tecnologias, como o caso do processamento de minério a seco, permitindo-nos trilhar sempre o caminho da excelência.

**Benjamin Steinbruch**

**Presidente do Conselho de Administração**



## **2- A EMPRESA**

A CSN Mineração apresentou um incremento de 7% nas vendas em 2018, comparado com o ano anterior. Do lado da produção total, a empresa encerrou o ano com 35,2 milhões de toneladas e um dos custos de produção mais baixos do setor.

## **3- PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS e INVESTIMENTOS**

Em 2018 a CSN comercializou cerca de 35,2 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 5,2 milhões de toneladas tiveram como destino a Usina Presidente Vargas, da sua controladora CSN. O TECAR, terminal portuário operado pela CSN Mineração S.A., localizado no Porto de Itaguaí, por sua vez, embarcou cerca de 30 milhões de toneladas de minério de ferro em 2018.

A CSN Mineração possui diretamente 18,63% do capital da MRS, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados heavy haul (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado cerca de 119 milhões de toneladas em 2018, equivalente a 68,2% do total transportado pela Companhia.

No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, transportando 1,98 milhão de contêineres em 2018, ante o volume transportado de 1,84 milhão de contêineres em 2017 e de 1,78 milhão em 2016.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro vendido pela CSN Mineração é transportada pela MRS, seja diretamente para a controladora CSN, seja para o terminal portuário TECAR, por onde são realizados os embarques das exportações.

## **4- EVENTOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES**

Em 2018 não ocorreu nenhum evento ou operação societária relevante, nos termos da legislação em vigor.

## **5- GOVERNANÇA CORPORATIVA**

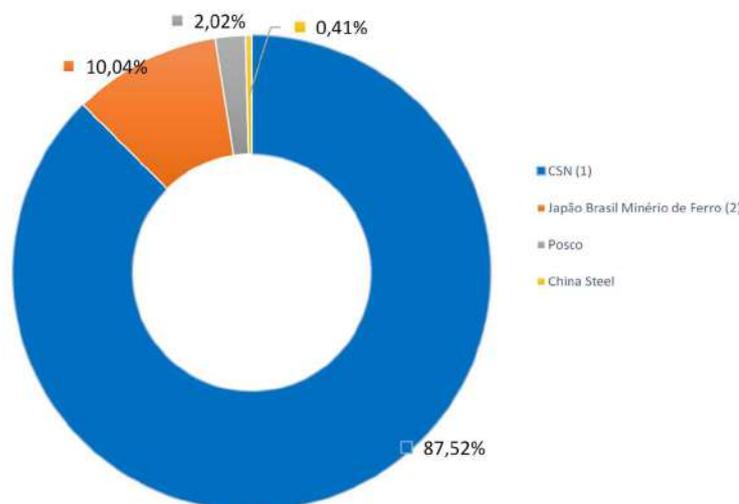
### **Relações com Investidores**

A CSN continua ampliando seus canais de comunicação, visando aumentar a sua transparência e exposição, bem como das demais companhias que compõem o Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração, por meio de novas coberturas de instituições financeiras e participações em eventos e conferências.

### **Capital Social**

O capital social da CSN Mineração é dividido em 181.001.902 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

**CSN Mineração - Composição do Capital Social em 31/12/2018 (%)**



(1) Grupo Controlador

(2) Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu, JFE Steel, Kobe Steel e Nisshin

### Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre as contas apresentadas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do resultado do exercício, eventual distribuição de dividendos, sendo que a cada dois anos, também deliberam sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral também ocorre extraordinariamente, sempre que necessário, para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até onze membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas em calendário anual, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de dois anos, com possibilidade de reeleição. Atualmente o Conselho de Administração é composto por cinco membros. O Conselho de Administração deve, entre outras atribuições, definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN. É responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva, podendo também, se necessário, criar comitês especiais para seu assessoramento.

### Diretoria Executiva

Atualmente composta por cinco Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.



### **Auditoria Interna**

O Grupo Econômico CSN dispõe de uma Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com atuação independente dentro da organização, vinculada ao conselho de administração da Companhia, conforme Art.19, VIII do estatuto social. As atividades dessa diretoria abrangem todas as companhias do Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração.

A equipe da auditoria interna possui metodologia e ferramentas próprias para exercer suas atividades, essas alinhadas às melhores práticas de mercado e adota uma abordagem sistemática e disciplinada, atuando de forma objetiva e independente na condução de seus trabalhos, para avaliação da efetividade dos controles e consequente melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança, bem como de prevenção a fraudes, reportando o seu resultado ao conselho de administração, por meio do Comitê de Auditoria.

### **Audidores independentes**

Os auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, que em 2018 prestaram serviços à CSN Mineração e suas controladas, foram contratados para emitir relatório de revisão limitada sobre as informações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria da controladora CSN para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, o Conselho de Administração declarou em 15/10/2020 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### **Lei Sarbanes-Oxley**

A Companhia utiliza em sua estrutura de governança corporativa a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance da controladora CSN, que tem como uma de suas atribuições, a avaliação dos riscos que possam impactar nas demonstrações financeiras e definição de controles internos para mitigá-los, em conjunto com os gestores responsáveis pelos processos de negócios. A Companhia avalia a efetividade da sua estrutura de controles internos, conforme princípios estabelecidos no COSO 2013 e em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, sendo que o resultado desta avaliação é reportado à alta administração e ao Comitê de Auditoria da controladora CSN.

Em 2017, o Grupo Econômico CSN implantou ações para remediação de fraqueza material identificada no ano anterior, e em avaliação aos controles internos pela administração, em conjunto ao auditor externo, não identificou fraqueza material em 31 de dezembro de 2017. A Companhia concluiu a avaliação dos controles internos para o exercício 2018, em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, e também não identificou fraqueza material em 31 de dezembro de 2018.

### **Código de Ética**

A Companhia utiliza o código de ética aprovado pelo Conselho de Administração da controladora CSN que contempla princípios aplicados no cumprimento da Lei Anticorrupção (12.846/13). O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários e associados. O código é disponibilizado a todos os colaboradores e parceiros de negócios e é utilizado como declaração compromissos assumidos de conduta. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço eletrônico ([www.csn.com.br](http://www.csn.com.br)).



A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance da controladora CSN é responsável pelo Programa de Integridade, que visa garantir o cumprimento dos padrões de conduta éticos no exercício das atividades e transparência nos negócios. Faz parte deste processo o treinamento contínuo de colaboradores e também o monitoramento quanto ao cumprimento de leis, regulamentações, políticas e normas internas.

A Companhia conta ainda com canais de denúncia para relatos de desvios de conduta ou suspeitas. O reporte das denúncias, por parte de colaboradores, terceiros e público externo pode se dar de maneira anônima ou identificada, mantendo-se o sigilo, confidencialidade e a garantia de não retaliação. As denúncias são tratadas pela Gerência de Auditoria, subordinada à Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e reportadas ao Comitê de Auditoria.

### **Divulgação de Atos e Fatos Relevantes**

O Grupo Econômico CSN tem uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários segundo a qual toda divulgação referente às empresas que compõem o Grupo Econômico, dentre elas a CSN Mineração, deve ser feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido na Instrução CVM 358/2002 e na seção 409 – Divulgação em Tempo Real, da Lei Sarbanes-Oxley. A referida política estabelece que os Atos e Fatos Relevantes da Companhia devem ser veiculados por meio do Portal de Notícias da Folha de São Paulo, em conjunto com a divulgação nos websites de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

## **6- INOVAÇÃO**

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação do Grupo Econômico CSN destaca-se no desenvolvimento de novos produtos e novas soluções para o mercado. Isto representa a verdadeira essência da sua atuação, fazendo da inovação o motor do crescimento econômico das empresas CSN.

Por meio da gestão dos direitos de propriedade intelectual, compreendendo marcas, patentes e projetos industriais, o Grupo Econômico CSN busca conciliar a adequada proteção da empresa com a possibilidade de realizar alianças estratégicas e parcerias tecnológicas para estimular a propagação de ambientes de inovação e o desenvolvimento científico/tecnológico da Companhia.

## **7- PESSOAS**

O modelo de Gestão de Pessoas da CSN Mineração resulta da convicção de que o capital humano é seu diferencial competitivo e é a melhor garantia para se destacar no mercado em que atua. Transformamos conhecimento em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos.

A gestão integrada e eficiente de pessoas se fundamenta em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A CSN Mineração investe nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da Organização.

Diante de um ano desafiador, reforçamos a Essência do Grupo Econômico CSN de Fazer bem, Fazer mais e Fazer para sempre, tornando-a viva em todos os processos, programas e projetos de Gestão de Pessoas.

Para manter uma equipe de alta performance e qualificada, a cada ano são aprimorados os programas para a captação, desenvolvimento e retenção de talentos em diferentes níveis, e estes são alinhados às nossas diretrizes estratégicas. Nossas políticas de Recrutamento & Seleção buscam a garantia de não discriminação nos nossos processos seletivos, deixando claro que a empresa será intolerante com qualquer prática contrária aos nossos valores éticos.



Realizamos diversas ações visando a disseminação e o desenvolvimento da Essência do Grupo Econômico CSN, tais como: **CSN Flix**, onde os colaboradores têm a oportunidade de assistir vídeos curtos e trocar experiências para fortalecer o entendimento das competências e sua prática nas nossas rotinas de trabalho; **Roda de Conversa** entre Líderes e Liderados, para maior alinhamento à cultura CSN; **Capacitação de Padrinhos e Orientadores de Estágio** para receber os novos colaboradores e estagiários, respectivamente; **Salto Corporativo**, abrindo espaço para discussões com nossas colaboradoras sobre o empoderamento da mulher no mundo dos negócios.

A Organização mantém diversas estratégias para garantir a valorização e o incentivo ao desenvolvimento do seu público interno. Uma das iniciativas é o Programa de Avaliação de Performance – Sistema de Avaliação de Performance para todos os colaboradores das empresas do Grupo Econômico CSN, dentre as quais a CSN Mineração. Os resultados obtidos orientam o Plano de Desenvolvimento Individual, permitem a identificação de potenciais sucessores para posições de liderança e suportam o processo de reconhecimento e recompensa.

Com base nestes resultados, realizamos anualmente o **Programa Carreira e Sucessão**, que tem como objetivo identificar, junto aos nossos gestores e executivos, colaboradores com potencial para a sucessão das posições de liderança nas empresas do Grupo Econômico CSN. Os profissionais mapeados têm seu desenvolvimento acelerado por meio de experiências práticas e reais de aprendizagem, tais como: Workshops de construção de conhecimento (Autoconhecimento; Liderando Pessoas; Comunicação e Influência; e Planejamento e Execução), Talk Show com Alta Liderança, Grupos de Aprendizagem e apresentação de nossos Business Cases reais pelos nossos executivos.

Assim garantimos a perenidade da nossa empresa, com segurança na continuidade do nosso modelo de Liderança e Negócio, além do olhar cuidadoso para a carreira de nossos talentos.

Em 2019, investimos diversas horas em treinamento, com o objetivo de gerar e compartilhar conhecimento, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias para o alcance das metas corporativas e perpetuidade do negócio. O modelo 70/20/10 de aprendizagem foi o direcionador para traçar todas as ações de desenvolvimento da companhia, o que garante sua efetividade e eficácia.

Uma das nossas principais frentes de ação em Desenvolvimento acontece com os Estagiários. O programa é focado na preparação dos jovens. Nesse ano ministramos os seguintes módulos: Autoconhecimento; Carreira; Relacionamento e Comunicação; Mercado: Eficiência, Eficácia e Criatividade. Além disso, a partir do ano de 2018 nossos estagiários foram convidados a desenvolver um Projeto Aplicativo de forma autônoma, com o acompanhamento de um tutor qualificado em sua área de atuação e da equipe de Recursos Humanos. Assim garantimos a formação de um profissional com experiência efetiva e visão de negócio.

Nosso modelo visa acelerar o aprendizado, formando talentos que tenham potencial para ocupar cargos efetivos no médio e longo prazo, em consonância com os interesses de carreira e desenvolvimento do estagiário e as necessidades organizacionais, além de contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da educação e profissionalização.

Ainda pensando na evolução de nosso negócio e dos nossos gestores, demos sequência à Escola de Líderes, que foi implementada em 2011, com os seguintes módulos: **Gestão de Relacionamento e Confiança** para Supervisores e Coordenadores, **Formação de Líderes e Sucessores**; **Execução: Novas Perspectivas** para Gerentes e **Gestão Estratégica com Foco em Resultados**; **Gerindo Mudanças e Transformações Organizacionais** para a Alta Gerência.

Vemos na formação e desenvolvimento contínuos dos nossos líderes uma importante oportunidade para impactarmos positivamente todos nossos colaboradores, construindo um ambiente colaborativo, focado no desenvolvimento das equipes e no atingimento de resultados excelentes.

O grande marco para 2018 foi a implantação do Programa de Trainee Interno, cujo objetivo é desenvolver e empoderar os estagiários do Grupo Econômico CSN para gerar impacto positivo na organização e potencializar a retenção de talentos. A seleção ocorreu com base no grupo de estagiários com formação em Dez/2018, contando com 24 inscritos.



As etapas de classificação consideravam a apresentação do Projeto Aplicativo para a Alta Administração, onde foi analisada a aplicabilidade e viabilidade de implantação do Projeto, além do senso de entrega, responsabilidade e conhecimento de cada estagiário. No final 08 jovens foram selecionados para o programa.

Firmamos parcerias com diversas instituições de ensino para cursos de extensão universitária e idiomas, que oferecem preços especiais aos nossos colaboradores, fomentando o desenvolvimento dos mesmos.

Mais uma vez reafirmamos que atuamos como donos, escolhendo as melhores estratégias para superar os obstáculos enfrentados em 2018. Mostramos que estamos juntos trabalhando pela sustentabilidade do negócio.

A CSN Mineração encerrou 2018 com 6.398 colaboradores diretos e 3.384 indiretos, indicando uma taxa de rotatividade de 1%, uma das mais baixas no setor.

## **8 - RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Os projetos de responsabilidade social do Grupo Econômico CSN têm o objetivo de valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde as suas empresas atuam, buscando parceria com o poder público e com a sociedade civil. Entre 2006 e 2018, o valor investido pelo Grupo CSN ultrapassou R\$206 milhões. Somente em 2018, os investimentos foram de R\$27,6 milhões nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, por meio de iniciativas da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições parceiras, apoiadas por incentivos fiscais.

A Fundação CSN mantém o compromisso da democratização do acesso ao ensino de qualidade e uma de suas escolas técnicas é o Centro de Educação Tecnológica, em Congonhas/MG. Em 2018 as escolas atenderam a 920 alunos dos quais 441 se beneficiaram com bolsas de estudos.

O programa Ganhar o Mundo fornece bolsas de estudos no exterior para jovens mulheres com a idade entre 15 e 18 anos. Entre as selecionadas, uma delas ganhou uma bolsa de estudos integral do Ganhar o Mundo na Barnard College, duas outras conseguiram bolsas de estudo integrais e mais 11 receberam bolsas parciais em universidades de renome no exterior. A Fundação CSN possui atuação destacada na formação de jovens aprendizes com o intuito de fomentar o ingresso no mercado de trabalho. Em 2018, 559 jovens foram capacitados, apresentando um crescimento no número de vagas disponibilizadas de 12% em relação ao ano passado.

O Projeto Garoto Cidadão, em parceria com as prefeituras municipais, atende crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social com atividades socioculturais no contraturno escolar, nos municípios de Volta Redonda e Itaguaí, no Rio de Janeiro, Congonhas e Arcos, em Minas Gerais e Araucária, no Paraná. Os alunos têm aulas de música, teatro, dança, artes visuais, entre outras atividades como o Projeto de Vida, que prepara o educando para a saída do projeto orientando-os na busca pela realização de sonhos e concretização de objetivos nos campos pessoal e profissional. Em 2018 proporcionou atividades socioculturais a 1.500 crianças e adolescentes. As apresentações dos educandos do projeto já fazem parte do calendário cultural das cidades onde o Garoto Cidadão atua. Ao longo do ano, foram 115 apresentações para um público de 55.800 pessoas.

O Circula Brasil é um caminhão-palco do Garoto Cidadão que rodou por 5 cidades levando apresentações culturais dos educandos e artistas locais. O Centro Cultural Fundação CSN também fica em Volta Redonda e realizou 138 ações como formações, ocupações e apresentações culturais para um público de 44 mil pessoas.

A educação está no DNA da Fundação CSN, permeando todas as suas atividades, inclusive aquelas que envolvem a cultura, esporte e assistência social. Em 2018, mais um passo foi dado no processo de colaboração no desenvolvimento de milhares de crianças e adolescentes.

## **9 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

O Grupo Econômico CSN mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua. A política Ambiental da



Companhia tem como principais pilares a criação de valores sustentáveis e gestão dos riscos socioambientais; a conformidade, a otimização e eficiência no uso de recursos naturais e controle dos potenciais impactos. A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001.

Uma das estratégias de sustentabilidade adotada pela controladora CSN é a participação, desde 2012, no Fórum Clima promovido pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social e participação nos grupos de trabalho do Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), um espaço aberto de estudo, aprendizado, reflexão, inovação e de produção de conhecimento, composto por pessoas de formação multidisciplinar, trabalhando no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão pública e empresarial para a sustentabilidade, no âmbito local, nacional e internacionais.

As diretrizes ambientais da Companhia também compreendem o monitoramento das barragens, utilizadas para conter rejeitos do processo de beneficiamento das atividades da CSN Mineração. De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 do DNPM), todas as barragens são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade ou não das barragens e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. O Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da CSN Mineração encontra-se finalizado com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria do DNPM.

A empresa está na vanguarda do tratamento de rejeitos, com investimento de cerca de R\$250 milhões na tecnologia de empilhamento a seco, que já cobre 40% do volume de seus rejeitos da CSN Mineração, o maior empreendimento do tipo já feito no Brasil. Até o fim de 2019, a empresa concluiu esse investimento de processamento do seu minério a seco, descartando a utilização de barragens para o processo produtivo.

A CSN sempre atua de maneira a minimizar os impactos de suas operações, além de investir em iniciativas de preservação e educação ambiental, atestando seu compromisso com a qualidade de vida das futuras gerações. O Grupo Econômico CSN possui uma frente social importante que é o Programa de Educação Ambiental (PEA), iniciativa da Companhia gerida pela Fundação CSN, com destaque para as unidades de Arcos (MG) e de Congonhas (MG), visando reafirmar seu compromisso com a transformação de valores e atitudes por meio de novos hábitos e conhecimentos. O projeto de educação ambiental com ênfase nas questões relacionadas aos patrimônios histórico e natural, em locais de atuação e relacionados a suas atividades, utiliza a arte como instrumento de diálogo entre alunos da rede pública, professores e colaboradores da empresa.

Finalmente, o Grupo Econômico CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de *stakeholders* e, desde 2012, utiliza critérios de mapeamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) e adota a metodologia do Relato Integrado (IR) para composição de seus indicadores para todas as suas operações. Os dados e indicadores obtidos neste processo permitem acompanhar o desempenho e avaliar sua exposição a riscos socioambientais e oportunidades futuras. O resultado deste trabalho pode ser encontrado nos Relatórios publicados no site <http://ri.csn.com.br/>.

## **10 - DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS**

Este documento contém afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da CSN Mineração aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

# CSN Mineração S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	15

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
**CSN Mineração S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CSN Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

### Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

### Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício corrente findo em 31 de dezembro de 2018

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.z às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o refazimento e a reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2018, para refletir o aprimoramento de determinadas divulgações, conforme solicitações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como outros aprimoramentos identificados pela administração descritos na mencionada nota explicativa. Em 15 de outubro de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificação e com parágrafo de ênfase com relação à transações com partes relacionadas, sobre aquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Devido à reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas na Nota Explicativa nº 2.z, emitimos esse novo relatório de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### 1. Alavancagem financeira (Notas Explicativas nºs 1 e 13)

#### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Parte substancial dos recursos e investimentos necessários para desenvolvimento das atividades da Companhia são oriundos de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras não relacionadas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do saldo de empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo circulante e não circulante, era de R\$ 2.783 milhões na controladora e no consolidado.

Este tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido basicamente a representatividade desses passivos financeiros em relação às demonstrações financeiras como um todo, bem como o fato de os empréstimos e financiamentos requerem, em alguns casos, cumprimento de cláusulas contratuais, como *covenants* ou outras cláusulas restritivas, cujos eventuais descumprimentos podem trazer distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas divulgações.

#### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento das políticas e medidas adotadas pela administração para gerenciamento e elaboração do fluxo de caixa;
- Discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para cumprimento das obrigações de pagamentos;
- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos implementados pela administração para controle e reconhecimento dos passivos oriundos de empréstimos e financiamentos;

- Testes na movimentação de novas capitalizações e amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante;
- Confirmação dos saldos junto aos credores e agentes fiduciários (circularização);
- Análise e testes de aderência com referência às cláusulas contratuais de *covenants* e cláusulas restritivas, de forma a confirmar que a Companhia estava adimplente na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de empréstimos e financiamentos foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## 2. Provisão para riscos relacionados às demandas judiciais (Nota Explicativa nº 20)

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Esta área exige julgamentos e avaliações críticas efetuadas pela administração, suportada por seus consultores jurídicos, na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, mensuração dos valores envolvidos, avaliação da probabilidade de êxito nas diversas discussões e divulgação apropriada dos processos e contenciosos existentes, tendo em vista a relevância dos mesmos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

O valor das contingências classificadas como prováveis e passíveis de provisão registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas montava R\$ 59 milhões em 31 de dezembro de 2018. O montante de contingências possíveis, portanto não sujeitas ao registro de provisão segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de R\$ 5.366 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, determinadas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento, classificação de ativos e passivos e divulgação das provisões para riscos relacionados a demandas judiciais e administrativas, processos, e/ou, em certos casos, aderência a leis e regulamentos, requer determinado nível de julgamento por parte da Companhia e suas controladas para registro das estimativas de perdas e divulgações nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração e definição do momento de reconhecimento e divulgações relacionadas ao contencioso e demandas judiciais entre as várias esferas de discussão de nosso direito, bem como aos eventuais impactos que referidos processos e estimativas podem causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto (inclusive quando da avaliação de demandas judiciais consideradas possíveis e prováveis, já que a alteração no prognóstico ou no critério de avaliação podem trazer impactos significativos nas demonstrações financeiras em termos de provisão e/ou reconhecimento de ativos). Desta forma, continuamos a considerar este assunto como relevante para a nossa auditoria do exercício corrente.

### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões para riscos relacionados às demandas judiciais e administrativas, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos;
- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões para riscos relacionados às demandas judiciais e administrativas, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos;

- Avaliação, com base em testes, da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando dados e informações históricas, bem como avaliação das confirmações recebidas dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Para demandas da área tributária, nossa abordagem incluiu o envolvimento de nossos especialistas tributários na avaliação dos méritos e informações sobre êxito prestadas pelos respectivos assessores jurídicos (na extensão que julgamos necessária), além da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais e trabalhistas envolvendo a Companhia;
- Discussões com os consultores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados quanto aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis em que a Companhia está envolvida.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação das estimativas e riscos relacionados às demandas judiciais em andamento nas diversas esferas de discussões existentes estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicional (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021



Nelson Fernandes Barreto Filho  
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

CSN MINERAÇÃO S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.443.204	2.761.194	1.359.310	2.410.514	Empréstimos e financiamentos	13	639.418	778.736	639.418	778.736
Aplicações financeiras	4	9.487	3.715	9.487	3.715	Fornecedores		763.149	696.804	763.356	697.051
Contas a receber	5	738.455	611.490	736.075	745.709	Obrigações sociais e trabalhistas		58.227	59.129	57.928	58.863
Estoques	6	453.247	460.502	453.247	460.502	Obrigações fiscais	15	61.079	86.245	57.037	73.029
Impostos a recuperar	7	60.134	262.319	59.642	261.848	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	20	6.965	-	6.965	-
Outros ativos	8	156.990	58.319	156.391	54.653	Adiantamento de clientes	16	61.641	-	59.260	-
		<b>2.861.517</b>	<b>4.157.539</b>	<b>2.774.152</b>	<b>3.936.941</b>	Dividendos a pagar	12.b	252.186	1.527.728	252.186	1.527.728
						Outras obrigações	17	131.428	216.055	124.903	247.488
								<b>1.974.093</b>	<b>3.364.697</b>	<b>1.961.053</b>	<b>3.382.895</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	7	99.556	145.563	99.556	145.563	Empréstimos e financiamentos	13	2.143.630	2.439.042	2.143.630	2.439.042
Outros ativos	8	196.810	198.513	196.402	198.441	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	20	52.338	64.042	52.338	64.042
Investimentos	9	1.161.559	1.119.478	1.236.458	1.358.499	Impostos diferidos	18.b	388.843	390.775	388.843	390.775
Imobilizado	10	6.574.493	6.412.127	6.574.327	6.411.974	Passivos ambientais e desativação	21	70.331	68.676	70.331	68.676
Intangível	11	4.241.537	4.256.506	4.241.537	4.256.506	Outras obrigações	17	171.727	75.849	171.727	75.849
		<b>12.273.955</b>	<b>12.132.187</b>	<b>12.348.280</b>	<b>12.370.983</b>			<b>2.826.869</b>	<b>3.038.384</b>	<b>2.826.869</b>	<b>3.038.384</b>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	22.a	6.103.872	6.103.872	6.103.872	6.103.872
						Reservas de capital	22.c	141.723	141.723	141.723	141.723
						Resultados abrangentes	22.h	329.625	330.921	329.625	330.921
						Reservas de lucros	22.g	3.759.290	3.310.129	3.759.290	3.310.129
								<b>10.334.510</b>	<b>9.886.645</b>	<b>10.334.510</b>	<b>9.886.645</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.135.472</b>	<b>16.289.726</b>	<b>15.122.432</b>	<b>16.307.924</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.135.472</b>	<b>16.289.726</b>	<b>15.122.432</b>	<b>16.307.924</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita operacional líquida</b>	23	7.233.083	5.501.045	7.233.538	5.063.133
Custos dos produtos vendidos	24	(3.522.221)	(2.935.754)	(3.550.471)	(2.950.211)
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.710.862</b>	<b>2.565.291</b>	<b>3.683.067</b>	<b>2.112.922</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com Vendas	24	(1.325.676)	(926.885)	(1.323.960)	(571.039)
Despesas gerais e administrativas	24	(122.895)	(146.323)	(123.150)	(128.763)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(230.844)	(93.942)	(230.390)	(92.670)
Outras receitas operacionais		32.293	11.658	32.293	11.331
Outras despesas operacionais		(263.137)	(105.600)	(262.683)	(104.001)
Resultado da equivalência patrimonial	9	66.786	56.691	81.170	132.637
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>2.098.233</b>	<b>1.454.832</b>	<b>2.086.737</b>	<b>1.453.087</b>
Resultado financeiro, líquido	26	(524.880)	(159.253)	(526.596)	(184.759)
Receitas financeiras		43.294	50.790	41.641	33.107
Despesas financeiras		(398.990)	(267.660)	(392.542)	(267.504)
Variações cambiais líquidas		(169.184)	57.617	(175.695)	49.638
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.573.353</b>	<b>1.295.579</b>	<b>1.560.141</b>	<b>1.268.328</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.a	(512.709)	(279.672)	(499.497)	(252.421)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	1.193	(138.924)	1.193	(138.924)
		<b>(511.516)</b>	<b>(418.596)</b>	<b>(498.304)</b>	<b>(391.345)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.061.837</b>	<b>876.983</b>	<b>1.061.837</b>	<b>876.983</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	22.g	-	-	5,8664	4,8452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<b>Consolidado e controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro líquido do exercício	1.061.837	876.983
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos	(1.433)	2.502
Outros resultados abrangentes	137	12
	<b>1.060.541</b>	<b>879.497</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.**

---

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Investimentos	Lucros a realizar					Dividendos propostos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>139.943</b>	<b>1.836.758</b>	<b>507.302</b>	<b>157.426</b>	<b>5.796</b>	<b>358.024</b>	-	<b>9.250.844</b>
Contribuição com a aquisição do acervo da CGPAR (nota 9 e 22.h)	-	-	-	-	-	-	-	(35.389)	-	<b>(35.389)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	876.983	<b>876.983</b>
Outros	-	-	-	-	-	-	2.490	-	-	<b>2.490</b>
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 22.f)	-	-	43.850	-	-	-	-	-	(43.850)	-
Reserva de investimento (Nota 22.f)	-	-	-	416.567	-	-	-	-	(416.567)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 1,150725 por ação - Nota 22.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.283)	<b>(208.283)</b>
Dividendos adicionais propostos (R\$1,150725 por ação - Nota 22.f)	-	-	-	-	-	208.283	-	-	(208.283)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>183.793</b>	<b>2.253.325</b>	<b>507.302</b>	<b>365.709</b>	<b>8.286</b>	<b>322.635</b>	-	<b>9.886.645</b>
Dividendos distribuídos (nota 22.f)	-	-	-	-	-	(365.709)	-	-	-	<b>(365.709)</b>
Dividendos mínimos obrigatórios não declarados - CGPAR	-	-	-	5.219	-	-	-	-	-	<b>5.219</b>
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	(1.433)	-	-	<b>(1.433)</b>
Outros resultados abrangentes (nota 22.h)	-	-	-	-	-	-	137	-	-	<b>137</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.061.837	<b>1.061.837</b>
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 22.f)	-	-	53.093	-	-	-	-	-	(53.093)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 1,393279 por ação - Nota 22.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(252.186)	<b>(252.186)</b>
Dividendos adicionais propostos (R\$4,179838 por ação - Nota 22.f)	-	-	-	-	-	756.558	-	-	(756.558)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>236.886</b>	<b>2.258.544</b>	<b>507.302</b>	<b>756.558</b>	<b>6.990</b>	<b>322.635</b>	-	<b>10.334.510</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício		1.061.837	876.983	1.061.837	876.983
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(66.786)	(56.691)	(81.170)	(132.637)
Variações cambiais e monetárias		202.644	(6.652)	202.822	(8.228)
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	224.537	308.636	224.537	308.558
Juros capitalizados	10.a	(54.929)	(70.649)	(54.929)	(70.649)
Amortização custo de transação	13	4.563	4.025	4.563	4.025
Depreciação e amortização	10 e 11	402.226	480.204	402.141	478.689
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	18	511.516	418.596	498.304	391.345
Perda estimada para a baixa de ativos imobilizados	10	1.835	14.593	1.835	14.593
Outros provisionamentos		(20.307)	(15.505)	(1.666)	3.050
(Aumento) Redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(309.321)	45.273	(172.721)	1.042.923
Estoques		12.868	5.680	12.868	(4.967)
Impostos a recuperar		(51.758)	(72.490)	(51.737)	(58.284)
Outros ativos		8.545	(36.089)	47.204	54.614
Aumento (redução) nos passivos operacionais				-	
Fornecedores		188.545	341.524	188.504	348.356
Salários, provisões e contribuições sociais		(902)	481	(935)	466
Tributos a recolher		36.160	4.273	44.927	5.508
Outras contas a pagar		15.879	21.507	(24.460)	75.884
Dividendos recebidos		41.388	37.466	159.861	37.466
Imposto de renda e contribuição social pagos		(279.577)	(219.868)	(265.958)	(219.868)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	(246.746)	(332.465)	(246.746)	(332.387)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>1.682.217</b>	<b>1.748.832</b>	<b>1.949.081</b>	<b>2.815.440</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Caixa proveniente da aquisição/incorporação da CGPAR		-	3.402	-	3.402
Aquisição de ativos imobilizados	10	(494.404)	(341.148)	(494.304)	(340.986)
Aquisição de investimentos	9	-	(99.452)	-	(99.452)
Aumento de Capital - CSN Holding	9	-	-	-	(35.327)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(494.404)</b>	<b>(437.198)</b>	<b>(494.304)</b>	<b>(472.363)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Pagamento do principal sobre empréstimos	13	(604.347)	(7.724)	(604.347)	(7.103)
Dividendos pagos	22.f	(1.888.218)	-	(1.888.218)	-
Custo de transação	13	(12.784)	-	(12.784)	-
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(2.505.349)</b>	<b>(7.724)</b>	<b>(2.505.349)</b>	<b>(7.103)</b>
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	-	(454)	13.195	(632)	13.038
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.317.990)</b>	<b>1.317.105</b>	<b>(1.051.204)</b>	<b>2.349.012</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	2.761.194	1.444.089	2.410.514	61.502
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	1.443.204	2.761.194	1.359.310	2.410.514
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.317.990)</b>	<b>1.317.105</b>	<b>(1.051.204)</b>	<b>2.349.012</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas</b>		<b>7.493.786</b>	<b>5.691.036</b>	<b>7.494.240</b>	<b>5.255.620</b>
Vendas mercadorias, produtos e serviços	-	7.453.166	5.691.944	7.453.621	5.253.790
Outras receitas/(despesas)	-	40.586	2.190	40.585	1.864
(Provisão)/reversão créditos liquidação duvidosa	-	34	(3.098)	34	(34)
<b>Insumos adquiridos de Terceiros</b>		<b>(4.247.772)</b>	<b>(3.067.497)</b>	<b>(4.284.902)</b>	<b>(2.721.762)</b>
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	(2.189.458)	(1.501.169)	(2.217.706)	(1.516.644)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(2.016.695)	(1.566.328)	(2.025.578)	(1.205.118)
(Perda)/recuperação de valores ativos	-	(41.619)	-	(41.618)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>3.246.014</b>	<b>2.623.539</b>	<b>3.209.338</b>	<b>2.533.858</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciação, amortização e exaustão	24	(402.226)	(480.204)	(402.141)	(478.689)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>2.843.788</b>	<b>2.143.335</b>	<b>2.807.197</b>	<b>2.055.169</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>153.036</b>	<b>168.990</b>	<b>161.808</b>	<b>231.598</b>
Resultado de equivalência patrimonial	9	66.786	56.691	81.170	132.637
Receitas financeiras	-	43.294	50.790	41.641	33.107
Outros e variações cambiais ativas	-	42.956	61.509	38.997	65.854
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>2.996.824</b>	<b>2.312.325</b>	<b>2.969.005</b>	<b>2.286.767</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Pessoal e Encargos	-	515.132	528.978	505.721	518.284
Impostos, taxas e contribuições	-	807.187	634.305	793.907	607.074
Remuneração de capitais de terceiros	-	612.668	272.059	607.540	284.426
Remuneração de capitais próprios	-	1.061.837	876.983	1.061.837	876.983
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>2.996.824</b>	<b>2.312.325</b>	<b>2.969.005</b>	<b>2.286.767</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSN Mineração S.A., referida adiante como “CSN Mineração”, “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2007, sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, em conjunto com suas controladas e coligadas, é denominada também nestas demonstrações financeiras como “Grupo”. O Grupo foi formado a partir da combinação de negócios dos ativos de mineração e porto de sua controladora Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN” ou “Controladora CSN”) com os ativos de mineração incorporados da Nacional Minérios S.A. (“Namisa”), uma joint venture entre a CSN e a Japão Brasil Minério de Ferro Participações (“Consórcio Asiático”), um grupo asiático formado pela Itochu e pelas siderúrgicas internacionais JFE, Posco, Kobe Steel, Nisshin Steel e China Steel Corp.

O Grupo tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social.

A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático, através de uma rede integrada de logística que permite o transporte do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de carvão (“TECAR”), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O TECAR também presta o serviço de desembarque de granéis sólidos, principalmente, para atender as importações de carvão e coque realizadas pelo seu acionista controlador, Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”).

Os preços que vigoram no mercado internacional de minério de ferro são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

As atividades de mineração da Companhia utilizam barragens de rejeitos para as quais são regularmente adotadas todas as medidas cabíveis para mitigar os riscos inerentes à manipulação e descarte dos rejeitos e cumprir a legislação ambiental vigente. É prioridade da Companhia operar sem a dependência dessas barragens em nossas atividades minerárias, sendo que os investimentos realizados em 2018 e os projetados para 2019 totalizam cerca de R\$250 milhões, e que serão em tecnologia de empilhamento a seco já foram realizados.

Nesse contexto, a expectativa, ressalvadas eventuais revisões de projetos e prazos previstos de obras, adequado funcionamento de equipamentos e atrasos por razões imprevisíveis, é que até o fim de 2019 a CSN Mineração esteja processando integralmente os rejeitos em processo a seco, descartando a utilização de barragens em suas atividades de minério de ferro. Como consequência dessas medidas, o passo seguinte será iniciar o descomissionamento das barragens.

A totalidade das nossas barragens está positivamente certificada e atende a legislação ambiental em “vigor”

- **Continuidade Operacional:**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que montam R\$2,8 bilhões, dos quais R\$2,1 bilhões possuem vencimento no longo prazo, conforme nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2019 são esperados pagamentos de empréstimos, que incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam R\$642 milhões em valores aproximados.

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração que abrangeu o período operacional até março de 2020, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a Administração entende que a Companhia possui os recursos necessários para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade normal das operações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**2.a) Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as normas emitidas pelo IFRS e CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber;
- Nota explicativa 11.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa 20 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 21 – Provisões para passivos e ambientais e desativação;
- Nota explicativa 27 – Benefício pós emprego;

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento contábil aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anteriormente emitidas em 15 de outubro de 2020, estão sendo reapresentadas para refletir o aprimoramento de determinadas divulgações por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, tendo sido aprovadas pela administração em 21 de janeiro de 2021.

**2.b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem as controladas e coligada demonstradas no quadro abaixo.

• **Empresas**

<b>Empresas</b>	<b>Participação no capital social (%)</b>	<b>Atividades principais</b>
<b>Participação direta em controladas: consolidação integral</b>		
CSN Mining Holding, S.L	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
<b>Participação indireta em controladas: consolidação integral</b>		
CSN Mining GmbH	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining Portugal Unipessoal LDA	100,00	Representação comercial
CSN Mining Asia Limited	100,00	Representação comercial
<b>Participação direta em empresas classificadas como coligada: equivalência patrimonial</b>		
MRS Logística S.A	18,63	Transporte ferroviário

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

- **Transações entre controladas e coligada**

Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com a coligada, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e da coligada é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

#### **Controladas**

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e existe a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

#### **Coligada**

O investimento na MRS é classificado como coligada pois a Companhia possui influência significativa, mas não o controle sobre as decisões relevantes do negócio dessa investida. Além da participação de 18,63% na MRS, que incluem ações ordinárias e preferenciais e também uma ação ordinária vinculada ao acordo de acionista, é levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos do acionista controlador CSN, que é membro signatário do acordo de acionistas da MRS.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

#### **2.c) Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e CPCs.

#### **2.d) Moedas estrangeiras**

##### **i. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

##### **ii. Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em acordo com o CPC 02 e a ICPC 21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento, as operações onde a Companhia reconhece um ativo não monetário ou passivo não monetário, que envolvam pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira, são registradas pela taxa de câmbio da data que a entidade reconheceu inicialmente (data de transação) o ativo não monetário ou passivo não monetário.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2018, US\$1 equivale a R\$3,8748 (R\$3,3080 em 31 de dezembro de 2017) e €1 equivale a R\$4,4390 (R\$3,9693 em 31 de dezembro de 2017)

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**2.e) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e são classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4.

**2.f) Contas a receber de clientes**

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas quando aplicável.

As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das “*commodities*” estabelecido pelo “*Platts*”, na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente.

Mensalmente, quando aplicável, é efetuada a marcação a mercado para os saldos em aberto, por meio da cotação futura das “*commodities*” que seriam utilizadas para acerto final, quando da emissão das faturas finais.

As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das “*commodities*” (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato.

O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre.

Com a adoção do novo IFRS 09 / CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas

**2.g) Estoques**

Mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O minério de ferro é reconhecido a partir do momento em que há extração física na mina e beneficiamento. É utilizado o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias.

**2.h) Investimentos**

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

**2.i) Combinação de negócios**

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

**2.j) Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme Nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado ao invés de estoques.

## **2.k) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas no valor recuperável (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional. A Companhia possui uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de "*impairment*".

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos.

## **2.l) Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**2.m) Benefícios a empregados e participação nos lucros e bônus**

**i. Benefícios a Empregados**

**Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

**Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

**ii. Participação nos lucros e bônus**

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocada ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

**2.n) Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**2.o) Concessões**

A Companhia possui concessão governamental que engloba serviço portuário. A concessão incluída nas demonstrações financeiras se refere ao terminal de exportação de minério e importação de carvão – TECAR. A concessão da coligada MRS não é divulgada nessas demonstrações financeiras.

O contrato de concessão da Companhia não está dentro do escopo do IFRIC 12/ICPC 01 – Contratos de Concessão, pois o poder concedente não tem o controle efetivo sobre os preços praticados e para quais clientes os serviços são prestados. Na essência, esses contratos de concessão possuem característica de arrendamento operacional. Assim, a contabilização segue as disposições contábeis aplicáveis aos contratos de arrendamento, conforme IFRS16/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Os nossos contratos de concessão preveem o uso de um ativo específico para um período acordado de tempo, mas sem qualquer transferência de propriedade dos bens para a Companhia após o término desses contratos, bem como opção de compra destes ativos a qualquer momento. Desta forma, os pagamentos de arrendamento pelos ativos recebidos no início da concessão são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Ativos adquiridos ou construídos são reconhecidos como ativo imobilizado ou intangível de acordo com os parâmetros estabelecidos no IAS16/CPC 27 (ativo imobilizado) e IAS38/CPC 04 (ativo intangível). Esses ativos são controlados pela Companhia - os riscos e benefícios associados fluem para a Companhia. No final do contrato a Companhia será reembolsada pelo poder concedente se houver saldo contábil residual desses ativos.

O valor contábil residual desses ativos em 31 de dezembro de 2018 está listado abaixo juntamente com a indicação de sua classificação nas demonstrações financeiras:

<b>Concessão</b>	<b>Valor contábil residual (R\$)</b>	<b>Classificação no balanço</b>
Tecar	1.616 milhões	Ativo imobilizado e Intangível ( <i>Software</i> )

**2.p) Capital Social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

**2.q) Reconhecimento de receita**

A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia e reconhece suas as receitas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas:

- Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do valor do contrato;
- Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou no momento em que as obrigações de desempenho são concluídas.

A Companhia reconhece a receita das vendas de minério de ferro quando o controle do produto é transferido para os clientes, o que geralmente ocorre, no caso das vendas para exportação, quando o produto é embarcado no navio e, no caso das vendas internas, quando o produto é carregado no trem.

As vendas de minério de ferro para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (Cost and Freight) e CIF (Cost, Insurance and Freight) incluem o serviço de frete marítimo embutido na mesma fatura. Nesse caso, a obrigação de desempenho do serviço de frete marítimo é considerada separadamente do embarque do minério de ferro e a Companhia reconhece a receita da prestação desse serviço na entrega da mercadoria no destino especificado pelos clientes.

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nas vendas para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (Cost and Freight) e CIF (Cost, Insurance and Freight), a obrigação de pagar pela mercadoria e o serviço de frete marítimo, que está embutido na mesma fatura, geralmente surge quando o produto é carregado no navio. A Companhia contrata e, alguns casos, paga o serviço de frete marítimo antecipadamente, o montante pago é reconhecido como um ativo, adiantamento a fornecedores, até a chegada ao porto de destino, momento em que é debitado ao resultado como despesa de frete. Simultaneamente, a Companhia reconhece o preço do serviço de frete marítimo, pelo qual é responsável, como passivo, adiantamento de clientes, até à chegada ao porto de destino, momento em que a Companhia cumpre a sua obrigação de desempenho para o serviço de frete marítimo e, dessa forma, reconhece a receita pela prestação desse serviço.

A Companhia reconhece adiantamentos a fornecedores e adiantamentos de clientes como despesas de frete e receita de serviços de frete marítimo prestados, respectivamente, no prazo de um mês. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

### **2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### **2.s) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

**2.t) Lucro/ (Prejuízo) por ação**

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, quando aplicável. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

**2.u) Custos ambientais e restauração de áreas**

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção (licenças/SNUC).

**2.v) Pesquisa e desenvolvimento**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

**2.w) Instrumentos financeiros**

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

**i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro

- **Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- **Custo de amortização**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os ativos mensurados ao custo de amortização dever ser mensurado se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia devera reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

- **Desreconhecimento**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

**ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros ao custo amortizado**

A companhia devera classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiro classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento, dividendos, adiantamentos de clientes e fornecedores.

- **Desreconhecimento de passivos financeiros**

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**2.x) Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da Companhia para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

**2.y) Demonstração do valor adicionado**

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**2.z) Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Conforme aprimoramentos solicitados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1 – Presentation of Financial Statements), as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 (anteriormente aprovadas, para emissão, pela administração em 15 de outubro de 2020) estão sendo reapresentadas visando refletir aprimoramentos dos seguintes assuntos:

i) Nota Explicativa nº 08 – Outros ativos circulantes e não circulantes – a administração revisou os critérios de apresentação dos saldos do Balanço Patrimonial procedendo com a reclassificação, da rubrica “Outros Ativos circulantes e não circulantes”, do montante de R\$159.690 e R\$ 159.198, consolidado e controladora, respectivamente, para a rubrica de Impostos a recuperar – nota explicativa nº 7, visando a melhor apresentação dos números divulgados;

ii) Nota Explicativa nº 17 – Outras obrigações – a administração revisou os critérios de apresentação dos saldos do Balanço Patrimonial procedendo com a reclassificação, da rubrica “Outras obrigações”, do montante de R\$384.158 e R\$381.777 consolidado e controladora, respectivamente, para as rubricas abaixo, visando a melhor apresentação dos números divulgados.

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Adiantamentos de clientes (Nota 16)	61.641	59.260
Passivos ambientais e desativação (Nota 21)	70.331	70.331
Dividendos (Nota 12.b)	252.186	252.186
<b>Total</b>	<b>384.158</b>	<b>381.777</b>

Adicionalmente a Administração efetuou aprimoramentos nas Notas Explicativas nº 2.q) Reconhecimento de receita e 2.w) Instrumentos financeiros para melhor refletir as transações efetivas da Companhia e revisou os critérios de apresentação dos saldos com pessoal chave da administração divulgados na Nota Explicativa nº 12.d.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**2.a.a) Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As seguintes normas e interpretações foram emitidas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019, 2020 e 2021 e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

<b>Norma</b>	<b>Principais pontos introduzidos pela norma</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 16/CPC 6(R2) – Arrendamento Mercantil	Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros.  O IFRS 16/CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17/CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23/ICPC 22 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contrato de seguros	Estabelece um modelo mais complexo para reconhecer a receita de uma seguradora, pois se baseia em um modelo de fluxo de caixa descontado, ajustado em relação a esse portfólio de contrato de seguro e também por uma margem de serviço contratual.	1º de janeiro de 2021

São apresentadas a seguir, as informações sobre os possíveis impactos na adoção dos IFRS 16/CPC 06 (R2) Operação de arrendamento Mercantil, e IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras. Desta forma, estas avaliações preliminares e seus potenciais impactos estão sujeitas à alterações até que a adoção inicial seja divulgada nas demonstrações financeiras de 2019.

**- IFRS 16/CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil**

O IFRS 16/CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo que os arrendatários reconheçam o ativo e passivo de todos os contratos de arrendamento pelo valor presente, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia concluiu que com a adoção da norma, teremos uma redução nas despesas operacionais e um aumento nas despesas financeiras, uma vez que o ativo “direito de uso” passa a ser amortizado e o passivo de arrendamento atualizado para refletir as contraprestações a serem pagas ao longo do período de contrato.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, a Cia optou por aplicar a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo o efeito cumulativo como ajuste no saldo de abertura.

A companhia estima o impacto no montante de R\$32 milhões no reconhecimento inicial do direito de uso e passivos de arrendamento.

**- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Esta interpretação tem como objetivo esclarecer como a companhia deve avaliar as incertezas na contabilização dos tributos sobre o lucro quando a legislação aplicável não estiver clara. A companhia avaliou fatos atuais e o tratamento contábil aplicado em cada situação à luz desta interpretação, concluímos que o IFRIC 23 não traz efeitos decorrentes de posições fiscais adotadas que possam vir a ser desafiadas pelas autoridades fiscais brasileiras.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				
<b>Disponibilidades</b>				
Caixa e Bancos	861.403	11.723	837.659	1.332
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>No País:</b>				
Títulos privados	170.254	475.070	170.254	475.070
	<b>170.254</b>	<b>475.070</b>	<b>170.254</b>	<b>475.070</b>
<b>No Exterior:</b>				
<i>Time Deposits</i>	411.547	2.274.401	351.397	1.934.112
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	<b>581.801</b>	<b>2.749.471</b>	<b>521.651</b>	<b>2.409.182</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.443.204</b>	<b>2.761.194</b>	<b>1.359.310</b>	<b>2.410.514</b>

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e liquidez imediata.

Adicionalmente, parte significativa dos recursos financeiros no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos considerados pela administração como de primeira linha, e são remuneradas às taxas pré-fixadas.

A redução do caixa e equivalentes de caixa no período refere-se ao pagamento de dividendos no valor de R\$1,9 bilhão.

**4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Consolidado e controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Títulos públicos	9.487	3.715
<b>Total</b>	<b>9.487</b>	<b>3.715</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía aplicações financeiras em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Cientes</b>				
<b>Terceiros</b>				
Mercado interno	3.154	1.978	3.154	1.978
Mercado externo	525.612	502.000	516.415	488.532
	<b>528.766</b>	<b>503.978</b>	<b>519.569</b>	<b>490.510</b>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(9.094)	(8.241)	(2.277)	(2.311)
	<b>519.672</b>	<b>495.737</b>	<b>517.292</b>	<b>488.199</b>
Partes relacionadas (Nota 12.b)	218.783	115.753	218.783	257.510
	<b>738.455</b>	<b>611.490</b>	<b>736.075</b>	<b>745.709</b>

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório.

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	515.902	492.987	515.902	487.371
Vencidos até 180 dias	869	863	869	863
Vencidos acima de 180 dias	11.995	10.128	2.798	2.276
	<b>528.766</b>	<b>503.978</b>	<b>519.569</b>	<b>490.510</b>

As movimentações nas perdas esperadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>(8.241)</b>	<b>(4.859)</b>	<b>(2.311)</b>	<b>(2.277)</b>
Perdas esperadas	(9)	(3.382)	(9)	(34)
Recuperação de créditos	43	-	43	-
Variação cambial	(887)	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(9.094)</b>	<b>(8.241)</b>	<b>(2.277)</b>	<b>(2.311)</b>

Com a adoção do IFRS 09/CPC 48 Instrumentos Financeiros, a Companhia mudou o modelo a partir de 1º de janeiro de 2018 de “perdas incorridas” para “perdas de créditos esperadas”, onde passou a constituir o *impairment* desde a data de reconhecimento do ativo (títulos a vencer). A aplicação do IFRS 09/CPC 48 não trouxe impactos materiais para a Companhia.

6. ESTOQUES

	Consolidado e controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	173.081	154.110
Produtos em elaboração	101.010	80.538
Almoxarifado	271.187	282.359
(-) Perdas estimadas	(92.031)	(56.505)
	<b>453.247</b>	<b>460.502</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>(56.505)</b>	<b>(47.378)</b>
Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência (Nota 25)	(1.299)	(9.127)
Perdas estimadas em estoques de produtos acabados (Nota 25)	(34.227)	-
<b>Saldo final</b>	<b>(92.031)</b>	<b>(56.505)</b>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	42.832	209.681	42.832	209.680
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	113.139	157.807	112.647	157.337
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	793	37.154	793	37.154
Outros	2.926	3.240	2.926	3.240
<b>Total</b>	<b>159.690</b>	<b>407.882</b>	<b>159.198</b>	<b>407.411</b>
Circulante	60.134	262.319	59.642	261.848
Não circulante	99.556	145.563	99.556	145.563
<b>Total</b>	<b>159.690</b>	<b>407.882</b>	<b>159.198</b>	<b>407.411</b>

A parcela não circulante é representada, basicamente, por créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo.

A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de reconhecimento de perdas por recuperabilidade, objetivando seu aproveitamento.

## 8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Estoque de minério de ferro <sup>(1)</sup>	144.499	144.499	144.499	144.499
Depósitos judiciais (Nota 20)	33.332	29.283	33.332	29.283
Dividendos a receber (Nota 12.b)	23.080	20.409	23.080	20.409
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 12.b)	18.132	20.553	18.419	19.371
Frete e seguro marítimo <sup>(2)</sup>	119.951	20.600	119.062	19.351
Arrendamento portuário	5.180	6.660	5.180	6.660
Outros	9.626	14.828	9.221	13.521
<b>total</b>	<b>353.800</b>	<b>256.832</b>	<b>352.793</b>	<b>253.094</b>
Circulante	156.990	58.319	156.391	54.653
Não circulante	196.810	198.513	196.402	198.441
<b>total</b>	<b>353.800</b>	<b>256.832</b>	<b>352.793</b>	<b>253.094</b>

1 - Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para 1º semestre de 2020.

2 - Refere-se a Pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/CPC 47, o frete no *incoterms* "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega em 31 de dezembro de 2018, mas o prestador de serviço de transporte já havia sido pago.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>				
<b>Empresa controlada</b>				
CSN Mining Holding	-	-	74.899	239.021
<b>Empresa coligada</b>				
MRS Logística S.A.	716.176	662.349	716.176	662.349
Fair Value alocado à MRS <sup>(1)</sup>	445.383	457.129	445.383	457.129
<b>Total</b>	<b>1.161.559</b>	<b>1.119.478</b>	<b>1.236.458</b>	<b>1.358.499</b>

1. O *fair value* alocado no investimento na MRS decorrente da aquisição do controle da Namisa, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da ferrovia com a MRS.

A movimentação dos investimentos na empresa controlada e da controlada em conjunto é demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial dos investimentos</b>	1.119.478	1.084.189	1.358.499	1.229.640
Aumento de Capital - CSN Mining Holding	-	-	-	35.327
Resultado equivalência patrimonial	97.177	85.931	92.917	138.589
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.747)	(11.747)	(11.747)	(11.747)
Lucros nos estoques	-	-	-	5.585
Dividendos	(43.488)	(38.883)	(203.349)	(38.883)
Outros	139	(12)	138	(12)
<b>Total</b>	<b>1.161.559</b>	<b>1.119.478</b>	<b>1.236.458</b>	<b>1.358.499</b>

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essas empresas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado equivalência patrimonial MRS	97.177	85.931	97.177	85.931
Resultado equivalência patrimonial CSN Mining Holding	-	-	(4.260)	52.658
Compensação da parcela de custo no resultado equivalencia (IAS28)	(18.644)	(17.493)	-	-
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.747)	(11.747)	(11.747)	(11.747)
Lucros nos estoques	-	-	-	5.585
Outros	-	-	-	210
<b>Total</b>	<b>66.786</b>	<b>56.691</b>	<b>81.170</b>	<b>132.637</b>

- **Descrição e principais informações sobre a controlada direta e coligada**
- CSN MINING HOLDING, S.L. ( Ex-Namisa International Minérios, S.L.U.)

Situada em Bilbao, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como “*holding*”, tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH, CSN Mining Ásia e CSN Mining Portugal, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras. Com a combinação de negócios ocorrida em novembro de 2015 e consequente incorporação da Namisa pela Companhia em dezembro de 2015, a CSN Mining Holding passou a ser de controle direto da CSN Mineração.

A denominação social da Namisa International Minérios, S.L.U. foi alterada para CSN Mining Holding, S.L. em 12 de setembro de 2017.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Em 29 de janeiro de 2018 a CSN Mining Holding declarou e pagou dividendos no montante de R\$ 159 milhões.

- **MRS LOGÍSTICA S.A.**

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA., localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva do poder concedente.

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,63% no capital social da MRS, representado por: (i) 7,59% em ações ordinárias, sendo uma ação vinculada ao acordo de acionistas; e (ii) 11,04% em ações preferenciais.

As principais informações financeiras sobre os ativos, passivos e resultados dessa controlada em conjunto estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% do resultado da empresa:

**Balanço Patrimonial**

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	345.962	484.978	Fornecedores	298.129	220.968
Contas a receber	247.203	278.586	Empréstimos e financiamentos	422.794	672.332
Estoques	107.563	85.893	Tributos a recolher	321.603	159.836
Impostos a recuperar	300.347	96.082	Dividendos a pagar	123.884	109.642
Outros	99.405	75.092	Outros	624.675	331.417
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Impostos a recuperar	152.022	43.172	Empréstimos e financiamentos	2.111.518	2.056.497
Investimento, imobilizado e intangível	6.437.740	6.277.311	Tributos diferidos	353.117	235.569
Outros	697.099	492.805	Outros	287.415	492.377
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital Social	1.718.439	1.597.362
			Reserva de lucros	2.116.171	1.949.064
			Resultados abrangentes	9.596	8.855
<b>Total Ativos</b>	<b>8.387.341</b>	<b>7.833.919</b>	<b>Total Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>8.387.341</b>	<b>7.833.919</b>

**Demonstrações de resultados**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Demonstração do resultado</b>		
Receita líquida	3.726.448	3.492.805
(-) Custo dos produtos vendidos	(2.476.627)	(2.307.108)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.249.821</b>	<b>1.185.697</b>
Despesas operacionais	(313.606)	(283.151)
Resultado financeiro, líquido	(151.839)	(187.295)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>784.376</b>	<b>715.251</b>
Impostos sobre o Lucro	(262.760)	(254.001)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>521.616</b>	<b>461.250</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- CGPAR Construções Pesadas S.A.

Em 14 de julho de 2017 a Companhia concluiu a aquisição da CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A, a empresa prestadora de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens, que até esta data era controlada pela CSN, o valor da aquisição foi de R\$ 99.452, a transação foi avaliada pela administração como uma "transação de capital". Com isso a mais-valia de R\$ 35.389 foi reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial - distribuição de capital entre os sócios" no Patrimônio Líquido.

## 10. IMOBILIZADO

### 10.a) Composição do imobilizado

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.181</b>	<b>1.477.309</b>	<b>3.456.299</b>	<b>11.550</b>	<b>1.371.134</b>	<b>38.654</b>	<b>6.412.127</b>
Custo	57.181	1.746.589	5.659.433	30.002	1.371.134	95.803	8.960.142
Depreciação acumulada	-	(269.280)	(2.203.134)	(18.452)	-	(57.149)	(2.548.015)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.181</b>	<b>1.477.309</b>	<b>3.456.299</b>	<b>11.550</b>	<b>1.371.134</b>	<b>38.654</b>	<b>6.412.127</b>
- Aquisições	-	-	27.717	519	465.721	2.344	496.301
- Juros capitalizados (Nota 26)	-	-	-	-	54.929	-	54.929
- Depreciação	-	(52.946)	(333.706)	(1.862)	-	(4.302)	(392.816)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	(276.388)	385.108	(593)	(102.690)	122	5.559
- Perdas estimadas e baixa de bens	-	-	(1.700)	(1)	-	(134)	(1.835)
- Outros	-	-	-	-	231	(3)	228
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.181</b>	<b>1.147.975</b>	<b>3.533.718</b>	<b>9.613</b>	<b>1.789.325</b>	<b>36.681</b>	<b>6.574.493</b>
Custo	57.181	1.438.112	6.102.401	27.172	1.789.325	91.408	9.505.599
Depreciação acumulada	-	(290.137)	(2.568.683)	(17.559)	-	(54.727)	(2.931.106)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.181</b>	<b>1.147.975</b>	<b>3.533.718</b>	<b>9.613</b>	<b>1.789.325</b>	<b>36.681</b>	<b>6.574.493</b>
							Controladora
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.181</b>	<b>1.477.309</b>	<b>3.456.299</b>	<b>11.550</b>	<b>1.371.134</b>	<b>38.501</b>	<b>6.411.974</b>
Custo	57.181	1.746.589	5.658.682	30.002	1.371.134	95.639	8.959.227
Depreciação acumulada	-	(269.280)	(2.202.383)	(18.452)	-	(57.138)	(2.547.253)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.181</b>	<b>1.477.309</b>	<b>3.456.299</b>	<b>11.550</b>	<b>1.371.134</b>	<b>38.501</b>	<b>6.411.974</b>
- Aquisições	-	-	27.717	519	465.721	2.244	496.201
- Juros capitalizados (Nota 26)	-	-	-	-	54.929	-	54.929
- Depreciação	-	(52.945)	(333.706)	(1.862)	-	(4.218)	(392.731)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	(276.389)	385.108	(593)	(102.690)	123	5.559
- Perdas estimadas e baixa de bens	-	-	(1.700)	(1)	-	(134)	(1.835)
- Outros	-	-	-	-	231	(1)	230
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.181</b>	<b>1.147.975</b>	<b>3.533.718</b>	<b>9.613</b>	<b>1.789.325</b>	<b>36.515</b>	<b>6.574.327</b>
Custo	57.181	1.438.111	6.102.401	27.172	1.789.325	91.146	9.505.336
Depreciação acumulada	-	(290.136)	(2.568.683)	(17.559)	-	(54.631)	(2.931.009)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.181</b>	<b>1.147.975</b>	<b>3.533.718</b>	<b>9.613</b>	<b>1.789.325</b>	<b>36.515</b>	<b>6.574.327</b>

(\*) Referem-se substancialmente benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares

### 10.b) Obras em andamento

Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para as respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 é composto pelos seguintes projetos:

	Consolidado			
Descrição do projeto	Data de início	Data de conclusão	31/12/2018	31/12/2017
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2024 <sup>(1)</sup>	837.980	745.685
Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2022 <sup>(2)</sup>	289.298	275.810
Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			662.047	349.639
<b>Total Obras em andamento</b>			<b>1.789.325</b>	<b>1.371.134</b>

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	<b>Consolidado e controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Em anos</b>		
Edificações	39	42
Máquinas, equipamentos e instalações	14	16
Móveis e utensílios	11	12
Outros	17	17

**10.c) Juros Capitalizados**

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$54.929 (R\$70.649 em 31 de dezembro de 2017). Esses custos foram apurados, basicamente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR. As taxas dos projetos não específicos em exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é 6,31% a.a (8,63% a.a em 31 de dezembro de 2017).

**11. INTANGÍVEL**

	<b>Consolidado e Controladora</b>				
	<b>Ágio<sup>(1)</sup></b>	<b>Relações com fornecedores<sup>(2)</sup></b>	<b>Software</b>	<b>Direitos e Licenças<sup>(3)</sup></b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.196.587</b>	<b>943</b>	<b>9.577</b>	<b>1.049.399</b>	<b>4.256.506</b>
Custo	3.196.587	1.420	34.958	1.062.630	4.295.595
Amortização acumulada	-	(477)	(25.381)	(13.231)	(39.089)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.196.587</b>	<b>943</b>	<b>9.577</b>	<b>1.049.399</b>	<b>4.256.506</b>
- Amortização		(241)	(3.700)	(5.469)	(9.410)
- Transferências para outras categorias de ativos			(5.559)		(5.559)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.196.587</b>	<b>702</b>	<b>318</b>	<b>1.043.930</b>	<b>4.241.537</b>
Custo	3.196.587	1.420	11.455	1.062.630	4.272.092
Amortização acumulada		(718)	(11.137)	(18.700)	(30.555)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.196.587</b>	<b>702</b>	<b>318</b>	<b>1.043.930</b>	<b>4.241.537</b>

1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa.

2. Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos na aquisição do controle da Namisa.

3. Direito minerário da mina de Engenho, a amortização é realizada pelo volume de extração de minério de ferro bruto realizado na mina.

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	<b>Consolidado e Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Relações com fornecedores	6	6
Software	6	7
Direitos e licenças	49	49

**11.a) Teste para verificação de impairment**

O teste de *impairment* foi realizado no ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela Companhia, concluído em 30 de novembro de 2015 e inclui ainda os saldos do ativo imobilizado, do ativo intangível e do estoque de longo prazo. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento (“capex”) futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais premissas utilizadas no teste foram as seguintes:

- **Mensuração do valor recuperável:** Fluxo de Caixa Descontado;
- **Projeção do fluxo de caixa:** até 2054;
- **Margem bruta:** média da margem bruta da unidade geradora de caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 36 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;
- **Atualização dos custos:** baseados em dados históricos e tendências de mercado;
- **Taxa de desconto:** fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto após os impostos em termos reais baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico do segmento de mineração.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 12. PARTES RELACIONADAS

### 12.a) Relacionamento com partes relacionadas

A CSN é o acionista controlador da Companhia detendo 87,52% de participação no capital votante. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 49,24% do capital social da CSN.

A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 20 de fevereiro de 2019.

### 12.b) Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas

- **Por operação**

#### Balanço patrimonial

				Consolidado		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	102	-	102	-	-	-
Fundos exclusivos	16.771	-	16.771,00	16.020	-	16.020
Contas a Receber (Nota 5)	218.783	-	218.783	115.753	-	115.753
Dividendos (Nota 8)	23.080	-	23.080	20.409	-	20.409
Outros (Nota 8)	3.653	14.479	18.132	5.170	15.383	20.553
	<b>262.389</b>	<b>14.479</b>	<b>276.868</b>	<b>157.352</b>	<b>15.383</b>	<b>172.735</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Pré-Pagamento (Nota 13)	600.378	771.813	1.372.191	30.789	1.141.008	1.171.797
Outras Obrigações (Nota 17)	26.575	96.630	123.205	46.139	-	46.139
Dividendos	252.186	-	252.186	1.527.728	-	1.527.728
Fornecedores	146.680	-	146.680	310.249	-	310.249
Outros	-	-	-	129	-	129
	<b>1.025.819</b>	<b>868.443</b>	<b>1.894.262</b>	<b>1.915.034</b>	<b>1.141.008</b>	<b>3.056.042</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	102	-	102	-	-	-
Fundos exclusivos	16.771	-	16.771	16.020	-	16.020
Contas a Receber (Nota 5)	218.783	-	218.783	257.510	-	257.510
Dividendos (Nota 8)	23.080	-	23.080	20.409	-	20.409
Outros (Nota 8)	3.940	14.479	18.419	3.988	15.383	19.371
	<b>262.676</b>	<b>14.479</b>	<b>277.155</b>	<b>297.927</b>	<b>15.383</b>	<b>313.310</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Pré-Pagamento (Nota 13)	600.378	771.813	1.372.191	30.789	1.141.008	1.171.797
Outras Obrigações (Nota 17)	26.322	96.630	122.952	87.067	-	87.067
Dividendos	252.186	-	252.186	1.527.728	-	1.527.728
Fornecedores	146.680	-	146.680	310.249	-	310.249
Outros	-	-	-	129	-	129
	<b>1.025.566</b>	<b>868.443</b>	<b>1.894.009</b>	<b>1.955.962</b>	<b>1.141.008</b>	<b>3.096.970</b>

**Demonstração do resultado**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas</b>				
Vendas	2.070.357	1.962.081	2.070.357	3.015.337
Juros	2.749	1.319	2.749	1.319
<b>Custos / Despesas</b>				
Compras	(1.052.827)	(875.052)	(1.105.419)	(873.442)
Juros	(276.092)	(86.301)	(276.092)	(86.301)
Variações Cambiais Líquidas	(195.503)	(16.867)	(196.032)	(18.398)
	<b>548.684</b>	<b>985.180</b>	<b>495.563</b>	<b>2.038.515</b>

• **Por empresa**

	Consolidado											
	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2018				31/12/2017	
	Ativo			Passivo			Resultado		Resultado		Variações	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	financeiro líquido	Cambiais líquido	Total	
Grupo CSN	129.829	14.479	144.308	933.316	771.813	1.705.129	1.137.330	(263.405)	(199.459)	(195.503)	478.963	
MRS logística S.A	23.080	-	23.080	55.937	96.630	152.567	-	(769.163)	(16.092)	-	(785.255)	
Consortio Asiático	109.480	-	109.480	36.566	-	36.566	933.027	(20.259)	(57.792)	-	854.976	
<b>Total em 31/12/2018</b>	<b>262.389</b>	<b>14.479</b>	<b>276.868</b>	<b>1.025.819</b>	<b>868.443</b>	<b>1.894.262</b>	<b>2.070.357</b>	<b>(1.052.827)</b>	<b>(273.343)</b>	<b>(195.503)</b>	<b>548.684</b>	
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>157.352</b>	<b>15.383</b>	<b>172.735</b>	<b>1.915.034</b>	<b>1.141.008</b>	<b>3.056.042</b>	<b>1.962.081</b>	<b>(875.052)</b>	<b>(84.982)</b>	<b>(16.867)</b>	<b>985.180</b>	
	Controladora											
	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2018				31/12/2017	
	Ativo			Passivo			Resultado		Resultado		Variações	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	financeiro líquido	Cambiais líquido	Total	
Grupo CSN	129.828	14.479	144.307	933.065	771.813	1.704.878	1.137.330	(263.405)	(199.459)	(195.503)	478.963	
CSN Mining GmbH	299	-	299	-	-	-	-	(39.128)	-	-	(39.128)	
CSN Mining Portugal	-	-	-	-	-	-	-	(4.443)	-	4	(4.439)	
CSN Mining Asia	-	-	-	-	-	-	-	(9.020)	-	-	(9.020)	
MRS logística S.A	23.080	-	23.080	56.190	96.630	152.820	-	(769.165)	(16.092)	(533)	(785.790)	
Consortio Asiático	109.469	-	109.469	36.311	-	36.311	933.027	(20.258)	(57.792)	-	854.977	
<b>Total em 31/12/2018</b>	<b>262.676</b>	<b>14.479</b>	<b>277.155</b>	<b>1.025.566</b>	<b>868.443</b>	<b>1.894.009</b>	<b>2.070.357</b>	<b>(1.105.419)</b>	<b>(273.343)</b>	<b>(196.032)</b>	<b>495.563</b>	
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>297.927</b>	<b>15.383</b>	<b>313.310</b>	<b>1.955.962</b>	<b>1.141.008</b>	<b>3.096.970</b>	<b>3.015.337</b>	<b>(873.442)</b>	<b>(84.982)</b>	<b>(18.398)</b>	<b>2.038.515</b>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Comentários sobre as principais transações e saldos com partes relacionadas**

**Grupo CSN**

Contas a receber: A companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN em um contrato de longo prazo. Esse contrato prevê a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

Pré-pagamento: contratos financeiros de pré-pagamento de exportação de minério de ferro celebrados entre a CSN Mineração e certas controladas da CSN. Os detalhes dos contratos estão descritos na Nota 13.

Dividendos a pagar: dividendos declarados pela Namisa e sucedidos pela CSN Mineração e devidos aos sócios CSN e Consorcio Asiático na proporção de 60% e 40%. Para os dividendos mínimos obrigatórios a partir do ano de 2016 foram aplicados os percentuais de participação definidos após a combinação de negócios.

Em 02 de fevereiro de 2018 foram pagos pela Companhia os dividendos declarados pela Namisa, os dividendos referente ao exercício de 2016 declarados na RCA realizada em 31 de janeiro de 2018. E em 26 de junho de 2018 foram declarados os dividendos referente ao exercício de 2017 que foram pagos em no terceiro trimestre de 2018.

A Companhia pagou juros de mora sobre dividendos 2015 declarados pela Namisa e pagos aos sócios em 02 de fevereiro de 2018 no montante R\$ 144,5 milhões.

**MRS Logística**

A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para escoamento e a movimentação da produção. As obrigações assumidas e os valores envolvidos estão detalhados na Nota 28. Os preços praticados com a MRS seguem um modelo tarifário baseado em premissas de mercado.

Por possuir participação de 18,63% no capital da MRS a Companhia recebe dividendos periodicamente proporcionais à sua participação no capital dessa coligada.

Em setembro de 2018, a Companhia firmou acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT), o que resultará no pagamento de uma indenização de R\$ 120 milhões a valor presente. O pagamento ocorrerá anualmente de 2019 até 2026.

**Consorcio asiático**

A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado externo para o Consórcio Asiático em um contrato de longo prazo. Esse contrato prevê a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

**12.c) Outras partes relacionadas não consolidadas**

- **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora, sendo esta, uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme Nota 27.

- **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

**12.d) Pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<b>Resultado</b>	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	4.673	9.446
Benefícios pós-emprego	192	219
<b>Total</b>	<b>4.865</b>	<b>9.665</b>

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	<b>Consolidado e Controladora</b>			
	<b>Passivo Circulante</b>		<b>Passivo não Circulante</b>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Contratos de dívida no mercado internacional</b>				
<b>Títulos com juros fixos em:</b>				
<b>US\$</b>				
Pré-Pagamento - partes relacionadas	600.378	30.789	771.813	1.141.008
	<b>600.378</b>	<b>30.789</b>	<b>771.813</b>	<b>1.141.008</b>
<b>Contratos de dívida no Brasil</b>				
<b>Títulos com juros variáveis em:</b>				
<b>R\$</b>				
NCE - Banco do Brasil	37.464	741.533	1.369.830	1.285.000
<b>Títulos com juros fixos em:</b>				
<b>R\$</b>				
BNDES/FINAME e CCB	4.693	9.419	12.745	15.685
	<b>42.157</b>	<b>750.952</b>	<b>1.382.575</b>	<b>1.300.685</b>
Total de Empréstimos e Financiamentos	<b>642.535</b>	<b>781.741</b>	<b>2.154.388</b>	<b>2.441.693</b>
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(3.117)	(3.005)	(10.758)	(2.651)
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação</b>	<b>639.418</b>	<b>778.736</b>	<b>2.143.630</b>	<b>2.439.042</b>

Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas totalizam R\$1.372.191 em 31 de dezembro 2018 (R\$1.171.797 em 31 de dezembro 2017) e estão relacionados, substancialmente, a pré-pagamentos de exportação, com características e condições descritas a seguir:

- CSN Resources - contrato de US\$127,8 milhões, equivalentes a R\$495,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$422,9 milhões em 31 de dezembro de 2017), com taxa de juros de 7,56% a 7,80% ao ano, com vencimentos em maio 2027.
- CSN Islands XII - contrato de US\$226,4 milhões, equivalentes a R\$877,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 (748,9 milhões em 31 de dezembro de 2017), com taxa de juros de 7,62% a 7,95% ao ano, com vencimento para abril de 2014 e fevereiro de 2015.

A Companhia aprovou em RCA realizada em 20 de dezembro de 2018 a antecipação dos vencimentos dos empréstimos com partes relacionadas para o 1º trimestre de 2019.

As notas de crédito à exportação (NCE) possuem vencimentos escalonados entre o período de 2019 e 2024.

Na tabela a seguir demonstramos a taxa média de juros:

	<b>Taxa de juros média</b>	<b>Dívida Total</b>
US\$	7,7%	1.372.191
R\$	8,4%	1.424.732
	-	<b>2.796.923</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o montante principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Consolidado e controladora					
	Pré - Pagamento	NCE	BNDES e CCB	Total	%
2020	-	7.690	4.588	12.278	1%
2021	-	384.410	3.801	388.211	18%
2022	-	354.430	2.536	356.966	17%
2023	-	394.420	1.658	396.078	18%
2024	195.677	228.880	162	424.719	20%
Após 2024	576.136	-	-	576.136	26%
	<b>771.813</b>	<b>1.369.830</b>	<b>12.745</b>	<b>2.154.388</b>	<b>100%</b>

- **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.217.778</b>	<b>3.220.833</b>	<b>3.217.778</b>	<b>3.220.833</b>
Captações	1.896		1.896	
Amortização principal	(604.347)	(7.724)	(604.347)	(7.103)
Pagamentos de encargos	(246.746)	(332.465)	(246.746)	(332.387)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	224.537	308.636	224.537	308.558
Variação cambial	198.151	16.626	198.151	16.626
Custo de transação	(8.221)		(8.221)	
Outros		11.872		11.251
<b>Saldo final</b>	<b>2.783.048</b>	<b>3.217.778</b>	<b>2.783.048</b>	<b>3.217.778</b>

- **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos. Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui provisionado R\$24.103 (R\$17.430 em 31 de dezembro de 2017) no Consolidado e na Controladora de comissão por assunção de riscos.

Os contratos celebrados com o BNDES possuem garantia real representada pelos bens financiados.

## 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 14.a) - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

As informações contábeis sobre os instrumentos financeiros são apresentadas com base nos dados consolidados.

• **Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)**

Com entrada em vigor da IFRS 09/CPC 48, as categorias de classificação de instrumentos financeiros, mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda foram retirados. O IFRS 09/CPC 48 contém três categorias de classificação e mensuração de instrumentos financeiros: custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

		Publicado em 31/12/2017	Republicado em 31/12/2018	Consolidado Saldo em 31/12/2017
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e Equivalente de Caixa	Empréstimos e Recebíveis		Custo amortizado	2.761.194
Aplicação financeira vinculada	Empréstimos e Recebíveis		Custo amortizado	3.715
Contas a Receber Líquidas	Empréstimos e Recebíveis		Custo amortizado	611.490
Dividendos a receber	Custo amortizado		Custo amortizado	20.409
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		Custo amortizado	781.741
Fornecedores	Custo amortizado		Custo amortizado	696.804
Dividendos e JCP	Custo amortizado		Custo amortizado	1.527.728
<b>Não Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		Custo amortizado	2.441.693
<b>Mensurados pelo Custo amortizado</b>				
	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	3	1.443.204		2.761.194
Aplicações Financeiras	4	9.487		3.715
Contas a receber de clientes	5	738.455		611.490
Dividendos	8	23.080		20.409
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.214.226</b>		<b>3.396.808</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	13	642.535		781.741
Fornecedores		763.149		696.804
Dividendos	12.b	252.186		1.527.728
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	13	2.154.388		2.441.693
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.812.258</b>		<b>5.447.966</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**14.b) - Gestão de riscos financeiros:**

A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e ao risco de liquidez.

A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- **Risco de taxa de câmbio**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar ou Euro e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2018 a Administração considerou não ser necessária a contratação e instrumentos derivativos ou a adoção da contabilidade de *hedge*. A exposição consolidada em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2018	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em € mil)
Caixa e equivalente no exterior	326.278	2.527
Contas a receber - clientes mercado externo	201.783	-
Outros Ativos	109	1.366
<b>Total ativo</b>	<b>528.170</b>	<b>3.893</b>
Fornecedores	(16.334)	(2.979)
Empréstimos - partes relacionadas	(354.132)	-
Outros Passivos	(1.845)	(911)
<b>Total passivo</b>	<b>(372.311)</b>	<b>(3.890)</b>
<b>Exposição natural</b>	<b>155.859</b>	<b>3</b>

- **Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2018.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2018			
	Taxa de câmbio	Cenário		Cenário 2
		Provável	Cenário 1	
USD	3,8748	3,7626	4,8435	5,8122
EUR	4,4390	4,2833	5,5488	6,6585

Juros	31/12/2018		
	Taxa de juros	Cenário 1	Cenário 2
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
TJLP	6,56%	8,20%	9,84%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Valor de referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Posição cambial natural	155.859	Dólar	(17.487)	150.981	301.962
Posição cambial natural	3	Euro	-	3	7

(\*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as cotações disponíveis no site do Banco Central do Brasil em 25/01/2019.

- Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**

Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2018.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Valor de referência (R\$ mil)	Cenário Provável (*)	Impacto no resultado em 31/12/2018	
				Cenário 1	Cenário 2
CDI	6,40	(1.242.230)	(2.094)	(19.876)	(39.752)
TJLP	6,98	(15.685)	(31)	(274)	(548)

(\*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2018 registrados no ativo e passivo da companhia

- Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 13 - de empréstimos e financiamentos.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Empréstimos e financiamentos	642.535	400.489	1.177.763	576.136	2.796.923
Fornecedores	763.149				763.149
Dividendos	252.186	-	-	-	252.186
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>					
Empréstimos e financiamentos	781.741	816.272	484.197	1.141.224	3.223.434
Fornecedores	696.804				696.804
Dividendos	1.527.728	-	-	-	1.527.728

#### 14.c) - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributos parcelados (Nota 19)	8.235	7.983	8.235	7.983
Imposto de renda e Contribuição social	3.749	50.830	-	38.017
CFEM/TFRM	45.306	20.282	45.306	20.282
ICMS	1.262	1.735	1.262	1.735
ISS	532	2.004	532	2.004
Outros tributos	1.995	3.411	1.702	3.008
<b>Total</b>	<b>61.079</b>	<b>86.245</b>	<b>57.037</b>	<b>73.029</b>

### 16. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

**Frete Marítimo:** refere-se a recebimento da parcela da receita referente ao frete e seguro marítimo não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/ CPC 47, o frete no incoterms "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu em seu balanço patrimonial o montante de R\$61.641 e R\$59.260, consolidado e controladora, respectivamente, e serão reconhecidos como receita operacional durante o primeiro trimestre de 2019, quando ocorrerá a conclusão do processo de entrega.

### 17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributos parcelados (Nota 19)	71.098	75.849	71.098	75.849
Participação sobre lucro - empregados	26.866	10.483	26.171	10.483
Provisão fretes	3.100	67.148	-	63.969
Demurrage/Dispatch com terceiros	12.160	778	11.098	-
Provisões para custos e despesas - partes relacionadas (Nota 12.b)	123.205	46.139	122.952	87.067
Provisões para custos e despesas	31.574	62.805	31.006	59.501
Covenants (Nota 13)	24.103	17.430	24.103	17.430
Outras obrigações	11.049	11.272	10.202	9.038
<b>Total</b>	<b>303.155</b>	<b>291.904</b>	<b>296.630</b>	<b>323.337</b>
Circulante	131.428	216.055	124.903	247.488
Não circulante	171.727	75.849	171.727	75.849
<b>Total</b>	<b>303.155</b>	<b>291.904</b>	<b>296.630</b>	<b>323.337</b>

### 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### 18.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>(Despesa) Receita com imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente	(512.709)	(279.672)	(499.497)	(252.421)
Diferido	1.193	(138.924)	1.193	(138.924)
	<b>(511.516)</b>	<b>(418.596)</b>	<b>(498.304)</b>	<b>(391.345)</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>	<b>1.573.353</b>	<b>1.295.579</b>
Alíquota	34%	34%
<b>IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(534.940)</b>	<b>(440.497)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>		
Equivalência patrimonial	26.701	23.269
Outras exclusões (adições) permanentes	(3.453)	(7.768)
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	(3.829)	7.814
Ajuste <i>transferprice</i>	(21.056)	(13.183)
IR/CS sobre lucros no exterior	(1.384)	(508)
Doações incentivadas	26.445	12.277
<b>IR / CSLL no resultado do período</b>	<b>(511.516)</b>	<b>(418.596)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>33%</b>	<b>32%</b>
	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>	<b>1.560.141</b>	<b>1.268.328</b>
Alíquota	34%	34%
<b>IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(530.448)</b>	<b>(431.232)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>		
Equivalência patrimonial	31.592	49.090
Outras exclusões (adições) permanentes	(3.453)	(7.789)
Ajuste <i>transferprice</i>	(21.056)	(13.183)
IR/CS sobre lucros no exterior	(1.384)	(508)
Doações incentivadas	26.445	12.277
<b>IR / CSLL no resultado do período</b>	<b>(498.304)</b>	<b>(391.345)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>32%</b>	<b>31%</b>

#### 18.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Consolidado e Controladora			
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
		31/12/2017	Resultado Abrangente	
<b>Diferido Passivo</b>				-
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>390.775</b>	<b>(739)</b>	<b>(1.193)</b>	<b>388.843</b>
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(20.982)	-	818	(20.164)
- Provisões para passivos ambientais	(3.894)	-	297	(3.597)
- Perdas estimadas em ativos	(30.645)	-	7.783	(22.862)
- Perdas estimadas em estoques	(19.212)	-	(12.079)	(31.291)
- Passivo atuarial (Plano de previdência e saúde)	3.733	(739)	104	3.098
- Provisão para consumos e serviços	(10.865)	-	333	(10.532)
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(786)	-	12	(774)
- Provisão A.R.O	(9.349)	-	(2.370)	(11.719)
- Combinação negócios mineração	318.544	-	(9.724)	308.820
- Variações Cambiais não realizadas	82.435	-	(78.657)	3.778
- Provisão <i>covenants</i>	(5.926)	-	(2.269)	(8.195)
- Amortização de ágio fiscal	114.548	-	57.274	171.822
- Ajuste a valor presente <sup>(1)</sup>	-	-	23.189	23.189
- Outras	(26.826)	-	14.096	(12.730)
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>390.775</b>	<b>(739)</b>	<b>(1.193)</b>	<b>388.843</b>

1. Ajuste a valor presente reconhecido no acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT) com a MRS (Nota 12.b).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 19. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do REFIS e demais parcelamentos, registrados em obrigações fiscais e outras obrigações, no passivo circulante e não circulante, conforme Nota 15 e 17 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora					
	Circulante			Não Circulante		
	31/12/2018	31/12/2018	Total	31/12/2017	31/12/2017	Total
REFIS Federal Lei 11.941/09 <sup>(1)</sup>	1.995	18.437	20.432	2.000	19.467	21.467
REFIS Federal Lei 12.865/13 <sup>(2)</sup>	6.240	52.661	58.901	5.983	56.382	62.365
<b>Total</b>	<b>8.235</b>	<b>71.098</b>	<b>79.333</b>	<b>7.983</b>	<b>75.849</b>	<b>83.832</b>

1. Débitos relativos ao programa de parcelamento introduzido pela Lei 11.941/2009, em razão da reabertura dos prazos para adesão trazida pelas Leis nº 12.865/13 e 12.996/14.

2. Débitos decorrente do parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13 de débitos de IRPJ e da CSLL incidentes sobre os lucros das controladas situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001.

### 20. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITO JUDICIAL

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado e controladora			
	Passivo		Depósitos	
	Provisionado	Judiciais <sup>(*)</sup>	Provisionado	Judiciais <sup>(*)</sup>
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Trabalhistas	44.207	27.618	49.897	29.283
Cíveis	9.863	5.714	10.209	
Ambientais	3.359		3.131	
Fiscal	1.874		805	
<b>Total</b>	<b>59.303</b>	<b>33.332</b>	<b>64.042</b>	<b>29.283</b>
Circulante	6.965		-	
Não circulante	52.338	33.332	64.042	29.283
<b>Total</b>	<b>59.303</b>	<b>33.332</b>	<b>64.042</b>	<b>29.283</b>

(\*) Os depósitos judiciais estão alocados em nosso balanço patrimonial na rubrica "Outros ativos não circulantes" - vide nota 8.

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2018 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado e Controladora				
	31/12/2017	Adição	Atualização Líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2018
Trabalhista	49.897	1.558	9.051	(16.299)	44.207
Cível	10.209	669	1.288	(2.303)	9.863
Ambiental	3.131	223	293	(288)	3.359
Fiscal	805	1.874	-	(805)	1.874
<b>Total</b>	<b>64.042</b>	<b>4.324</b>	<b>10.632</b>	<b>(19.695)</b>	<b>59.303</b>

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, os quais, em 31 de dezembro de 2018, somavam R\$5.365.711 (R\$5.122.719 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$285.416 em processos trabalhistas (R\$227.321 em 31 de dezembro de 2017), R\$38.756 em processos cíveis (R\$ 506.138 em 31 de dezembro de 2017), R\$5.007.643 em processos fiscais (R\$4.365.103 em 31 de dezembro de 2017) e R\$33.895 em processos ambientais (R\$24.157 em 31 de dezembro de 2017).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A seguir, uma breve descrição dos processos fiscais mais relevantes, com avaliação de perda possível:

<b>Principais processos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa.	3.722.888	2.623.179
Autos de Infração - ICMS - remessa e retorno de mercadoria para Industrialização. <sup>(1)</sup>	-	443.359
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2008.	362.346	348.554
CFEM- Cobranças administrativas por suposto não recolhimento de CFEM em razão de divergências sobre a base de cálculo.	239.627	223.007
Auto de Infração - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior.	243.007	203.185
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).	439.775	523.820
<b>Total</b>	<b>5.007.643</b>	<b>4.365.103</b>

1. Homologação perante a Secretaria de Fazenda e Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais com os benefícios trazidos no Programa de Regularização de Crédito Tributário – “Novo Regularize”, instituído pela Lei nº 22.549/2017.

## **21. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO**

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado e Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Passivo Ambiental	6.985	6.968
Desativação de ativos	63.346	61.708
	<b>70.331</b>	<b>68.676</b>

### **21.a) Passivos Ambientais**

Em 31 de dezembro de 2018 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia no Estados de Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25.

### **21.b) Desativação de Ativos**

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Em 2015 a Companhia concluiu, com a assessoria de empresa especializada, um novo relatório de certificação das reservas minerais das minas Casa de Pedra e Engenho. Este relatório certificou reservas de 3.021 milhões de toneladas de minério de ferro.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**22.a) Capital social integralizado**

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e realizado, é de R\$6.103.872, dividido em 181.001.902 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**22.b) Capital social autorizado**

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018 define que o capital social pode ser elevado a até 300.000.000 de ações ordinárias, por decisão do Conselho de Administração.

**22.c) Reserva de capital**

A reserva de capital no montante de R\$141.723 refere-se ao excedente entre o valor efetivamente integralizado pela CSN no montante de R\$156.723 e o valor destinado ao capital social o valor de R\$15.000.

**22.d) Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

**22.e) Composição Acionária**

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição acionária era a seguinte:

	Quantidade de ações Ordinárias	%
Companhia Siderurgica Nacional	158.419.480	87,52370%
Japão Brasil Minério de Ferro Participações	18.178.466	10,04320%
Pohang Iron and Steel Company	3.658.394	2,02120%
China Steel Corporation	745.562	0,41190%
	<b>181.001.902</b>	<b>100,0000%</b>

**22.f) Dividendos**

De acordo com o estatuto social da Companhia e o Acordo de Acionistas, do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404, serão devidos dividendos calculados conforme a seguir:

- Dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas;
- Dividendo adicional equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas, subtraindo-se os valores que forem retidos com base em orçamento de capital;
- O saldo que não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela assembleia geral, sendo certo que (i) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% do Lucro Líquido Ajustado; e (ii) a Reserva de Investimentos não poderá exceder 100% do capital social da Companhia;
- Qualquer valor não alocado conforme previsto acima será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais.

Em 31 de Janeiro de 2018 a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos adicionais relacionados aos resultados de 2016 no montante de R\$157.426 mil (R\$0,869745 por ação). Adicionalmente em 28 de junho de 2018 a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais relacionados aos resultados de 2017 R\$208.283 mil (R\$1,150725 por ação)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A Companhia propôs a destinação dos lucros que será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. O quadro a seguir demonstra os valores da proposta:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.061.837</b>	<b>876.983</b>
Reserva Legal	(53.093)	(43.850)
Reserva de Investimento	-	(416.567)
Dividendos mínimos obrigatórios	(252.186)	(208.283)
Dividendos adicionais propostos	(756.558)	(208.283)

**22.g) Lucro por ação**

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido do período dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação foi calculado conforme demonstrativo abaixo:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações ordinárias</b>
Lucro líquido do exercício	1.061.837	876.983
Média ponderada da quantidade de ações	181.002	181.002
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>	<b>5,8664</b>	<b>4,8452</b>

**22.h) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial**

Os Outros Resultados Abrangentes consistem-se basicamente ajustes atuariais no benefício pós-emprego que não transitam pelo resultado do exercício.

Os ajustes de avaliação patrimonial decorrem de combinação de negócio e transação de capital ocorridas em novembro de 2015 e julho de 2017, respectivamente.

**23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Receita Bruta</b>				
Mercado interno	1.162.423	994.432	1.162.423	994.189
Mercado externo	6.359.276	4.724.143	6.359.357	4.290.811
Ajuste de preço à valor de mercado aplicável ao contrato de venda	(55.181)	(26.631)	(54.807)	(31.210)
	<b>7.466.518</b>	<b>5.691.944</b>	<b>7.466.973</b>	<b>5.253.790</b>
<b>Deduções</b>				
Impostos incidentes sobre vendas	(220.083)	(190.899)	(220.083)	(190.657)
Abatimentos	(13.352)	-	(13.352)	-
	<b>(233.435)</b>	<b>(190.899)</b>	<b>(233.435)</b>	<b>(190.657)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>7.233.083</b>	<b>5.501.045</b>	<b>7.233.538</b>	<b>5.063.133</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Frete /Seguro marítimo	(1.294.977)	(909.446)	(1.293.895)	(552.785)
Mão de obra	(759.998)	(404.135)	(773.697)	(397.901)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(426.981)	(202.133)	(433.175)	(206.001)
Depreciação, amortização e exaustão	(360.147)	(480.204)	(360.062)	(478.689)
Serviços de terceiros (Inclusive concessionárias)	(352.781)	(186.072)	(356.939)	(183.931)
Material de terceiros	(895.141)	(1.309.427)	(895.141)	(1.309.427)
Suprimentos	(242.419)	(110.169)	(245.936)	(112.277)
Impostos e taxas	(305.589)	(74.224)	(310.022)	(75.644)
Frete ferroviário	(67.537)	(86.191)	(67.537)	(86.191)
Arrendamento portuário	(134.650)	(107.296)	(134.650)	(107.296)
Outros	(130.572)	(139.665)	(126.527)	(139.871)
<b>Total por natureza</b>	<b>(4.970.792)</b>	<b>(4.008.962)</b>	<b>(4.997.581)</b>	<b>(3.650.013)</b>
Custo dos produtos vendidos	(3.522.221)	(2.935.754)	(3.550.471)	(2.950.211)
Despesas com vendas	(1.325.676)	(926.885)	(1.323.960)	(571.039)
Despesas gerais e administrativas	(122.895)	(146.323)	(123.150)	(128.763)
<b>Total por alocação</b>	<b>(4.970.792)</b>	<b>(4.008.962)</b>	<b>(4.997.581)</b>	<b>(3.650.013)</b>

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Produção	360.061	480.192	360.061	478.687
Despesa Vendas	54	1	1	1
Despesa Gerais e Administrativas	32	11	-	1
	<b>360.147</b>	<b>480.204</b>	<b>360.062</b>	<b>478.689</b>
Outras operacionais ( * )	42.079		42.079	
	<b>402.226</b>	<b>480.204</b>	<b>402.141</b>	<b>478.689</b>

(\*) Refere-se principalmente a depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 25.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Utilização de fundo de reversão CBS	6.203	7.504	6.203	7.504
Reembolso de sinistros <sup>(1)</sup>	22.500	-	22.500	-
Outras receitas	2.322	3.310	2.322	2.983
Despesa plano de pensão (Nota 27.c)	1.268	844	1.268	844
	<b>32.293</b>	<b>11.658</b>	<b>32.293</b>	<b>11.331</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Impostos e contribuições	(9.103)	(40.465)	(9.035)	(40.484)
Provisão para perda depósito judicial trabalhista	(2.366)	(1.681)	(2.366)	(1.681)
Provisão de passivo ambiental	(48)	(1.645)	(48)	(1.645)
Reversão/(provisão) previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões (Nota 20)	4.739	(4.496)	4.739	(4.496)
Contingências previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais realizadas	(7.112)	(6.746)	(7.112)	(6.746)
Perdas estimadas e baixa de ativos (Nota 10)	(1.835)	(14.591)	(1.835)	(14.591)
Perdas estimadas com estoques de sobressalentes (Nota 6)	(1.299)	(9.127)	(1.299)	(9.127)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(3.053)	(2.580)	(3.053)	(2.580)
Sinistros	(3.086)	(9.945)	(3.086)	(9.945)
Depreciação de equipamentos paralisados (Nota 24)	(42.079)	-	(42.079)	-
Multa contratual - revisão do "PAT"- MRS	(104.086)	-	(104.086)	-
Provisão para perdas com inventários produtos acabado (Nota 6)	(34.227)	-	(34.227)	-
Manutenção equipamentos paralisado	(9.376)	-	(9.376)	-
Doações incentivadas	(17.014)	(7.716)	(17.014)	(7.716)
Outras despesas	(33.192)	(6.608)	(32.806)	(4.990)
	<b>(263.137)</b>	<b>(105.600)</b>	<b>(262.683)</b>	<b>(104.001)</b>
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos	<b>(230.844)</b>	<b>(93.942)</b>	<b>(230.390)</b>	<b>(92.670)</b>

1. Refere-se à indenização parcial do sinistro de colapso da Empilhadeira-Recuperadora nº 01, ocorrido em 15 abril de 2017, no Terminal de Cargas do Porto de Sepetiba, RJ

**26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Despesas financeiras:</b>				
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(122.516)	(222.335)	(122.516)	(222.257)
Partes relacionadas (Nota 12.b)	(276.092)	(86.301)	(276.092)	(86.301)
Juros Capitalizados (Nota 10)	54.929	70.649	54.929	70.649
Juros, multas e moras fiscais	(5.798)	(6.720)	(5.798)	(6.716)
Outras despesas financeiras	(49.513)	(22.953)	(43.065)	(22.879)
	<b>(398.990)</b>	<b>(267.660)</b>	<b>(392.542)</b>	<b>(267.504)</b>
<b>Receitas financeiras:</b>				
Partes relacionadas (Nota 12.b)	2.749	1.319	2.749	1.319
Rendimentos sobre aplicações financeiras	29.393	43.863	27.741	26.185
Outros rendimentos	11.152	5.608	11.151	5.603
	<b>43.294</b>	<b>50.790</b>	<b>41.641</b>	<b>33.107</b>
Variações monetárias líquidas	(699)	8.674	(1.620)	651
Variações cambiais líquidas	(168.485)	48.943	(174.075)	48.987
Variações monetárias e cambiais líquidas	<b>(169.184)</b>	<b>57.617</b>	<b>(175.695)</b>	<b>49.638</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(524.880)</b>	<b>(159.253)</b>	<b>(526.596)</b>	<b>(184.759)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

## **27. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO**

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

### **27.a) Descrição dos planos de pensão**

#### Plano Misto de Benefício Suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

#### Plano CBSPREV

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício

#### Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício.

O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde 2017.

### **27.b) Política de investimento**

A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM ("*Asset Liability Management*"), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**27.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar**

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente da obrigação de benefício definido	5.952	6.941
Valor justo dos ativos do plano	(20.544)	(22.742)
Déficit/(Superávit)	(14.592)	(15.801)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	113	418
<b>Passivo / (Ativo) líquido</b>	<b>(14.479)</b>	<b>(15.383)</b>
<b>Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativos</b>	<b>(14.479)</b>	<b>(15.383)</b>
<b>Passivo/ (Ativo) Líquido reconhecido no Balanço patrimonial</b>	<b>(14.479)</b>	<b>(15.383)</b>

O valor reconhecido na demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas" foi uma despesa de R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2018 (despesa de R\$ 844 em 31 de dezembro de 2017), decorrente do cálculo atuarial.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes, totalizou um ganho atuarial de R\$ 9.209 (Em 31 de dezembro de 2017, totalizou um ganho atuarial de R\$ 11.382).

A perda ou o ganho atuarial são decorrentes de flutuação nos investimentos que compõem a carteira de ativos do plano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Método Atuarial de Financiamento	Credito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda Funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	9,69%	10,42%
Taxa de inflação	4,75%	5,00%
Taxa de aumento nominal do salário	5,80%	6,05%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,75%	5,00%
Taxa de retorno dos investimentos	9,69%	10,42%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio: AT Segregada por sexo (suavizada em 10%)	Plano Milênio: AT Segregada por sexo (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Prudential (Ferr.Aposent.)	Prudential (Ferr. aposent.)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD 100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD 100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.
Idade de aposentados		
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido.	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido.

Seguem os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de pensão:

Pagamento de benefícios esperados	2018
Ano 1	429
Ano 2	468
Ano 3	510
Ano 4	553
Ano 5	592
Próximos 5 anos	3.535
<b>Total de pagamento esperados</b>	<b>6.087</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**28. COMPROMISSOS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía contratos com cláusulas de “take-or-pay” e de concessões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**28.a) Contratos “take-or-pay”**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período						Total
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	
Transporte de minério de ferro, carvão, coque e outros produtos de mineração.	738.890	796.426	697.879	697.879	697.879	3.431.237	5.524.874
Prestação de serviço de desestiva de minérios no porto de Itaguaí	5.077	6.801	1.999	-	-	-	1.999
<b>total</b>	<b>743.967</b>	<b>803.227</b>	<b>699.878</b>	<b>697.879</b>	<b>697.879</b>	<b>3.431.237</b>	<b>5.526.873</b>

**28.b) Contratos de concessão**

Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2018, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço					Total
Concessão		2019	2020	2021	Após 2021	
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O contrato foi renovado antecipadamente e sua expiração ocorrerá em 2047.	133.021	133.021	133.021	3.458.541	3.857.604

**29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como mineração. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

As vendas por área geográfica estão demonstradas abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Asia	5.365.128	74%	4.066.429	74%
Europa	555.160	8%	445.610	8%
Oriente Médio	383.806	5%	185.473	3%
Mercado interno	928.989	13%	803.533	15%
	<b>7.233.083</b>		<b>5.501.045</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**30. SEGUROS**

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN Mineração. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros do acionista controlador CSN.

Em 2018, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 31 de março de 2018 a 31 de março de 2019. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$100 milhões para locais com atividade de Mineração, combinado para Danos Materiais e Lucros Cessantes. Nos termos da apólice, a Companhia assume uma franquia de USD 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

**31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA**

	<b>Consolidado e controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Acervo Líquido CGPAR		14.110
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	1.896	
	<b>1.896</b>	<b>14.110</b>

**32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

- Fevereiro/2019

Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia concluiu as negociações para um contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento em dinheiro no valor de US\$500 milhões referente a um contrato de fornecimento de minério de ferro de aproximadamente 22 milhões de toneladas a ser executado num prazo de 5 anos. O recebimento ocorreu em 20 de março de 2019.

- Julho/2019

Em 11 de Julho de 2019, a Companhia concluiu as negociações para um aditivo ao contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento adicional em dinheiro no valor de US\$250 milhões referente a um contrato de fornecimento de minério de ferro de 10,4 milhões de toneladas, com prazo de execução também de 5 anos. O recebimento ocorreu em 5 de agosto de 2019.

- Dezembro/2019

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração durante do exercício corrente, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intermediários com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio, conforme abaixo, com pagamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As deliberações foram nas seguintes datas:

- 1º de abril de 2019 - dividendos referentes ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 – R\$1.008 milhões, pagos em 1º de abril de 2019;
- 24 de maio de 2019 – dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$1.018 milhões, pagos em 27 de maio de 2019;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- 18 de julho de 2019 – dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$839 milhões, pagos em duas parcelas iguais em 19 de julho de 2019 e 9 de agosto de 2019;
- 12 de setembro de 2019 – Antecipação de dividendos do exercício a findar em 31 de dezembro de 2019 e juros sobre capital próprio – R\$1.226 milhões, pagos em 17 de setembro de 2019;
- 04 de novembro de 2019 - dividendos com reversão de reservas de lucros e juros sobre capital próprio - R\$500 milhões, pagos em duas parcelas, sendo uma de R\$300 milhões em 4 de novembro de 2019 e uma de R\$200 milhões em 5 de dezembro de 2019;
- 19 de dezembro de 2019 - dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$300 milhões, pagos em 20 de dezembro de 2019;

**Covid-19**

Em dezembro de 2019, os primeiros casos de Covid-19 começaram a aparecer em diversos países no mundo e em março de 2020 a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia do vírus. Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas de precaução em todas as suas áreas para reduzir a exposição de seus colaboradores e garantir a continuidade de seus negócios. A pandemia causou diversos efeitos nos mercados globais e, a partir da última semana de março de 2020, as atividades econômicas também no Brasil foram reduzidas drasticamente, impondo restrições e medidas de distanciamento social a fim de reduzir a circulação do vírus. O orçamento de investimentos da Companhia para 2020 foi reduzido considerando os potenciais efeitos adversos da desaceleração econômica global, tendo sido priorizada a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança. A Companhia avaliou eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis e considerou não haver riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que pudessem produzir efeitos significativos nos negócios da Companhia e conseqüentemente em sua posição patrimonial e financeira. A Companhia não sofreu e não espera sofrer impactos significativos em seus negócios decorrentes dessa pandemia nos negócios, nem em sua posição financeira e resultados. A Companhia mantém todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

- Julho/2020

Em julho de 2020 a Companhia contratou hedge de minério de ferro com trava do índice PLATTS para uma quantidade limitada de minério em 2,9 milhões de toneladas com embarques compreendidos entre agosto e novembro de 2020. Em virtude da recente alta do índice PLATTS, no período avaliado, a Companhia reconheceu perdas de R\$283 milhões, as quais foram realizadas e liquidadas até 02 de dezembro de 2020.

Em 16 de julho de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante R\$2.439 milhões, dos quais R\$1.359 milhões foram pagos a título de antecipação de dividendos no decorrer do ano de 2019 e R\$1.080 milhões foram pagos no dia 17 de julho de 2020.

Em 16 de julho de 2020, a Companhia concluiu as negociações para um contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento em dinheiro no valor de US\$115 milhões referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 4 milhões de toneladas de minério de ferro, a ser executado num prazo de cinco anos, cujo recebimento antecipado ocorreu em 28 de agosto de 2020.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- Outubro/2020

Em 15 de outubro de 2020, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos no montante R\$1.300 milhões, pagos em 16 de outubro de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, na proporção de 1:30, pelo qual o capital social da Companhia passará a ser representado por 5.430.057.060 (cinco bilhões, quatrocentos e trinta milhões, cinquenta e sete mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- Dezembro/2020

Em 17 de dezembro de 2020 a Companhia contratou hedge de minério de ferro com trava do índice PLATTS para uma quantidade limitada de minério em 1,24 milhões de toneladas com embarques compreendidos entre janeiro e fevereiro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de juros sobre capital próprio no montante R\$405 milhões, pagos em 12 de janeiro de 2021.

- Janeiro/2021

Em 21 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos no montante R\$1.068 milhões, a serem pagos até 31 de janeiro de 2021.

\* \* \*

## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S/A, declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021.



---

Enéas Garcia Diniz  
Diretor Superintendente



---

Armando Mauricio Max  
Diretor de Operações



---

Daisuke Hori  
Diretor de Planejamento Estratégico



---

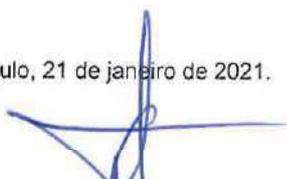
Pedro Barros Mercadante Oliva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

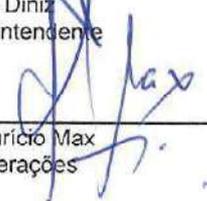


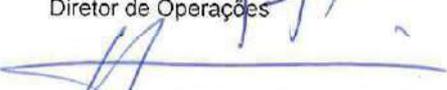
### Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S/A., declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
Enéas Garcia Diniz  
Diretor Superintendente

  
\_\_\_\_\_  
Armando Maurício Max  
Diretor de Operações

  
\_\_\_\_\_  
Daisuke Hori  
Diretor de Planejamento Estratégico

  
\_\_\_\_\_  
Pedro Barros Mercadante Oliva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores





## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017**

### **1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Em 2017, o Brasil começou a dar os primeiros sinais de recuperação econômica. Os números ainda eram tímidos e indicavam uma retomada lenta dos índices de emprego, consumo e produção. Paralelamente, o mercado externo seguia desfavorável. Em um ambiente desafiador como esse, a palavra de ordem no Grupo Econômico CSN foi superação.

A eficiência da CSN Mineração garantiu os resultados esperados para o ano e atingimos vendas de 33 milhões de toneladas de minério de ferro em 2017.

À época, as perspectivas para 2018 eram melhores que o ano anterior, o que nos motivou ainda mais a seguir resilientes, determinados e motivados a contribuir com o processo de recuperação do Brasil.

**Benjamin Steinbruch**

**Presidente do Conselho de Administração**



## **2- A EMPRESA**

A CSN Mineração apresentou um incremento de 2% nas vendas em 2017, comparado com o ano anterior. Do lado da produção total, a empresa encerrou o ano com 30 milhões de toneladas e um custos de produção mais baixos do setor.

## **3- PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS e INVESTIMENTOS**

Em 2017 comercializou cerca de 33 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 5,2 milhões de toneladas tiveram como destino a Usina Presidente Vargas. O Tecar, terminal portuário operado pela CSN Mineração, localizado no Porto de Itaguaí, por sua vez, embarcou cerca de 28 milhões de toneladas de minério de ferro em 2017.

A CSN Mineração possui diretamente 18,63% do capital da MRS, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados heavy haul (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado cerca de 119 milhões de toneladas em 2018, equivalente a 68,2% do total transportado pela Companhia. No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, transportando 1,84 milhão de contêineres em 2017, ante o volume transportado de 1,78 milhão de contêineres em 2016.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro vendido pela CSN Mineração é transportada pela MRS, seja diretamente para a controladora CSN, seja para o terminal portuário TECAR, por onde são realizados os embarques das exportações.

## **4- PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS**

Em 2017 não ocorreu nenhum evento ou operação societária relevante, nos termos da legislação em vigor.

## **5- GOVERNANÇA CORPORATIVA**

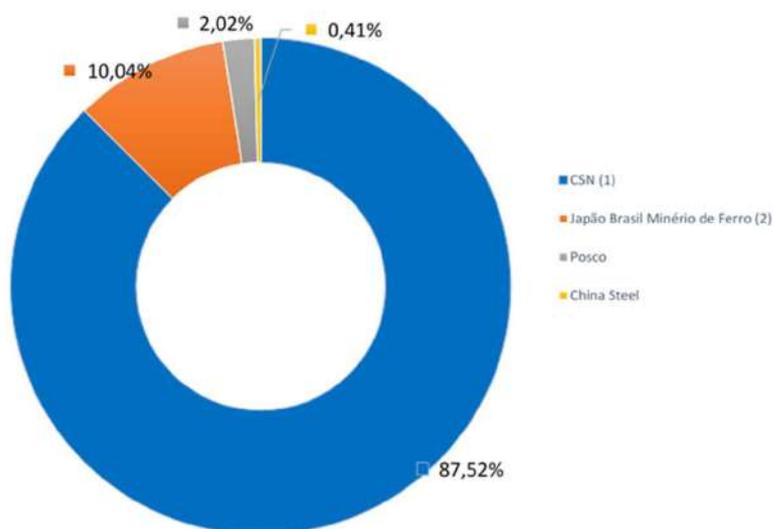
### **Relações com Investidores**

A CSN continua ampliando seus canais de comunicação, visando aumentar a sua transparência e exposição, bem como das demais companhias que compõem o Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração, por meio de novas coberturas de instituições financeiras e participações em eventos e conferências.

### **Capital Social**

O capital social da CSN Mineração é dividido em 181.001.902 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

### CSN Mineração - Composição do Capital Social em 31/12/2017 (%)



(1) Grupo Controlador

(2) Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu, JFE Steel, Kobe Steel e Nisshin

### Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre as contas apresentadas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do resultado do exercício, eventual distribuição de dividendos, sendo que a cada dois anos, também deliberam sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral também ocorre extraordinariamente, sempre que necessário, para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até onze membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas no calendário anual, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de dois anos, com possibilidade de reeleição. Atualmente o Conselho de Administração é composto por seis membros. O Conselho de Administração deve, entre outras atribuições, definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN. É responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva, podendo também, se necessário, criar comitês especiais para seu assessoramento.

### Diretoria Executiva

Atualmente composta por cinco Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.



### **Auditoria Interna**

O Grupo Econômico CSN dispõe de uma Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com atuação independente dentro da Organização, vinculada ao Conselho de Administração da Companhia, conforme Art.19, VIII do estatuto social. As atividades dessa diretoria abrangem todas as companhias do Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração.

A equipe da auditoria interna possui metodologia e ferramentas próprias para exercer suas atividades, essas alinhadas às melhores práticas de mercado e adota uma abordagem sistemática e disciplinada, atuando de forma objetiva e independente na condução de seus trabalhos, para avaliação da efetividade dos controles e consequente melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança, bem como de prevenção a fraudes, reportando o seu resultado ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

### **Audidores independentes**

Os auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, que em 2017 prestaram serviços à CSN Mineração e suas controladas, foram contratados para emitir relatório de revisão limitada sobre as informações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria da controladora CSN para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, o Conselho de Administração declarou em 15/10/2020 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### **Lei Sarbanes-Oxley**

A Companhia utiliza em sua estrutura de governança corporativa a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance da controladora CSN, que tem como uma de suas atribuições, a avaliação dos riscos que possam impactar nas demonstrações financeiras e definição de controles internos para mitigá-los, em conjunto com os gestores responsáveis pelos processos de negócios. A Companhia avalia a efetividade da sua estrutura de controles internos, conforme princípios estabelecidos no COSO 2013 e em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, sendo que o resultado desta avaliação é reportado à alta administração e ao Comitê de Auditoria da controladora CSN.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo Econômico CSN não manteve controles efetivos relacionados ao processo de monitoramento e revisão de transações complexas e não rotineiras ou infrequentes, o que resultou em uma fraqueza material. A fraqueza material identificada em nosso ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras, relacionada ao processo de monitoramento e revisão de transações complexas e não rotineiras ou infrequentes, incluiu as seguintes áreas ou transações: (i) valor recuperável de investimentos em empresas controladas em conjunto; (ii) realização de imposto de renda diferido; (iii) **combinação de negócios e respectivos impactos de imposto de renda**; (iv) reconhecimento de receita de nova modalidade de venda; (v) impairment de ágio e (vi) monitoramento de obrigações não financeiras em contratos de financiamento. Essa fraqueza material resultou em ajustes de auditoria nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Econômico CSN de anos anteriores. Entretanto, a Companhia avaliou que esta fraqueza material não impactou as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017, que apresenta em todos seus aspectos relevantes, sua posição financeira, resultados operacionais, posição de capital e fluxo de caixa. Em 2017, o Grupo Econômico CSN implantou ações para remediação de fraqueza material identificada no ano anterior, e em avaliação aos controles internos pela administração, em conjunto ao auditor externo, não identificou fraqueza material em 31 de dezembro de 2017.



## **Código de Ética**

A Companhia utiliza o código de ética aprovado pelo Conselho de Administração da controladora CSN que contempla princípios aplicados no cumprimento da Lei Anticorrupção (12.846/13). O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários e associados. O código é disponibilizado a todos os colaboradores e parceiros de negócios e é utilizado como declaração compromissos assumidos de conduta. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço eletrônico ([www.csn.com.br](http://www.csn.com.br)).

A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance da controladora CSN é responsável pelo Programa de Integridade, que visa garantir o cumprimento dos padrões de conduta éticos no exercício das atividades e transparência nos negócios. Faz parte deste processo o treinamento contínuo de colaboradores e também o monitoramento quanto ao cumprimento de leis, regulamentações, políticas e normas internas. Em 2016 a Companhia obteve o selo de qualidade Pró-Ética, emitido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. O selo é resultado de uma avaliação anual do Programa de Integridade e reflete o esforço dos setores público e privado para promover um ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente.

A Companhia conta ainda com canais de denúncia para relatos de desvios de conduta ou suspeitas. O reporte das denúncias, por parte de colaboradores, terceiros e público externo pode se dar de maneira anônima ou identificada, mantendo-se o sigilo, confidencialidade e a garantia de não retaliação. As denúncias são tratadas pela Gerência de Auditoria, subordinada à Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e reportadas ao Comitê de Auditoria.

## **Divulgação de Atos e Fatos Relevantes**

O Grupo Econômico CSN tem uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários segundo a qual toda divulgação referente às empresas que compõem o Grupo Econômico, dentre elas a CSN Mineração, deve ser feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido na Instrução CVM 358/2002 e na seção 409 – Divulgação em Tempo Real, da Lei Sarbanes-Oxley. No final do ano de 2016, a Companhia aprovou uma nova Política de Divulgação e de Negociação, que alterou o meio pelo qual a Companhia divulga seus Atos e Fatos Relevantes. A referida política estabelece que os Atos e Fatos Relevantes da Companhia devem ser veiculados por meio do Portal de Notícias da Folha de São Paulo, em conjunto com a divulgação nos websites de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

## **6- INOVAÇÃO**

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação do Grupo Econômico CSN destaca-se no desenvolvimento de novos produtos e novas soluções para o mercado. Isto representa a verdadeira essência da sua atuação, fazendo da inovação o motor do crescimento econômico das empresas CSN.

Por meio da gestão dos direitos de propriedade intelectual, compreendendo marcas, patentes e projetos industriais, o Grupo Econômico CSN busca conciliar a adequada proteção da empresa com a possibilidade de realizar alianças estratégicas e parcerias tecnológicas para estimular a propagação de ambientes de inovação e o desenvolvimento científico/tecnológico da Companhia.

## **7- PESSOAS**

O modelo de Gestão de Pessoas da CSN Mineração resulta da convicção de que o capital humano é seu diferencial competitivo e é a melhor garantia para se destacar no mercado em que atua. Transformamos conhecimento em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos.



A gestão integrada e eficiente de pessoas se fundamenta em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A CSN Mineração investe nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização.

Diante de um ano desafiador, reforçamos a Essência do Grupo Econômico CSN de Fazer bem, Fazer mais e Fazer para sempre, contribuindo com a evolução da nossa liderança através da Escola de Líderes. Destacamos a realização dos seguintes módulos: Autoconhecimento para Coordenadores, Supervisores e Gerentes, Desafios da Primeira Gestão para Coordenadores e Supervisores, Liderando Líderes para Gerentes e Dimensões da Liderança para Alta Gerência. Mais uma vez reafirmamos que atuamos como donos, escolhendo as melhores estratégias para superar os obstáculos enfrentados em 2017. Mostramos que estamos juntos trabalhando pela sustentabilidade do negócio.

Para manter uma equipe de alta performance e qualificada, a cada ano são aprimorados os programas para a captação, desenvolvimento e retenção de talentos em diferentes níveis, e estes são alinhados às nossas diretrizes estratégicas. Nossas políticas de Recrutamento & Seleção buscam a garantia de não discriminação nos nossos processos seletivos, deixando claro que a empresa será intolerante com qualquer prática contrária aos nossos valores éticos. Em 2017, investimos diversas horas em treinamento, com o objetivo de gerar conhecimento e promover o desenvolvimento das habilidades necessárias para o alcance das metas corporativas.

Realizamos diversas ações visando a disseminação e o desenvolvimento da Essência do Grupo Econômico CSN, tais como: **CSN Flix**, onde os colaboradores têm a oportunidade de assistir vídeos curtos e trocar experiências para fortalecer o entendimento das competências e sua prática nas nossas rotinas de trabalho; **Roda de Conversa** entre Líderes e Liderados, para maior alinhamento à cultura CSN; **Capacitação de Padrinhos e Orientadores de Estágio** para receber os novos colaboradores e estagiários, respectivamente; **Salto Corporativo**, abrindo espaço para discussões com nossas colaboradoras sobre o empoderamento da mulher no mundo dos negócios.

Em 2017, contamos com 923 inscrições no Programa Ciranda do Conhecimento, onde os módulos de capacitação são ministrados por colaboradores internos que possuem conhecimentos específicos em diversas áreas acadêmicas.

A Organização mantém diversas estratégias para garantir a valorização e o incentivo ao desenvolvimento do seu público interno, tais como o Programa SuperAção – sistema de Avaliação de Performance para todos os colaboradores do Grupo CSN, dentre as quais a CSN Mineração. Os resultados obtidos orientam o Plano de Desenvolvimento Individual, permitem a identificação de potenciais sucessores para posições de liderança e suportam o processo de reconhecimento e recompensa.

Com base nestes resultados, realizamos anualmente o **Programa Carreira e Sucessão**, que tem como objetivo identificar, junto aos nossos gestores e executivos, colaboradores com potencial para a sucessão das posições de liderança nas empresas do Grupo Econômico CSN. Os profissionais mapeados têm seu desenvolvimento acelerado por meio de experiências práticas e reais de aprendizagem, tais como: Workshops de construção de conhecimento (Autoconhecimento; Liderando Pessoas; Comunicação e Influência; e Planejamento e Execução), Talk Show com Alta Liderança, Grupos de Aprendizagem e apresentação de nossos Business Cases reais pelos nossos executivos.

Assim garantimos a perenidade da nossa empresa, com segurança na continuidade do nosso modelo de Liderança e Negócio, além do olhar cuidadoso para a carreira de nossos talentos.

Em 2017, investimos diversas horas em treinamento, com o objetivo de gerar e compartilhar conhecimento, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias para o alcance das metas corporativas e perpetuidade do negócio. O modelo 70/20/10 de aprendizagem foi o direcionador para traçar todas as ações de desenvolvimento da companhia, o que garante sua efetividade e eficácia.

Uma das nossas principais frentes de ação em Desenvolvimento acontece com os Estagiários. O programa é focado na preparação dos jovens, visando acelerar o desenvolvimento formando talentos que tenham potencial para ocupar cargos efetivos no médio e longo prazo, em consonância com os interesses de desenvolvimento do estagiário e as



necessidades organizacionais, além de contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da educação e profissionalização.

Ainda pensando na evolução de nosso negócio e dos nossos gestores, demos sequência à Escola de Líderes, que foi implementada em 2011, com os seguintes módulos: **Gestão de Relacionamento e Confiança** para Supervisores e Coordenadores, **Formação de Líderes e Sucessores**; **Execução: Novas Perspectivas** para Gerentes e **Gestão Estratégica com Foco em Resultados**; **Gerindo Mudanças e Transformações Organizacionais** para a Alta Gerência.

Vemos na formação e desenvolvimento contínuos dos nossos líderes uma importante oportunidade para impactarmos positivamente todos nossos colaboradores, construindo um ambiente colaborativo, focado no desenvolvimento das equipes e no atingimento de resultados excelentes.

Firmamos parcerias com diversas instituições de ensino para cursos de extensão universitária e idiomas, que oferecem preços especiais aos nossos colaboradores, fomentando a capacitação dos mesmos.

A CSN encerrou 2017 com 6.564 colaboradores diretos e 3.268 indiretos, indicando uma taxa de rotatividade de 1,7%, uma das mais baixas no setor.

## **8 - RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Os projetos de responsabilidade social do Grupo Econômico CSN têm o objetivo de valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde as suas empresas atuam, buscando parceria com o poder público e com a sociedade civil. Entre 2006 e 2017, o valor investido pelo Grupo CSN ultrapassou R\$181 milhões. Somente em 2017, os investimentos foram de R\$14,2 milhões nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, por meio de iniciativas da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições parceiras, apoiadas por incentivos fiscais.

A Fundação CSN mantém o compromisso da democratização do acesso ao ensino de qualidade e uma de suas escolas técnicas é o Centro de Educação Tecnológica, em Congonhas/MG. Em 2018 as escolas atenderam a 1.013 alunos dos quais 529 se beneficiaram com bolsas de estudos. O programa de bolsa de estudo no exterior para jovens mulheres, contou com 781 inscritas concorrendo a 30 vagas. As selecionadas realizaram o Curso Prep-program em parceria com a Fundação Estudar, que oferece apoio para jovens que desejam cursar a graduação no exterior. Além disso, tiveram acesso a uma plataforma online de ensino da língua inglesa por 12 meses com acompanhamento exclusivo. Em 2017, 21 bolsistas viajaram para Nova York para experiências educacionais e culturais. A Fundação CSN possui atuação destacada na formação de jovens aprendizes com o intuito de fomentar o ingresso no mercado de trabalho e em 2017 capacitou 422 jovens.

O Projeto Garoto Cidadão, em parceria com as prefeituras municipais, atende crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social, entre 8 a 17 anos, com atividades socioculturais no contraturno escolar, nos municípios de Volta Redonda e Itaguaí, no Rio de Janeiro, Congonhas e Arcos, em Minas Gerais e Araucária, no Paraná. Os alunos têm aulas de música, teatro, dança, artes visuais, entre outras atividades como o Projeto de Vida, que prepara o educando para a saída do projeto orientando-os na busca pela realização de sonhos e concretização de objetivos nos campos pessoal e profissional. Em 2017 proporcionou atividades socioculturais a 1.500 crianças e adolescentes.

Ao longo de 2017 a Fundação realizou em parceria com prefeituras, órgãos estaduais e conselhos municipais 8 formações com o objetivo de fortalecer as políticas públicas relacionadas ao bem-estar da criança e do adolescente. As formações foram realizadas pelos profissionais da Fundação de acordo com as necessidades de cada comunidade onde as empresas do Grupo CSN têm unidades de negócios. Foram voltadas para gestores públicos e profissionais que lidam diretamente com a gestão e construção de políticas públicas para a proteção e bem-estar de crianças e jovens.

## **9 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**



O Grupo Econômico CSN mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua. A política Ambiental da Companhia tem como principais pilares a criação de valores sustentáveis e gestão dos riscos socioambientais; a conformidade, a otimização e eficiência no uso de recursos naturais e controle dos potenciais impactos. A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001:2015.

Uma das estratégias de sustentabilidade adotada pela controladora CSN é a participação, desde 2012, no Fórum Clima promovido pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social e participação nos grupos de trabalho do Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), um espaço aberto de estudo, aprendizado, reflexão, inovação e de produção de conhecimento, composto por pessoas de formação multidisciplinar, trabalhando no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão pública e empresarial para a sustentabilidade, no âmbito local, nacional e internacionais.

As diretrizes ambientais da Companhia também compreendem o monitoramento das barragens, utilizadas para conter rejeitos do processo de beneficiamento das atividades de mineração. De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 do DNPM), todas as barragens da Companhia são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade das barragens e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. O Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da CSN Mineração encontra-se finalizado com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria do DNPM.

A CSN sempre atua de maneira a minimizar os impactos de suas operações, além de investir em iniciativas de preservação e educação ambiental, atestando seu compromisso com a qualidade de vida das futuras gerações. O Grupo Econômico CSN possui uma frente social importante que é o Programa de Educação Ambiental (PEA), iniciativa da Companhia gerida pela Fundação CSN, com destaque para as unidades de Arcos (MG) e de Congonhas (MG), visando reafirmar seu compromisso com a transformação de valores e atitudes por meio de novos hábitos e conhecimentos. O projeto de educação ambiental com ênfase nas questões relacionadas aos patrimônios histórico e natural, em locais de atuação e relacionados a suas atividades, utiliza a arte como instrumento de diálogo entre alunos da rede pública, professores e colaboradores da empresa.

Finalmente, o Grupo Econômico CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de *stakeholders* e, desde 2012, utiliza critérios de mapeamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) e adota a metodologia do Relato Integrado (IR) para composição de seus indicadores para todas as suas operações. Os dados e indicadores obtidos neste processo permitem acompanhar o desempenho e avaliar sua exposição a riscos socioambientais e oportunidades futuras. O resultado deste trabalho pode ser encontrado nos Relatórios publicados no site <http://ri.csn.com.br/>.

## **10 - DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS**

Este documento contém afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da CSN Mineração aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

# CSN Mineração S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2017



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	15

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
**CSN Mineração S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CSN Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

### Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

### Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício corrente findo em 31 de dezembro de 2017

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2.a.a às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o refazimento e a reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2017, para refletir o aprimoramento de determinadas divulgações, conforme solicitações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 15 de outubro de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificação e com parágrafo de ênfase com relação à transações com partes relacionadas, sobre aquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Devido à reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas na Nota Explicativa 2.a.a, emitimos esse novo relatório de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### 1. Alavancagem financeira (Notas Explicativas nºs 1 e 13)

#### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Parte substancial dos recursos e investimentos necessários para o desenvolvimento das atividades da Companhia são oriundos de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras não relacionadas. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do saldo de empréstimos e financiamentos reconhecido no passivo circulante e não circulante era de R\$ 3.218 milhões (na controladora e no consolidado).

Este tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido basicamente a representatividade desses passivos financeiros em relação às demonstrações financeiras como um todo, bem como o fato de os empréstimos e financiamentos requerem, em alguns casos, cumprimento de cláusulas contratuais, como *covenants* ou outras cláusulas restritivas, cujos eventuais descumprimentos podem trazer distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas divulgações.

#### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento das políticas e medidas adotadas pela administração para gerenciamento e elaboração do fluxo de caixa;
- Discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para cumprimento das obrigações de pagamentos;
- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos implementados pela administração para controle e reconhecimento dos passivos oriundos de empréstimos e financiamentos;

- Testes na movimentação de novas capitalizações e amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante;
- Confirmação dos saldos junto aos credores e agentes fiduciários (circularização);
- Análise e testes de aderência com referência às cláusulas contratuais de *covenants* e cláusulas restritivas, de forma a confirmar que a Companhia estava adimplente na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de empréstimos e financiamentos foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## 2. Provisão para riscos relacionados às demandas judiciais (Nota Explicativa nº 19)

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Esta área exige julgamentos e avaliações críticas efetuadas pela administração, suportadas por seus consultores jurídicos, na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, mensuração dos valores envolvidos, avaliação da probabilidade de êxito nas diversas discussões e divulgação apropriada dos processos e contenciosos existentes, tendo em vista a relevância dos mesmos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

O valor das contingências classificadas como prováveis e passíveis de provisão registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas montava R\$64 milhões em 31 de dezembro de 2017. O montante de contingências possíveis, portanto não sujeitas ao registro de provisão segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de R\$ 5.123 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, determinadas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento, classificação de ativos e passivos e divulgação das provisões para riscos relacionados a demandas judiciais e administrativas, processos, e/ou, em certos casos, aderência a leis e regulamentos, requer determinado nível de julgamento por parte da Companhia e suas controladas para registro das estimativas de perdas e divulgações nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração e definição do momento de reconhecimento e divulgações relacionadas ao contencioso e demandas judiciais entre as várias esferas de discussão de nosso direito, bem como aos eventuais impactos que referidos processos e estimativas podem causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto (inclusive quando da avaliação de demandas judiciais consideradas possíveis e prováveis, já que a alteração no prognóstico ou no critério de avaliação podem trazer impactos significativos nas demonstrações financeiras em termos de provisão e/ou reconhecimento de ativos). Desta forma, consideramos este assunto como relevante para a nossa auditoria do exercício corrente.

### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões para riscos relacionados às demandas judiciais e administrativas, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos;
- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões para riscos relacionados às demandas judiciais e administrativas, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos;

- Avaliação, com base em testes, da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando dados e informações históricas, bem como avaliação das confirmações recebidas dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Para demandas da área tributária, nossa abordagem incluiu o envolvimento de nossos especialistas tributários na avaliação dos méritos e informações sobre êxito prestadas pelos respectivos assessores jurídicos (na extensão que julgamos necessária), além da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais e trabalhistas envolvendo a Companhia;
- Discussões com os consultores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados quanto aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis em que a Companhia está envolvida.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação das estimativas e riscos relacionados às demandas judiciais em andamento nas diversas esferas de discussões existentes estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicional (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Auditoria dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria datado de 05 de dezembro de 2017 sem ressalvas e com parágrafos de ênfase quanto à rerepresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015 e quanto às transações com partes relacionadas (assunto este objeto de ênfase similar neste relatório).

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021



Nelson Fernandes Barreto Filho  
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

CSN MINERAÇÃO S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.761.194	1.444.089	2.410.514	61.502	Empréstimos e financiamentos	13	778.736	82.044	778.736	82.044
Aplicações financeiras	4	3.715		3.715		Fornecedores		696.804	355.259	697.051	348.736
Contas a receber	5	611.490	626.640	745.709	1.756.840	Obrigações sociais e trabalhistas		59.129	58.647	58.863	58.397
Estoques	6	460.502	466.182	460.502	455.536	Obrigações fiscais	15	86.245	76.947	73.029	73.367
Impostos a recuperar	7	262.319	211.527	261.848	208.882	Dividendos a pagar	12.b	1.527.728	1.314.226	1.527.728	1.314.226
Outros ativos	8	58.319	48.440	54.653	135.555	Outras obrigações	16	216.055	203.450	247.488	180.601
		<b>4.157.539</b>	<b>2.796.878</b>	<b>3.936.941</b>	<b>2.618.315</b>			<b>3.364.697</b>	<b>2.090.573</b>	<b>3.382.895</b>	<b>2.057.371</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	7	145.563	179.103	145.563	179.103	Empréstimos e financiamentos	13	2.439.042	3.138.789	2.439.042	3.138.789
Outros ativos	8	198.513	176.407	198.441	176.257	Impostos diferidos	17.b	390.775	250.777	390.775	250.777
Investimentos	9	1.119.478	1.084.189	1.358.499	1.229.640	Passivos ambientais e desativação	20	68.676	63.756	68.676	63.756
Imobilizado	10	6.412.127	6.421.100	6.411.974	6.421.066	Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	19	64.042	59.343	64.042	59.343
Intangível	11	4.256.506	4.274.183	4.256.506	4.274.183	Outras obrigações	16	75.849	77.778	75.849	77.684
		<b>12.132.187</b>	<b>12.134.982</b>	<b>12.370.983</b>	<b>12.280.249</b>			<b>3.038.384</b>	<b>3.590.443</b>	<b>3.038.384</b>	<b>3.590.349</b>
						<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>					
						Capital social	21.a	6.103.872	6.103.872	6.103.872	6.103.872
						Reservas de capital	21.c	141.723	141.723	141.723	141.723
						Resultados abrangentes	21.h	330.921	363.820	330.921	363.820
						Reservas de lucros	21.f	3.310.129	2.641.429	3.310.129	2.641.429
								<b>9.886.645</b>	<b>9.250.844</b>	<b>9.886.645</b>	<b>9.250.844</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>16.289.726</b>	<b>14.931.860</b>	<b>16.307.924</b>	<b>14.898.564</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>16.289.726</b>	<b>14.931.860</b>	<b>16.307.924</b>	<b>14.898.564</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita operacional líquida</b>	22	5.501.045	5.417.068	5.063.133	4.227.152
Custos dos produtos vendidos	23	(2.935.754)	(3.030.306)	(2.950.211)	(2.936.246)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.565.291</b>	<b>2.386.762</b>	<b>2.112.922</b>	<b>1.290.906</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com Vendas	23	(926.885)	(877.270)	(571.039)	(25.965)
Despesas gerais e administrativas	23	(146.323)	(165.861)	(128.763)	(126.519)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(93.942)	(98.004)	(92.670)	(55.997)
<i>Outras receitas operacionais</i>		11.658	66.324	11.331	41.039
<i>Outras despesas operacionais</i>		(105.600)	(164.328)	(104.001)	(97.036)
Resultado da equivalência patrimonial	9	56.691	45.810	132.637	179.678
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>1.454.832</b>	<b>1.291.437</b>	<b>1.453.087</b>	<b>1.262.103</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	25	<b>(159.253)</b>	<b>(313.299)</b>	<b>(184.759)</b>	<b>(322.731)</b>
<i>Receitas financeiras</i>		50.790	29.676	33.107	24.819
<i>Despesas financeiras</i>		(267.660)	(371.476)	(267.504)	(376.270)
<i>Variações cambiais líquidas</i>		57.617	28.501	49.638	28.720
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.295.579</b>	<b>978.138</b>	<b>1.268.328</b>	<b>939.372</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17.a	(279.672)	(155.500)	(252.421)	(116.734)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.a	(138.924)	(159.794)	(138.924)	(159.794)
		<b>(418.596)</b>	<b>(315.294)</b>	<b>(391.345)</b>	<b>(276.528)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>876.983</b>	<b>662.844</b>	<b>876.983</b>	<b>662.844</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	21.g			4.8452	3.6621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<b>Consolidado e Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro Líquido do Exercício	876.983	662.844
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos	2.502	5.988
Outros resultados abrangentes	(12)	86
<b>Total de Resultados abrangentes</b>	<b>879.473</b>	<b>668.918</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO E CONT  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Investimentos	Lucros a realizar					Dividendos propostos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015 Reapresentados</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>106.801</b>	<b>1.521.908</b>	<b>507.302</b>	-	<b>(278)</b>	<b>358.024</b>	-	<b>8.739.352</b>
Outros							6.074			<b>6.074</b>
Lucro líquido do exercício								662.844		<b>662.844</b>
Destinações:										-
Reserva legal (Nota 21.f)			33.142					(33.142)		-
Reserva de investimento (Nota 21.f)				314.850				(314.850)		-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (Nota 21.f)								(157.426)		<b>(157.426)</b>
Dividendos adicionais propostos						157.426		(157.426)		-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>139.943</b>	<b>1.836.758</b>	<b>507.302</b>	<b>157.426</b>	<b>5.796</b>	<b>358.024</b>	-	<b>9.250.844</b>
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos							2.502			<b>2.502</b>
Outros resultados abrangentes							(12)			<b>(12)</b>
Contribuição com a aquisição do acervo da CGPAR (nota 9)								(35.389)		<b>(35.389)</b>
Lucro líquido do exercício								876.983		<b>876.983</b>
Destinações:										-
Reserva legal (Nota 21.f)			43.850					(43.850)		-
Reserva de investimento (Nota 21.f)				416.567				(416.567)		-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (Nota 21.f)								(208.283)		<b>(208.283)</b>
Dividendos adicionais propostos						208.283		(208.283)		-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.103.872</b>	<b>141.723</b>	<b>183.793</b>	<b>2.253.325</b>	<b>507.302</b>	<b>365.709</b>	<b>8.286</b>	<b>322.635</b>	-	<b>9.886.645</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício		876.983	662.844	876.983	662.844
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(56.691)	(45.810)	(132.637)	(179.678)
Variações cambiais e monetárias		(6.652)	(179.664)	(8.228)	(334.746)
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	308.636	397.929	308.558	411.382
Juros capitalizados	10.a	(70.649)	(88.120)	(70.649)	(88.120)
Amortização custo de transação	13	4.025	4.490	4.025	4.490
Depreciação e amortização	10 e 11	480.204	445.781	478.689	445.761
Perda estimada para a baixa de ativos imobilizados	10	14.593	43.323	14.593	43.324
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	17.a	418.596	315.294	391.345	276.528
Outros provisionamentos		(15.505)	(30.717)	3.050	(678)
(Aumento) Redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		45.273	(369.655)	1.042.923	(1.079.034)
Estoques		5.680	194.349	(4.967)	94.048
Impostos a recuperar		(72.490)	(229.674)	(58.284)	(264.997)
Outros ativos		(36.089)	99.466	54.614	1.244.537
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		341.524	148.698	348.356	140.970
Obrigações sociais e trabalhistas		481	3.456	466	3.484
Tributos a recolher		4.273	83.014	5.508	147.110
Outras contas a pagar		21.507	(130.827)	75.884	(138.136)
Dividendos recebidos		37.466	13.088	37.466	13.088
Imposto de renda e contribuição social pagos		(219.868)	(303.982)	(219.868)	(107.198)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13.c	(332.465)	(402.578)	(332.387)	(433.232)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>1.748.832</b>	<b>630.705</b>	<b>2.815.440</b>	<b>861.747</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>					
Caixa proveniente da aquisição/incorporação da CGPAR	30	3.402	-	3.402	-
Aquisição de ativos imobilizados e intangível	10 e 11	(341.148)	(250.424)	(340.986)	(250.419)
Aquisição de investimentos	9	(99.452)	-	(99.452)	-
Aumento de Capital - CSN Holding	9.b	-	-	(35.327)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(437.198)</b>	<b>(250.424)</b>	<b>(472.363)</b>	<b>(250.419)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>					
Pagamento do principal sobre empréstimos	13.b	(7.724)	(4.619)	(7.103)	(1.100.034)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(7.724)</b>	<b>(4.619)</b>	<b>(7.103)</b>	<b>(1.100.034)</b>
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa		13.195	(37.838)	13.038	-
<b>Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>1.317.105</b>	<b>337.824</b>	<b>2.349.012</b>	<b>(488.706)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.444.089	1.106.265	61.502	550.208
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.761.194	1.444.089	2.410.514	61.502
<b>Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>1.317.105</b>	<b>337.824</b>	<b>2.349.012</b>	<b>(488.706)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN Mineração S.A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Controladora</b>			
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Receitas</b>	<b>5.691.036</b>	<b>5.547.225</b>	<b>5.255.620</b>	<b>4.359.877</b>
Vendas mercadorias, produtos e serviços	5.691.944	5.548.538	5.253.790	4.358.622
Outras receitas/(despesas)	2.190	212	1.864	214
(Provisão)/reversão créditos liquidação duvidosa	(3.098)	(1.525)	(34)	1.041
<b>Insumos adquiridos de Terceiros</b>	<b>(3.067.497)</b>	<b>(3.237.169)</b>	<b>(2.721.762)</b>	<b>(2.288.071)</b>
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(1.501.169)	(1.709.964)	(1.516.644)	(1.640.014)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.566.328)	(1.527.205)	(1.205.118)	(648.057)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.623.539</b>	<b>2.310.056</b>	<b>2.533.858</b>	<b>2.071.806</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação, amortização e exaustão	(480.204)	(445.781)	(478.689)	(445.761)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>2.143.335</b>	<b>1.864.275</b>	<b>2.055.169</b>	<b>1.626.045</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>168.990</b>	<b>(132.375)</b>	<b>231.598</b>	<b>(131.734)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	56.691	45.810	132.637	179.678
Receitas financeiras	50.790	29.676	33.107	24.819
Outros e variações cambiais ativas	61.509	(207.861)	65.854	(336.231)
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>2.312.325</b>	<b>1.731.900</b>	<b>2.286.767</b>	<b>1.494.311</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Pessoal e Encargos	528.978	390.910	518.284	381.155
Impostos, taxas e contribuições	634.305	542.267	607.074	438.278
Remuneração de capitais de terceiros	272.059	135.879	284.426	12.034
Remuneração de capitais próprios	876.983	662.844	876.983	662.844
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>2.312.325</b>	<b>1.731.900</b>	<b>2.286.767</b>	<b>1.494.311</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSN Mineração S.A, referida adiante como “CSN Mineração”, “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2007, sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, em conjunto com suas controladas e coligadas, é denominada também nestas demonstrações financeiras como “Grupo”.

O Grupo tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social.

A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático, através de uma rede integrada de logística que permite o transporte do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de carvão (“TECAR”), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O TECAR também presta o serviço de desembarque de granéis sólidos, principalmente, para atender as importações de carvão e coque realizadas pelo seu acionista controlador, Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”).

Os preços que vigoram no mercado internacional de minério de ferro são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

#### • Continuidade Operacional:

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que montam R\$3,2 bilhões, dos quais R\$2,4 bilhões possuem vencimentos no longo prazo, conforme nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2018 são esperados pagamentos de empréstimos, que incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam R\$782 milhões em valores aproximados.

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração que abrangeu o período operacional até março de 2019, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a Administração entende que a Companhia possui os recursos necessários para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade normal das operações.

### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 2.a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber;
- Nota explicativa 11.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa 19 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- Nota explicativa 20 – Provisões para passivos e ambientais e desativação;
- Nota explicativa 26 – Benefício pós emprego;

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento contábil aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando os CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anteriormente emitidas em 15 de outubro de 2020, estão sendo reapresentadas para refletir o aprimoramento de determinadas divulgações por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, tendo sido aprovadas pela administração em 21 de janeiro de 2021.

**2.b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem as controladas e coligada demonstradas no quadro abaixo.

• **Empresas**

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2017	31/12/2016	
<b>Participação direta em controladas: consolidação integral</b>			
CSN Mining Holding, S.L. <sup>(1)</sup>	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
<b>Participação indireta em controladas: consolidação integral</b>			
CSN Mining GmbH	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining Portugal Unipessoal LDA	100,00	-	Representação comercial
CSN Mining Asia Limited	100,00	100,00	Representação comercial
<b>Participação direta em empresas classificadas como coligada: equivalência patrimonial</b>			
MRS Logística S.A	18,63	18,63	Transporte ferroviário

1 – Em 12 de Setembro de 2017 A Namisa International Minérios, S.L.U., teve a sua denominação social alterada para CSN Mining Holding, S.L

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

• **Transações entre controladas e coligadas**

Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com a coligada, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e da coligada é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

**Controladas**

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e existe a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**Coligada**

O investimento na MRS é classificado como coligada pois a Companhia possui influência significativa, mas não o controle sobre as decisões relevantes do negócio dessa investida. Além da participação de 18,63% na MRS, que incluem ações ordinárias e preferenciais e também uma ação ordinária vinculada ao acordo de acionista, é levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos do acionista controlador CSN, que é membro signatário do acordo de acionistas da MRS.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial

**2.c) Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção dos CPCs.

**2.d) Moedas estrangeiras**

**i. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

**ii. Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2017, US\$1 equivale a R\$3,3080 (R\$3,2591 em 31 de dezembro de 2016) e €1 equivale a R\$3,9693 (R\$3,4384 em 31 de dezembro de 2016).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**2.e) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e são classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4.

**2.f) Contas a receber**

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas quando aplicável.

As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das "commodities" estabelecido pelo "Platts", na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Mensalmente, quando aplicável, é efetuada a marcação a mercado para os saldos em aberto, por meio da cotação futura das “*commodities*” que seriam utilizadas para acerto final, quando da emissão das faturas finais.

As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das “*commodities*” (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato.

O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre.

## **2.g) Estoques**

Mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O minério de ferro é reconhecido a partir do momento em que há extração física na mina e/ou beneficiamento. É utilizado o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias.

## **2.h) Investimentos**

Os investimentos em sociedades controladas e da coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

## **2.i) Combinação de negócios**

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

## **2.j) Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em “outras receitas/outras despesas operacionais”.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado ao invés de estoques.

## **2.k) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas no valor recuperável (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional. A Companhia possui uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de "*impairment*".

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos.

### **2.1) *Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### **2.m) Benefícios a empregados, participação nos lucros e bônus**

#### **i. Benefícios a Empregados**

##### **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

##### **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

**ii. Participação nos lucros e bônus**

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocada ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

**2.n) Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**2.o) Concessões**

A Companhia possui concessão governamental que engloba serviço portuário. A concessão incluída nas demonstrações financeiras se refere ao terminal de exportação de minério e importação de carvão – TECAR. A concessão da coligada MRS não é divulgada nessas demonstrações financeiras.

O contrato de concessão da Companhia não está dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, pois o poder concedente não tem o controle efetivo sobre os preços praticados e para quais clientes os serviços são prestados. Na essência, esses contratos de concessão possuem característica de arrendamento operacional. Assim, a contabilização segue as disposições contábeis aplicáveis aos contratos de arrendamento, conforme CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Os nossos contratos de concessão preveem o uso de um ativo específico para um período acordado de tempo, mas sem qualquer transferência de propriedade dos bens para a Companhia após o término desses contratos, bem como opção de compra destes ativos a qualquer momento. Desta forma, os pagamentos de arrendamento pelos ativos recebidos no início da concessão são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Ativos adquiridos ou construídos são reconhecidos como ativo imobilizado ou intangível de acordo com os parâmetros estabelecidos no CPC27 (ativo imobilizado) e CPC04 (ativo intangível). Esses ativos são controlados pela Companhia - os riscos e benefícios associados fluem para a Companhia. No final do contrato a Companhia será reembolsada pelo poder concedente se houver saldo contábil residual desses ativos.

O valor contábil residual desses ativos em 31 de dezembro de 2017 está listado abaixo juntamente com a indicação de sua classificação nas demonstrações financeiras:

<b>Concessão</b>	<b>Valor contábil residual (R\$)</b>	<b>Classificação no balanço</b>
Tecar	1.528 milhões	Ativo imobilizado e Intangível ( <i>Software</i> )
MRS Logística S.A. (MRS)	3.428 milhões <sup>(1)</sup>	Investimento

(1) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da MRS. A Companhia reconhece sua participação nos ativos através do método de equivalência patrimonial. O saldo do investimento na MRS em 31 de dezembro de 2017 é de R\$662.349.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**2.p) Capital Social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

**2.q) Reconhecimento de receita**

A receita operacional da venda de minério de ferro no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de produtos possam ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. Em virtude das condições individuais do contrato de venda e frete, a transferência dos riscos e benefícios normalmente ocorre na transposição das mercadorias da amurada do navio, no porto de origem.

**2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**2.s) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

## **2.t) Lucro/ (Prejuízo) por ação**

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, quando aplicável. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

## **2.u) Custos ambientais e restauração de áreas**

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção (licenças/SNUC).

## **2.v) Pesquisa e desenvolvimento**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

## **2.w) Instrumentos financeiros**

### **i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos financeiros em quatro categorias: i) valor justo por meio do resultado, ii) empréstimos e recebíveis, iii) investimentos mantidos até o vencimento e iv) ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos são reconhecidos pelo valor justo, acrescidos (com exceção aos ativos reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado) dos custos de transação que seja diretamente atribuível à aquisição ou emissão do ativo financeiro.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Na mensuração subsequente os ativos financeiros classificados como: disponíveis para venda e ao valor justo através do resultado serão contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos classificados na categoria empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda têm o seu reconhecimento dividido da seguinte forma: (i) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo sobre o investimento no capital da investida são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e; (ii) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo da opção são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio classificados na categoria disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- **Desreconhecimento**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

ii) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia, a cada data do balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros apresenta indícios de perdas ao valor recuperável. Essa avaliação deve considerar evidências objetivas da ocorrência de eventos que possam impactar os fluxos de caixa estimados de um ativo financeiros individual ou grupo de ativos financeiros.

• **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN Mineração usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

iii) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado

A Companhia não possui passivos classificados nessa categoria.

- **Baixa de passivos financeiros**

Os passivos financeiros são baixados somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento, dividendos e fornecedores.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.x) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas**

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo.

Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

## **2.y) Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. A Companhia opera e avalia seus resultados considerando apenas um segmento de negócio: Minério de Ferro. Todos os resultados desse segmento operacional são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da Companhia para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliação de desempenho. Dessa forma, nessas demonstrações financeiras não está sendo apresentada a nota de informações por segmento.

## **2.z) Demonstração do valor adicionado**

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**2.a.a) Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Conforme aprimoramentos solicitados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1 – Presentation of Financial Statements), as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 (anteriormente aprovadas pela administração em 15 de outubro de 2020) estão sendo reapresentadas visando refletir aprimoramentos dos seguintes assuntos:

- i) Nota Explicativa nº 08 – Outros ativos circulantes e não circulantes – a administração revisou os critérios de apresentação dos saldos do Balanço Patrimonial procedendo com a reclassificação, da rubrica “Outros Ativos circulantes e não circulantes”, do montante de R\$407.882 e R\$407.411, consolidado e controladora, respectivamente, para a rubrica de Impostos a recuperar – nota explicativa nº 7, visando a melhor apresentação dos números divulgados;
- ii) Nota Explicativa nº 16 – Outras obrigações – a administração revisou os critérios de apresentação dos saldos do Balanço Patrimonial procedendo com a reclassificação do montante de R\$1.527.728 e R\$68.676 de Outros Passivos para a rubrica de Dividendos a pagar – nota explicativa nº 12.b e Passivos ambientais e desativação – nota explicativa nº 20, respectivamente, visando a melhor apresentação dos números divulgados.

**2.a.b) Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017:

<b>Norma</b>	<b>Principais pontos introduzidos pela norma</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. Este pronunciamento também traz um novo modelo de redução ao valor recuperável (“ <i>impairment</i> ”) e novas regras para contabilização de hedge ( <i>hedge accounting</i> ).	1º de janeiro de 2018
IFRS15 – Receita de Contratos com clientes	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18- Receitas e correspondentes interpretações.	1º de janeiro de 2018
IFRS16 – Leases (Arrendamentos)	Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.	1º de janeiro de 2019

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

IFRIC 22 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento	Essa interpretação trata de transação em moeda estrangeira (ou parte dela) quando a entidade reconhece o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou recebimento antecipado antes que a entidade reconheça o ativo, a despesa ou a receita relacionada (ou parte dele).	1º de janeiro de 2018
IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019

São apresentadas a seguir, as informações sobre os possíveis impactos na adoção dos IFRS 9/CPC 48, IFRS 15/CPC 47 e IFRIC 22 que estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras. Desta forma, estas avaliações preliminares e seus potenciais impactos estão sujeitas às alterações até que a adoção inicial seja divulgada nas demonstrações financeiras de 2018.

**- IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros**

Classificação e mensuração dos ativos financeiros: A Administração avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros oferecidas pelo novo pronunciamento com base em seu diagnóstico, modelo de negócio, expectativas de fluxo de caixa da Companhia e observando o modelo de gerenciamento dos ativos financeiros e não identificou impactos na aplicação da norma.

**- IFRS 15 /CPC 47 Receita de Contratos com Clientes**

A Administração da Companhia avaliou todas as etapas da nova norma para o reconhecimento da receita de contratos com clientes. Com base nesta análise, a Companhia concluiu que a partir da sua adoção, que nas vendas para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (Cost and Freight) e CIF(Cost, Insurance and Freight), onde a Companhia é responsável pela contratação do serviço de frete, o serviço de entrega da mercadoria será considerado um serviço distinto e, portanto, uma obrigação de desempenho separada, com alocação de parte do preço da transação reconhecido no resultado, conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. O efeito da diferença no momento de reconhecimento da parcela da receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia. Portanto, tal receita não será apresentada separadamente nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nos demais tópicos da nova norma a Companhia não identificou impactos materiais de mensuração na aplicação desta norma.

Os impactos observados estão relacionados a revisão de procedimentos internos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os princípios da nova norma.

**- IFRIC 22/ICPC21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento**

Em relação ao IFRIC 22, a Companhia avaliará os efeitos da aplicação da nova interpretação durante o ano de 2018, nas suas operações em moeda estrangeira.

A Companhia não espera impactos materiais decorrentes da aplicação da interpretação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>				
<b>Disponibilidades</b>				
Caixa e Bancos	11.723	10.143	1.332	944
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>No País:</b>				
Títulos privados	475.070	35.668	475.070	35.668
	<b>475.070</b>	<b>35.668</b>	<b>475.070</b>	<b>35.668</b>
<b>No Exterior:</b>				
<i>Time Deposits</i>	2.274.401	1.398.278	1.934.112	24.890
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	<b>2.749.471</b>	<b>1.433.946</b>	<b>2.409.182</b>	<b>60.558</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.761.194</b>	<b>1.444.089</b>	<b>2.410.514</b>	<b>61.502</b>

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e com liquidez imediata.

Adicionalmente, parte significativa dos recursos financeiros no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos considerados pela administração como de primeira linha, e são remuneradas às taxas pré-fixadas.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado e controladora	
	31/12/2017	
Títulos públicos	3.715	
<b>Total</b>	<b>3.715</b>	

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia possuía aplicações financeiras em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN.

### 5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Cientes</b>				
<b>Terceiros</b>				
Mercado interno	1.978	2.327	1.978	2.327
Mercado externo	502.000	523.495	488.532	92.536
	<b>503.978</b>	<b>525.822</b>	<b>490.510</b>	<b>94.863</b>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(8.241)	(4.859)	(2.311)	(2.277)
	<b>495.737</b>	<b>520.963</b>	<b>488.199</b>	<b>92.586</b>
Partes relacionadas (Nota 12.b)	115.753	105.677	257.510	1.664.254
	<b>611.490</b>	<b>626.640</b>	<b>745.709</b>	<b>1.756.840</b>

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	492.987	522.172	487.371	93.898
Vencidos até 180 dias	863	3.650	863	965
Vencidos acima de 180 dias	10.128		2.276	
	<b>503.978</b>	<b>525.822</b>	<b>490.510</b>	<b>94.863</b>

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>(4.859)</b>	<b>(3.318)</b>	<b>(2.277)</b>	<b>(3.318)</b>
Perdas estimadas	(3.382)	(2.718)	(34)	(136)
Recuperação de créditos		1.177		1.177
<b>Saldo final</b>	<b>(8.241)</b>	<b>(4.859)</b>	<b>(2.311)</b>	<b>(2.277)</b>

## 6. ESTOQUE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	154.110	104.873	154.110	94.227
Produtos em elaboração	80.538	106.265	80.538	106.265
Almoxarifado	282.359	302.422	282.359	302.422
(-) Perdas estimadas	(56.505)	(47.378)	(56.505)	(47.378)
	<b>460.502</b>	<b>466.182</b>	<b>460.502</b>	<b>455.536</b>

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>(47.378)</b>	<b>(45.823)</b>
Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência (nota 24)	(9.839)	(13.464)
Reversão de provisão para perdas em inventário de almoxarifado	712	11.909
<b>Saldo final</b>	<b>(56.505)</b>	<b>(47.378)</b>

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de registro de provisão para perda estimada de valor recuperável dos estoques de produtos acabados e, em 31 de dezembro de 2017, não houve a necessidade de constituir provisão para perda.

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	209.681	175.373	209.680	173.154
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	157.807	195.217	157.337	194.791
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	37.154	16.374	37.154	16.374
Outros	3.240	3.666	3.240	3.666
<b>Total</b>	<b>407.882</b>	<b>390.630</b>	<b>407.411</b>	<b>387.985</b>
Circulante	262.319	211.527	261.848	208.882
Não circulante	145.563	179.103	145.563	179.103
<b>Total</b>	<b>407.882</b>	<b>390.630</b>	<b>407.411</b>	<b>387.985</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo.

A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de perdas por recuperabilidade, objetivando o seu aproveitamento.

**8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

Os grupos de outros ativos circulantes e não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Estoque minério de ferro <sup>(1)</sup>	144.499	144.499	144.499	144.499
Depósitos judiciais (Nota 19)	29.283	10.790	29.283	10.790
Dividendos a receber (Nota 12.b)	20.409	18.475	20.409	113.366
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 12.b)	20.553	23.951	19.371	23.951
Frete e seguro marítimo <sup>(2)</sup>	20.600	7.776	19.351	-
Arrendamento portuário	6.660	8.140	6.660	8.140
Outros	14.828	11.216	13.521	11.066
<b>total</b>	<b>256.832</b>	<b>224.847</b>	<b>253.094</b>	<b>311.812</b>
Circulante	58.319	48.440	54.653	135.555
Não circulante	198.513	176.407	198.441	176.257
<b>total</b>	<b>256.832</b>	<b>224.847</b>	<b>253.094</b>	<b>311.812</b>

1 - Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para 1º semestre de 2020.

2 - Pagamento de despesas de frete e seguros marítimos nos embarques de minério de ferro cujas receitas de vendas não foram reconhecidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

**9. INVESTIMENTOS**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>				
<b>Empresa controlada</b>				
CSN Mining Holding	-	-	239.021	151.036
<b>Empresa coligada</b>				
MRS Logística S.A.	662.349	615.313	662.349	615.313
Fair Value alocado à MRS <sup>1</sup>	457.129	468.876	457.129	468.876
<b>Outros</b>				
Lucro nos estoques de controladas <sup>(2)</sup>	-	-	-	(5.585)
<b>Total</b>	<b>1.119.478</b>	<b>1.084.189</b>	<b>1.358.499</b>	<b>1.229.640</b>

1. O fair value alocado no investimento na MRS decorrente da aquisição do controle da Namisa, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da ferrovia com a MRS.

2. O lucro nos estoques decorre de transações entre a Controladora e suas controladas relacionadas a venda de minério de ferro.

A movimentação dos investimentos na empresa controlada e controlada em conjunto é demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo inicial dos investimentos</b>	1.084.189	1.036.846	1.229.640	1.068.254
Aumento de Capital - CSN Mining Holding	-	-	35.327	-
Resultado equivalência patrimonial	85.931	77.789	138.589	180.076
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.747)	(12.154)	(11.747)	(12.154)
Lucros nos estoques	-	-	5.585	11.756
Dividendos	(38.883)	(18.475)	(38.883)	(18.475)
Outros	(12)	183	(12)	183
<b>Total</b>	<b>1.119.478</b>	<b>1.084.189</b>	<b>1.358.499</b>	<b>1.229.640</b>

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essas empresas:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado equivalência patrimonial MRS	85.931	77.789	85.931	77.789
Resultado equivalência patrimonial CSN Mining Holding	-	-	52.658	102.287
Compensação da parcela de custo no resultado equivalencia (IAS28)	(17.493)	(19.825)	-	-
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.747)	(12.154)	(11.747)	(12.154)
Lucros nos estoques	-	-	5.585	11.756
			210	
<b>Total</b>	<b>56.691</b>	<b>45.810</b>	<b>132.637</b>	<b>179.678</b>

**Descrição e principais informações sobre a controlada direta e coligada**

- CSN MINING HOLDING, S.L. (Ex-Namisa International Minérios, S.L.U.)

Situada em Bilbao, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como “holding”, tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH, CSN Mining Ásia e CSN Mining Portugal, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras. Com a combinação de negócios ocorrida em novembro de 2015 e consequente incorporação da Namisa pela Companhia em dezembro de 2015, a CSN Mining Holding passou a ser de controle direto da CSN Mineração.

A denominação social da Namisa International Minérios, S.L.U. foi alterada para CSN Mining Holding, S.L. em 12 de setembro de 2017.

- MRS LOGÍSTICA S.A.

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva do poder concedente

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,63% no capital social da MRS, representado por: (i) 7,59% em ações ordinárias, sendo uma ação vinculada ao acordo de acionistas; e (ii) 11,04% em ações preferenciais.

As principais informações financeiras sobre os ativos, passivos e resultados dessa controlada e coligada são apresentados no quadro a seguir. Em relação à controlada CSN Mining Holding, S.L., estamos apresentando as informações consolidadas.

**Balancos patrimoniais**

	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	350.680	484.978	1.382.588	345.164				
Contas a receber	11.969	278.586	484.349	181.713				
Emprestimos e recebíveis	-	-	-	-				
Estoques	-	85.893	21.297	91.906				
Impostos a recuperar	-	96.082	-	107.852				
Outros	43.321	75.092	35.850	32.151				
<b>Não circulante</b>								
Emprestimo e recebíveis	-	-	-	-				
Impostos a recuperar	-	43.172	-	59.052				
Investimento, imobilizado e intangível	153	6.277.311	184	6.215.442				
Outros	72	492.805	-	539.525				
<b>Total Ativos</b>	<b>406.195</b>	<b>7.833.919</b>	<b>1.924.268</b>	<b>7.572.805</b>				
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	145.942	220.968	1.621.071	222.769				
Emprestimos e financiamentos	-	672.332	-	653.491				
Tributos a recolher	13.216	159.836	6.457	150.609				
Dividendos a pagar	109.642	94.891	99.261	99.261				
Outros	8.016	331.417	50.719	267.680				
<b>Não circulante</b>								
Emprestimos e financiamentos	-	2.056.497	-	2.176.357				
Tributos diferidos	-	235.569	-	270.185				
Outros	-	492.377	94	429.645				
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital Social	35.335	1.597.362	8	1.487.756				
Reserva de lucros	203.686	1.949.064	151.028	1.806.134				
Resultados abrangentes	-	8.855	-	8.918				
<b>Total Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>406.195</b>	<b>7.833.919</b>	<b>1.924.268</b>	<b>7.572.805</b>				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstrações de resultados

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística
<b>Demonstração do resultado</b>				
Receita líquida	1.850.275	3.492.805	4.765.603	3.279.420
(-) Custo dos produtos vendidos	(1.432.243)	(2.307.108)	(3.718.363)	(2.208.786)
<b>Lucro bruto</b>	<b>418.032</b>	<b>1.185.697</b>	<b>1.047.240</b>	<b>1.070.634</b>
Despesas operacionais	(375.669)	(283.151)	(931.889)	(160.186)
Resultado financeiro, líquido	25.583	(187.295)	9.433	(249.301)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>67.946</b>	<b>715.251</b>	<b>124.784</b>	<b>661.147</b>
Impostos sobre o Lucro	(15.288)	(254.001)	(22.497)	(243.602)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>52.658</b>	<b>461.250</b>	<b>102.287</b>	<b>417.545</b>

- CGPAR Construções Pesadas S.A.

Em 14 de julho de 2017 a Companhia concluiu a aquisição da CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A, a empresa prestadora de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens, que até esta data era controlada pela CSN, o valor da aquisição foi de R\$ 99.452, a transação foi avaliada pela administração como uma "transação de capital". Com isso a mais-valia de R\$ 35.389 foi reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial - distribuição de capital entre os sócios" no Patrimônio líquido.

## 10. IMOBILIZADO

### 10.a) Composição do imobilizado

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>56.863</b>	<b>1.470.366</b>	<b>3.625.919</b>	<b>10.879</b>	<b>1.162.262</b>	<b>94.811</b>	<b>6.421.100</b>
Custo	56.863	1.679.014	5.295.840	26.981	1.162.262	155.438	8.376.398
Depreciação acumulada	-	(208.648)	(1.669.921)	(16.102)	-	(60.627)	(1.955.298)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>56.863</b>	<b>1.470.366</b>	<b>3.625.919</b>	<b>10.879</b>	<b>1.162.262</b>	<b>94.811</b>	<b>6.421.100</b>
- Aquisições	-	-	26.134	176	314.386	208	340.904
- Valor justo de ativos adquiridos	-	-	50.008	-	-	-	50.008
- Aquisições por meio incorporação	-	-	4.672	330	-	766	5.768
- Juros capitalizados (Nota 25)	-	-	-	-	70.649	-	70.649
- Depreciação	-	(54.397)	(386.632)	(1.960)	-	(19.216)	(462.205)
- Transferências para outras categorias de ativos	111	55.070	156.225	2.134	(175.932)	(37.608)	-
- Perdas estimadas e baixa de bens	207	6.270	(20.749)	(9)	-	(307)	(14.588)
- Outros	-	-	722	-	(231)	-	491
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.181</b>	<b>1.477.309</b>	<b>3.456.299</b>	<b>11.550</b>	<b>1.371.134</b>	<b>38.654</b>	<b>6.412.127</b>
Custo	57.181	1.746.589	5.659.433	30.002	1.371.134	95.803	8.960.142
Depreciação acumulada	-	(269.280)	(2.203.134)	(18.452)	-	(57.149)	(2.548.015)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.181</b>	<b>1.477.309</b>	<b>3.456.299</b>	<b>11.550</b>	<b>1.371.134</b>	<b>38.654</b>	<b>6.412.127</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	<b>Controladora</b>						<b>Total</b>
	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações e Infraestrutura</b>	<b>Máquinas, equipamentos e instalações</b>	<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Outros (*)</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>56.863</b>	<b>1.470.366</b>	<b>3.625.920</b>	<b>10.879</b>	<b>1.162.262</b>	<b>94.776</b>	<b>6.421.066</b>
Custo	56.863	1.679.014	5.295.840	26.981	1.162.262	155.126	8.376.086
Depreciação acumulada	-	(208.648)	(1.669.920)	(16.102)	-	(60.350)	(1.955.020)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>56.863</b>	<b>1.470.366</b>	<b>3.625.920</b>	<b>10.879</b>	<b>1.162.262</b>	<b>94.776</b>	<b>6.421.066</b>
- Aquisições	-	-	26.134	176	314.386	46	340.742
- Valor justo de ativos adquiridos	-	-	50.008	-	-	-	50.008
- Aquisições por meio incorporação	-	-	3.921	330	-	766	5.017
- Juros capitalizados (Nota 25)	-	-	-	-	70.649	-	70.649
- Depreciação	-	(54.397)	(385.160)	(1.960)	-	(19.173)	(460.690)
- Transferências para outras categorias de ativos	111	55.070	156.225	2.134	(175.932)	(37.608)	-
- Perdas estimadas e baixa de bens	207	6.270	(20.749)	(9)	-	(307)	(14.588)
- Outros	-	-	-	-	(230)	-	(230)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.181</b>	<b>1.477.309</b>	<b>3.456.299</b>	<b>11.550</b>	<b>1.371.135</b>	<b>38.500</b>	<b>6.411.974</b>
Custo	57.181	1.746.589	5.658.682	30.002	1.371.135	95.638	8.959.227
Depreciação acumulada	-	(269.280)	(2.202.383)	(18.452)	-	(57.138)	(2.547.253)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.181</b>	<b>1.477.309</b>	<b>3.456.299</b>	<b>11.550</b>	<b>1.371.135</b>	<b>38.500</b>	<b>6.411.974</b>

(\*) Referem-se substancialmente benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares.

### 10.b) Obras em andamento

Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para as respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é composto pelos seguintes projetos:

<b>Descrição do projeto</b>	<b>Data de início</b>	<b>Data de conclusão</b>	<b>Consolidado</b>	
			<b>31/12/2017</b>	
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2024	(1)	745.685
Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2022	(2)	275.810
Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.				349.640
<b>Total Obras em andamento</b>				<b>1.371.135</b>

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

As vidas úteis médias estimadas, em anos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

	<b>Consolidado e controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Em anos</b>		
Edificações	42	41
Máquinas, equipamentos e instalações	16	17
Móveis e utensílios	12	12
Outros	17	14

### 10.c) Juros capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$70.649 (R\$88.120 em 31 de dezembro de 2016). Esses custos foram apurados, basicamente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR.

As taxas dos projetos não específicos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 é 8,63% a.a. (10,48% a.a. em 31 de dezembro de 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 11. INTANGÍVEL

	Consolidado e Controladora				
	Ágio <sup>(1)</sup>	Relações com fornecedores <sup>(2)</sup>	Software	Direitos e Licenças <sup>(3)</sup>	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.196.587</b>	<b>1.165</b>	<b>14.577</b>	<b>1.061.854</b>	<b>4.274.183</b>
Custo	3.196.587	1.420	34.587	1.062.630	4.295.224
Amortização Acumulada	-	(255)	(20.010)	(776)	(21.041)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.196.587</b>	<b>1.165</b>	<b>14.577</b>	<b>1.061.854</b>	<b>4.274.183</b>
- Aquisições por meio incorporação	-		83		83
- Aquisições			244		244
- Amortização		(222)	(5.322)	(12.455)	(17.999)
- Perdas estimadas e baixa de bens			(3)		(3)
- Outros			(2)		(2)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.196.587</b>	<b>943</b>	<b>9.577</b>	<b>1.049.399</b>	<b>4.256.506</b>
Custo	3.196.587	1.420	34.958	1.062.630	4.295.595
Amortização Acumulada	-	(477)	(25.381)	(13.231)	(39.089)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.196.587</b>	<b>943</b>	<b>9.577</b>	<b>1.049.399</b>	<b>4.256.506</b>

1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa.

2. Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos na aquisição do controle da Namisa.

3. Direito minerário da mina de Engenho, a amortização é realizada pelo volume de extração de minério de ferro bruto realizado na mina.

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Relações com fornecedores	6	6
Software	7	5
Direitos e licenças	49	49

### 11.a) Teste para verificação de *impairment*

O teste de *impairment* foi realizado no ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela Companhia, concluído em 30 de novembro de 2015 e inclui ainda os saldos do ativo imobilizado, do ativo intangível e do estoque de longo prazo. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento (“capex”) futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas no teste foram as seguintes:

- **Mensuração do valor recuperável:** Fluxo de Caixa Descontado;
- **Projeção do fluxo de caixa:** até 2056;
- **Margem bruta:** média da margem bruta da unidade geradora de caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 39 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;
- **Atualização dos custos:** baseados em dados históricos e tendências de mercado;
- **Taxa de desconto:** fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto após os impostos em termos reais baseada no custo médio ponderado de capital (“WACC”) que reflete o risco específico do segmento de mineração.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 12. PARTES RELACIONADAS

### 12.a) Relacionamentos com partes relacionadas

A CSN é o acionista controlador da Companhia detendo 87,52% de participação no capital votante. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 49,21% do capital social da CSN.

A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiros no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 26 de março de 2018.

### 12.b) Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas

- Por operação

#### Balanco patrimonial

	Consolidado					
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
<b>Ativo</b>						
Fundos exclusivos	16.020	-	16.020	-	-	-
Contas a Receber (Nota 5)	115.753	-	115.753	105.677	-	105.677
Dividendos (Nota 8)	20.409	-	20.409	18.475	-	18.475
Outros (Nota 8)	5.170	15.383	20.553	13.203	10.748	23.951
	<b>157.352</b>	<b>15.383</b>	<b>172.735</b>	<b>137.355</b>	<b>10.748</b>	<b>148.103</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Pré-Pagamento (Nota 13)	30.789	1.141.008	1.171.797	30.420	1.124.141	1.154.561
<b>Outras obrigações</b>						
Outras obrigações	46.139		46.139	2.767	-	2.767
Dividendos	1.527.728		1.527.728	1.314.226	-	1.314.226
Fornecedores	310.249		310.249	151.397	-	151.397
Outros	129		129	32.030	-	32.030
	<b>1.915.034</b>	<b>1.141.008</b>	<b>3.056.042</b>	<b>1.530.840</b>	<b>1.124.141</b>	<b>2.654.981</b>

	Controladora					
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
<b>Ativo</b>						
Fundos exclusivos	16.020	-	16.020	-	-	-
Contas a Receber (Nota 5)	257.510		257.510	1.664.254		1.664.254
Dividendos (Nota 8)	20.409		20.409	113.366		113.366
Outros (Nota 8)	3.988	15.383	19.371	13.203	10.748	23.951
	<b>297.927</b>	<b>15.383</b>	<b>313.310</b>	<b>1.790.823</b>	<b>10.748</b>	<b>1.801.571</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Pré-Pagamento (Nota 13)	30.789	1.141.008	1.171.797	30.420	1.124.141	1.154.561
<b>Outras obrigações</b>						
Outras obrigações	85.067		85.067	2.768		2.768
Dividendos	1.527.728		1.527.728	1.314.226		1.314.226
Fornecedores	310.249		310.249	151.396		151.396
Outros	129		129	59.625		59.625
	<b>1.953.962</b>	<b>1.141.008</b>	<b>3.094.970</b>	<b>1.558.435</b>	<b>1.124.141</b>	<b>2.682.576</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas</b>				
Vendas	1.962.081	1.037.002	3.015.337	4.229.884
Juros c/ Fundos exclusivos	1.319	-	1.319	-
<b>Custos / Despesas</b>				
Compras	(875.052)	(822.201)	(873.442)	(800.671)
Juros	(86.301)	(89.979)	(86.301)	(103.432)
Varições Cambiais Líquidas	(16.867)	(222.484)	(18.398)	(57.683)
	<b>985.180</b>	<b>(97.662)</b>	<b>2.038.515</b>	<b>3.268.098</b>

• Por empresa

	31/12/2017										Consolidado
	Ativo			Passivo			Resultado				Total
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Resultado financeiro líquido	Varições Cambiais líquidas	
Grupo CSN	66.340	15.383	81.723	1.323.024	1.141.008	2.464.032	1.013.092	(243.846)	(84.982)	(16.867)	667.397
MRS logística S.A	20.409	-	20.409	69.988	-	69.988	-	(606.692)	-	-	(606.692)
Consortio Asiático	70.603	-	70.603	522.022	-	522.022	948.989	(24.514)	-	-	924.475
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>157.352</b>	<b>15.383</b>	<b>172.735</b>	<b>1.915.034</b>	<b>1.141.008</b>	<b>3.056.042</b>	<b>1.962.081</b>	<b>(875.052)</b>	<b>(84.982)</b>	<b>(16.867)</b>	<b>985.180</b>
	31/12/2016										Consolidado
	Ativo			Passivo			Resultado				Total
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Resultado financeiro líquido	Varições Cambiais líquidas	
Grupo CSN	62.908	10.748	73.656	1.038.450	1.124.141	2.162.591	654.269	(160.728)	(89.979)	(222.484)	181.078
MRS logística S.A	18.475	-	18.475	10.029	-	10.029	-	(639.943)	-	-	(639.943)
Consortio Asiático	55.972	-	55.972	482.361	-	482.361	382.733	(21.530)	-	-	361.203
<b>Total em 31/12/2016</b>	<b>137.355</b>	<b>10.748</b>	<b>148.103</b>	<b>1.530.840</b>	<b>1.124.141</b>	<b>2.654.981</b>	<b>1.037.002</b>	<b>(822.201)</b>	<b>(89.979)</b>	<b>(222.484)</b>	<b>(97.662)</b>
	31/12/2017										Controladora
	Ativo			Passivo			Resultado				Total
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Resultado financeiro líquidos	Varições cambiais líquidas	
Grupo CSN	65.158	15.383	80.541	1.322.768	1.141.008	2.463.776	1.013.093	(243.846)	(84.982)	(16.866)	667.399
CSN Mining GmbH	146.189	-	146.189	39.128	-	39.128	1.412.363	-	-	(1.098)	1.411.265
CSN Mining Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(420)	(420)
CSN Mining Portugal	-	-	-	56	-	56	-	(2.329)	-	(31)	(2.360)
CSN Mining Asia	-	-	-	-	-	-	-	(12.305)	-	17	(12.288)
MRS logística S.A	20.409	-	20.409	69.988	-	69.988	-	(606.692)	-	-	(606.692)
Consortio Asiático	66.171	-	66.171	522.022	-	522.022	589.881	(8.270)	-	-	581.611
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>297.927</b>	<b>15.383</b>	<b>313.310</b>	<b>1.953.962</b>	<b>1.141.008</b>	<b>3.094.970</b>	<b>3.015.337</b>	<b>(873.442)</b>	<b>(84.982)</b>	<b>(18.398)</b>	<b>2.038.515</b>
	31/12/2016										Controladora
	Ativo			Passivo			Resultado				Total
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Resultado financeiro líquidos	Varições cambiais líquidas	
Grupo CSN	62.908	10.748	73.656	1.038.450	1.124.141	2.162.591	654.197	(160.728)	(89.979)	(222.484)	181.006
CSN Mining GmbH	1.614.549	-	1.614.549	27.595	-	27.595	3.575.687	-	-	147.494	3.723.181
MRS logística S.A	18.475	-	18.475	10.029	-	10.029	-	(639.943)	-	-	(639.943)
CSN Mining Holding	94.891	-	94.891	-	-	-	-	-	(13.453)	17.307	3.854
Consortio Asiático	-	-	-	482.361	-	482.361	-	-	-	-	-
<b>Total em 31/12/2016</b>	<b>1.790.823</b>	<b>10.748</b>	<b>1.801.571</b>	<b>1.558.435</b>	<b>1.124.141</b>	<b>2.682.576</b>	<b>4.229.884</b>	<b>(800.671)</b>	<b>(103.432)</b>	<b>(57.683)</b>	<b>3.268.098</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Comentários sobre as principais transações e saldos com partes relacionadas**

**Grupo CSN**

Contas a receber: A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN em um contrato de longo prazo. Esse contrato prevê a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

Pré-pagamento: contratos financeiros de pré-pagamento de exportação de minério de ferro celebrados entre a CSN Mineração e certas controladas da CSN. Os detalhes dos contratos estão descritos na nota 13.

Dividendos a pagar: dividendos declarados pela Namisa e sucedidos pela CSN Mineração e devidos aos sócios CSN e Consorcio Asiático na proporção de 60% e 40%. Para os dividendos mínimos obrigatórios referente ao ano de 2016 e 2017 foram aplicados os percentuais de participação definidos após a combinação de negócios.

Em 02 de fevereiro de 2018 foram pagos pela Companhia os dividendos declarados pela Namisa e os dividendos referente ao exercício de 2016 declarados na RCA realizada em 31 de janeiro de 2018.

**MRS Logística**

A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para escoamento e a movimentação da produção. As obrigações assumidas e os valores envolvidos estão detalhados na Nota 27. Os preços praticados com a MRS seguem um modelo tarifário baseado em premissas de mercado.

Por possuir participação de 18,63% no capital da MRS a Companhia recebe dividendos periodicamente proporcionais à sua participação no capital dessa coligada.

**Consorcio asiático**

A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado externo para o Consórcio Asiático em um contrato de longo prazo. Esse contrato prevê a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

**CSN Mining**

A Companhia realiza exportações de minério de ferro para a CSN Mining, sua subsidiária integral, com a finalidade e revenda desse minério no mercado internacional. Os preços praticados seguem os índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

**CSN Mining Holding**

**Dividendos a receber:** saldo a receber decorrente da declaração de dividendos pela Namisa Internacional em 2015, liquidados durante o ano de 2017.

**12.c) Outras partes relacionadas não consolidadas**

- **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora, sendo esta, uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme Nota 26.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

**12.d) Pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores. Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2017.

	31/12/2017	31/12/2016
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administrador	9.446	2.797
Benefícios pós-emprego	219	40
<b>Total</b>	<b>9.665</b>	<b>2.837</b>

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os saldos de empréstimos e financiamentos que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Taxas em (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante 31/12/2017	Passivo Circulante 31/12/2016	Passivo não Circulante 31/12/2017	Passivo não Circulante 31/12/2016	Passivo Circulante 31/12/2017	Passivo Circulante 31/12/2016	Passivo não Circulante 31/12/2017	Passivo não Circulante 31/12/2016
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>									
Pré-Pagamento - partes relacionadas	3,48 até 8,0	30.789	30.420	1.141.008	1.124.141	30.789	30.420	1.141.008	1.124.141
		<b>30.789</b>	<b>30.420</b>	<b>1.141.008</b>	<b>1.124.141</b>	<b>30.789</b>	<b>30.420</b>	<b>1.141.008</b>	<b>1.124.141</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>									
BNDES/FINAME	5,0 até 8,0	9.419	4.677	15.685	20.303	9.419	4.677	15.685	20.303
NCE - Banco do Brasil	110,6 até 116,5 CDI	741.533	50.972	1.285.000	2.000.000	741.533	50.972	1.285.000	2.000.000
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>750.952</b>	<b>55.649</b>	<b>1.300.685</b>	<b>2.020.303</b>	<b>750.952</b>	<b>55.649</b>	<b>1.300.685</b>	<b>2.020.303</b>
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(3.005)	(4.025)	(2.651)	(5.655)	(3.005)	(4.025)	(2.651)	(5.655)
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação</b>		<b>778.736</b>	<b>82.044</b>	<b>2.439.042</b>	<b>3.138.789</b>	<b>778.736</b>	<b>82.044</b>	<b>2.439.042</b>	<b>3.138.789</b>

Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas totalizam R\$1.171.797 em 31 de dezembro 2017 (R\$1.154.561 em 31 de dezembro 2016) e estão relacionados, substancialmente, a pré-pagamentos de exportação, com características e condições descritas a seguir:

- CSN Resources – contrato de US\$127,8 milhões, equivalentes a R\$422,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$405,5 milhões em 31 de dezembro de 2016), com taxa de juros de 7,56% a 7,80% ao ano, com vencimentos em maio de 2027.
- CSN Islands XII – contrato de US\$226,4 milhões, equivalentes a R\$748,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 (718,6 milhões em 31 de dezembro de 2016), com taxa de juros de 7,62% a 7,95% ao ano, com vencimento final em abril de 2024 e fevereiro de 2025.

As notas de crédito à exportação (NCE) possuem vencimentos escalonados entre o período de 2018 e 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

• **Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2017, o montante principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

<b>Consolidado e Controladora</b>		
2019	573.999	24%
2020	242.273	10%
2021	241.669	10%
2022	240.870	10%
2023	1.658	-
Após 2023	1.141.224	46%
	<b>2.441.693</b>	<b>100%</b>

• **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.220.833</b>	<b>3.448.909</b>	<b>3.220.833</b>	<b>4.676.598</b>
Amortização principal	(7.724)	(4.619)	(7.103)	(1.100.034)
Pagamentos de encargos	(332.465)	(402.578)	(332.387)	(433.232)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	308.636	397.929	308.558	411.382
Variação cambial	16.626	(222.716)	16.626	(337.790)
Outros	11.872	3.908	11.251	3.909
<b>Saldo final</b>	<b>3.217.778</b>	<b>3.220.833</b>	<b>3.217.778</b>	<b>3.220.833</b>

• **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o *EBITDA* atinja os patamares previstos em referidos contratos. Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui provisionado R\$17.430 no Consolidado e na Controladora de comissão por assunção de riscos.

Os contratos celebrados com o BNDES possuem garantia real representada pelos bens financiados.

## **14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

As informações contábeis sobre os instrumentos financeiros são apresentadas com base nos dados consolidados.

• **Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)**

	Nota explicativa	31/12/2017			31/12/2016		
		Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos - Método do Custo	Saldo	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos - Método do Custo	Saldo
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalente de caixa	3	2.761.194	-	2.761.194	1.444.089	-	1.444.089
Aplicações Financeiras	4	3.715	-	3.715	-	-	-
Contas a receber de clientes	5	611.490	-	611.490	626.640	-	626.640
Dividendos	8	20.409	-	20.409	18.475	-	18.475
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.396.808</b>	<b>-</b>	<b>3.396.808</b>	<b>2.089.204</b>	<b>-</b>	<b>2.089.204</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	13	-	781.741	781.741	-	86.069	86.069
Fornecedores		-	696.804	696.804	-	355.259	355.259
Dividendos	12.b	-	1.527.728	1.527.728	-	1.314.226	1.314.226
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	13	-	2.441.693	2.441.693	-	3.144.444	3.144.444
<b>Total do Passivo</b>		<b>-</b>	<b>5.447.966</b>	<b>5.447.966</b>	<b>-</b>	<b>4.899.998</b>	<b>4.899.998</b>

**II - Gestão de riscos financeiros:**

A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e ao risco de liquidez.

A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**14.a) Risco de taxa de câmbio**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar ou Euro e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração considerou não ser necessária a contratação e instrumentos derivativos ou a adoção da contabilidade de hedge. A exposição consolidada em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2017	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em € mil)
Caixa e equivalente no exterior	688.874	1.738
Contas a receber - clientes mercado externo	169.699	-
Outros Ativos	359	706
<b>Total ativo</b>	<b>858.932</b>	<b>2.444</b>
Fornecedores	(354.231)	-
Empréstimos intercompany	(7.756)	-
Outros Passivos	(2.365)	(3.334)
<b>Total passivo</b>	<b>(364.352)</b>	<b>(3.334)</b>
<b>Exposição natural</b>	<b>494.580</b>	<b>(890)</b>

**14.b) Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2017.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2017			
	Taxa de câmbio Provável	Cenário		Cenário 2
		Cenário 1	Cenário 2	
USD	3,3080	3,2381	4,1350	4,9620
EUR	3,9693	4,0295	4,9616	5,9540

Juros	Taxa de juros	31/12/2017	
		Cenário 1	Cenário 2
CDI	6,89%	8,61%	10,34%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Valor de referência	Risco	31/12/2017		
			Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Posição cambial natural	494.580	Dólar	(34.571)	409.018	818.036
Posição cambial natural	(890)	Euro	(54)	(883)	(1.766)

(\*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as cotações disponíveis no site do Banco Central do Brasil em 16/02/2018.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**

Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2017.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Valor referência	Cenário Provável (*)	Impacto no resultado em 31/12/2017	
				Cenário 1	Cenário 2
TJLP	7,00	(25.045)	(59)	(438)	(876)
CDI	6,89	(1.537.235)	(26.533)	(26.479)	(52.958)

(\*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2017 registrados no ativo e passivo da companhia

#### 14.c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota de empréstimos e financiamentos.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>					
Empréstimos e financiamentos	781.741	816.272	484.197	1.141.224	3.223.434
Fornecedores	696.804				696.804
Dividendos	1.527.728	-	-	-	1.527.728
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>					
Empréstimos e financiamentos	86.069	1.293.618	724.811	1.126.015	3.230.513
Fornecedores	355.259				355.259
Dividendos	1.314.226	-	-	-	1.314.226

#### III - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributos parcelados (Nota 18)	7.983	7.586	7.983	7.586
Imposto de renda e Contribuição social	50.830	47.906	38.017	44.619
CFEM/TFRM	20.282	15.296	20.282	15.296
ICMS	1.735	1.125	1.735	1.125
ISS	2.004	1.760	2.004	1.760
Outros tributos	3.411	3.274	3.008	2.981
<b>Total</b>	<b>86.245</b>	<b>76.947</b>	<b>73.029</b>	<b>73.367</b>

### 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributos parcelados (Nota 18)	75.849	77.684	75.849	77.684
Participação sobre lucro - empregados	10.483	49.606	10.483	49.301
Provisão fretes	67.148	34.803	63.969	-
Reembolso de Demurrage/Dispatch <sup>(1)</sup>	-	-	39.128	27.595
Demurrage/Dispatch com terceiros	778	11.049	-	1.654
Provisões de consumo	108.944	79.517	107.440	75.970
Covenants (Nota 13)	17.430	17.430	17.430	17.430
Outras obrigações	11.272	11.139	9.038	8.651
<b>Total</b>	<b>291.904</b>	<b>281.228</b>	<b>323.337</b>	<b>258.285</b>
Circulante	216.055	203.450	247.488	180.601
Não circulante	75.849	77.778	75.849	77.684
<b>Total</b>	<b>291.904</b>	<b>281.228</b>	<b>323.337</b>	<b>258.285</b>

1.- Reembolso das despesas de demurrage/dispatch ocorrido nos embarques de minérios de ferro para a CSN Mining, o saldo remanescente refere-se aos embarques realizados durante o ano de 2016 e 2017 com liquidação prevista para o primeiro trimestre de 2018.

### 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### 17.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>(Despesa) Receita com imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente	(279.672)	(155.500)	(252.421)	(116.734)
Diferido	(138.924)	(159.794)	(138.924)	(159.794)
	<b>(418.596)</b>	<b>(315.294)</b>	<b>(391.345)</b>	<b>(276.528)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>	<b>1.295.579</b>	<b>978.138</b>
Alíquota	34%	34%
<b>IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(440.497)</b>	<b>(332.567)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>		
Equivalência Patrimonial	23.269	19.569
Outras exclusões (adições) permanentes	(7.768)	5.744
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	7.814	19.930
Ajuste Transfer Price	(13.183)	(36.960)
IR/CS sobre lucros no exterior	(508)	(318)
IR/CS sobre Ganho de Capital	-	5.207
Doações incentivadas	12.277	4.101
<b>IR / CSLL no resultado do período</b>	<b>(418.596)</b>	<b>(315.294)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>32%</b>	<b>32%</b>

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>	<b>1.268.328</b>	<b>939.372</b>
Alíquota	34%	34%
<b>IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(431.232)</b>	<b>(319.386)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>		
Equivalência Patrimonial	49.090	65.084
Outras exclusões (adições) permanentes	(7.789)	5.744
Ajuste Transfer Price	(13.183)	(36.960)
IR/CS sobre lucros no exterior	(508)	(318)
IR/CS sobre Ganho de Capital	-	5.207
Doações incentivadas	12.277	4.101
<b>IR / CSLL no resultado do período</b>	<b>(391.345)</b>	<b>(276.528)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>31%</b>	<b>29%</b>

**17.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado e Controladora			
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
	31/12/2016	Resultado Abrangente	Resultado	31/12/2017
<b>Diferido Passivo</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>250.777</b>	<b>1.074</b>	<b>138.924</b>	<b>390.775</b>
- Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	(56.966)		56.967	1
- Contribuição social sobre base negativa	(20.510)		20.510	
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(20.147)		(835)	(20.982)
- Provisões para Passivos Ambientais	(2.246)		(1.648)	(3.894)
- Perdas estimadas em Ativos	(30.511)		(134)	(30.645)
- Perdas estimadas em Estoques	(16.117)		(3.095)	(19.212)
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	2.444	1.289		3.733
- Provisão para Consumos e Serviços	(28.021)		17.156	(10.865)
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(774)		(12)	(786)
- Provisão A.R.O	(7.149)		(2.200)	(9.349)
- Combinação Negócios Mineração	329.562		(11.018)	318.544
- Variações Cambiais não realizadas	67.542		14.893	82.435
- Provisão Covenants	(5.926)			(5.926)
- Amortização de ágio	57.274		57.274	114.548
- Outras	(17.678)	(215)	(8.934)	(26.827)
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>250.777</b>	<b>1.074</b>	<b>138.924</b>	<b>390.775</b>

## 18. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do REFIS e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme Notas 15 e 16, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
REFIS Federal Lei 11.941/09 <sup>(1)</sup>	2.000	19.467	2.014	19.779
REFIS Federal Lei 12.865/13 <sup>(2)</sup>	5.983	56.382	5.572	57.905
	<b>7.983</b>	<b>75.849</b>	<b>7.586</b>	<b>77.684</b>

1. Débitos sucedidos na incorporação da Namisa relativos ao programa de parcelamento introduzido pela Lei 11.941/2009, em razão da reabertura dos prazos para adesão trazida pelas Leis nº 12.865/13 e 12.996/14.

2. Débitos sucedidos na incorporação da Namisa decorrente do parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13 de débitos de IRPJ e da CSLL incidentes sobre os lucros das controladas situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 19. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIARIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E AMBIENTAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado e controladora			
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais <sup>(*)</sup>	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais <sup>(*)</sup>
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Trabalhistas	49.897	29.283	46.251	10.790
Cíveis	10.209		7.845	
Ambientais	3.131		5.247	
Fiscal	805			
	<b>64.042</b>	<b>29.283</b>	<b>59.343</b>	<b>10.790</b>
Não circulante	64.042	29.283	59.343	10.790
	<b>64.042</b>	<b>29.283</b>	<b>59.343</b>	<b>10.790</b>

(\*) Os depósitos judiciais estão alocados em nosso balanço patrimonial na rubrica "Outros ativos não circulantes" - vide nota 8.

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2017 pode ser assim demonstrada

Natureza	Consolidado e Controladora				
	31/12/2016	Adição	Atualização Líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2017
Trabalhista	46.251	23.909	12.878	(33.141)	49.897
Cível	7.845	9.525	831	(7.992)	10.209
Ambiental	5.247	2.897	28	(5.041)	3.131
Fiscal		805			805
<b>Total</b>	<b>59.343</b>	<b>37.136</b>	<b>13.737</b>	<b>(46.174)</b>	<b>64.042</b>

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, os quais, em 31 de dezembro de 2017, somavam R\$5.122.719 (R\$3.966.720 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$227.321 em processos trabalhistas (R\$132.090 em 31 de dezembro de 2016), R\$506.138 em processos cíveis (R\$ R\$33.045 em 31 de dezembro de 2016), R\$4.365.103 em processos fiscais (R\$3.772.269 em 31 de dezembro de 2016) e R\$24.157 em processos ambientais (R\$29.315 em 31 de dezembro de 2016).

A seguir, uma breve descrição dos processos fiscais mais relevantes, com avaliação de perda possível:

Principais processos	31/12/2017	31/12/2016
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa.	2.623.179	2.457.855
Autos de Infração - ICMS - remessa e retorno de mercadoria para Industrialização.	443.359	368.174
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2008.	348.554	328.448
CFEM- Cobranças administrativas por suposto não recolhimento de CFEM em razão de divergências sobre a base de cálculo.	223.007	36.930
Auto de Infração - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior.	203.185	185.249
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).	523.820	395.613
<b>Total</b>	<b>4.365.103</b>	<b>3.772.269</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 20. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado e Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Passivo Ambiental	6.968	7.185
Desativação de ativos	61.708	56.571
	<b>68.676</b>	<b>63.756</b>

### 20.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2017 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia no Estados de Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25.

### 20.b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Em 2015 a Companhia concluiu, com a assessoria de empresa especializada, um novo relatório de certificação das reservas minerais das minas Casa de Pedra e Engenho. Este relatório certificou reservas de 3.021 milhões de toneladas de minério de ferro.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.a) Capital social integralizado

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e realizado, é de R\$6.103.873, dividido em 181.001.902 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral

Durante os meses de novembro e dezembro de 2015 foi realizada uma reorganização societária na CSN que resultou no aumento de capital da CSN Mineração com a finalidade de transferência dos acervos de Casa de Pedra, TECAR, 8,63% das ações da MRS e 60% das ações da Namisa. Esse aumento de capital totalizou R\$15.000, por meio de trespasse de estabelecimento comercial, com emissão de 87.278.739 milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal subscritas e integralizadas pela CSN, aprovado na Assembleia geral extraordinária de 30 de novembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015. Essa subscrição de capital gerou ágio na emissão de ações no valor de R\$141.723 decorrente da diferença do preço de emissão para o valor contábil do acervo transferido pela CSN.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Adicionalmente, como parte da reorganização societária, houve uma redução no capital da CSN Mineração no valor de R\$1.000, com o cancelamento de 1.000.000 de ações ordinárias, decorrente a cisão de certos ativos minerários não relacionados a minério de ferro que estavam registrados na CSN Mineração.

Como parte da transação de aquisição do controle da Namisa, em 30 de novembro de 2015 houve um aumento de capital no valor de R\$6.056.538, com a emissão de 30.112.300 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas com ações representativas de 40% do capital da Namisa detidas pelo Consórcio Asiático. Também como parte da transação, imediatamente após essa integralização, o Consórcio Asiático vendeu 7.529.878 de ações ordinárias.

**21.b) Capital social autorizado**

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017 define que o capital social pode ser elevado a até 300.000.000 de ações ordinárias, por decisão do Conselho de Administração.

**21.c) Reserva de capital**

A reserva de capital no montante de R\$141.723 refere-se ao excedente entre o valor efetivamente integralizado pela CSN no montante de R\$156.723 e o valor destinado ao capital social o valor de R\$15.000.

**21.d) Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

**21.e) Composição Acionária**

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a composição acionária era a seguinte:

	Quantidade de ações Ordinárias	%
Companhia Siderurgica Nacional	158.419.480	87,52370%
Japão Brasil Minério de Ferro Participações	18.178.466	10,04320%
Pohang Iron and Steel Company	3.658.394	2,02120%
China Steel Corporation	745.562	0,41190%
	<b>181.001.902</b>	<b>100,0000%</b>

**21.f) Dividendos**

De acordo com o estatuto social da Companhia e o Acordo de Acionistas, do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404, serão devidos dividendos calculados conforme a seguir:

- Dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas;
- Dividendo adicional equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas, subtraindo-se os valores que forem retidos com base em orçamento de capital;
- O saldo que não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela assembleia geral, sendo certo que (i) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% do Lucro Líquido Ajustado; e (ii) a Reserva de Investimentos não poderá exceder 100% do capital social da Companhia;
- Qualquer valor não alocado conforme previsto acima será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais.

A Companhia propôs a destinação dos lucros que será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. O quadro a seguir demonstra os valores da proposta:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>876.983</b>	<b>662.844</b>
Reserva Legal	(43.850)	(33.142)
Reserva de Investimento	(416.567)	(314.850)
Dividendos mínimos obrigatórios	(208.283)	(157.426)
Dividendos adicionais propostos	(208.283)	(157.426)

A Companhia aprovou na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2018 a distribuição dos dividendos adicionais propostos referente ao exercício de 2016.

### 21.g) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido do período dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação foi calculado conforme demonstrativo abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2016</u>
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações ordinárias</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	876.983	662.844
Média ponderada da quantidade de ações	181.002	181.002
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>	<b>4,8452</b>	<b>3,6621</b>

### 21.h) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os Outros Resultados Abrangentes consistem-se basicamente ajustes atuariais no benefício pós-emprego que não transitam pelo resultado do exercício.

Os ajustes de avaliação patrimonial decorrem de combinação de negócio e transação de capital ocorridas em novembro de 2015 e julho de 2017, respectivamente.

## 22. RECEITA OPERACIONAL LIQUÍDA

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receita Bruta</b>				
Mercado interno	994.432	665.395	994.189	665.395
Mercado externo	4.724.143	4.800.769	4.290.811	3.669.030
Provisão de ajuste de preço aplicável ao contrato de venda	(26.631)	82.446	(31.210)	24.269
	<b>5.691.944</b>	<b>5.548.610</b>	<b>5.253.790</b>	<b>4.358.694</b>
<b>Deduções</b>				
Impostos incidentes sobre vendas	(190.899)	(131.470)	(190.657)	(131.470)
Abatimentos	-	(72)	-	(72)
	<b>(190.899)</b>	<b>(131.542)</b>	<b>(190.657)</b>	<b>(131.542)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>5.501.045</b>	<b>5.417.068</b>	<b>5.063.133</b>	<b>4.227.152</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Frete /Seguro marítimo	(909.446)	(849.134)	(552.785)	-
Mão de obra	(404.135)	(621.941)	(397.901)	(579.264)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(202.133)	(452.980)	(206.001)	(431.111)
Depreciação, amortização e exaustão	(480.204)	(445.781)	(478.689)	(445.761)
Serviços de terceiros (Inclusive concessionárias)	(186.072)	(418.838)	(183.931)	(380.915)
Material de terceiros	(1.309.427)	(323.321)	(1.309.427)	(323.321)
Suprimentos	(110.169)	(249.572)	(112.277)	(237.523)
Movimentação interna	-	(170.085)	-	(161.873)
Impostos e taxas	(74.224)	(140.086)	(75.644)	(133.323)
Frete ferroviário	(86.191)	(103.348)	(86.191)	(103.348)
Arrendamento portuário	(107.296)	(101.099)	(107.296)	(101.099)
Outros	(139.665)	(197.252)	(139.871)	(191.192)
<b>Total por natureza</b>	<b>(4.008.962)</b>	<b>(4.073.437)</b>	<b>(3.650.013)</b>	<b>(3.088.730)</b>
Custo dos produtos vendidos	(2.935.754)	(3.030.306)	(2.950.211)	(2.936.246)
Despesas com vendas	(926.885)	(877.270)	(571.039)	(25.965)
Despesas gerais e administrativas	(146.323)	(165.861)	(128.763)	(126.519)
<b>Total por alocação</b>	<b>(4.008.962)</b>	<b>(4.073.437)</b>	<b>(3.650.013)</b>	<b>(3.088.730)</b>

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo de Produção	480.192	442.602	478.687	442.602
Despesa Vendas	1		1	
Despesa Gerais e Administrativas	11	3.179	1	3.159
	<b>480.204</b>	<b>445.781</b>	<b>478.689</b>	<b>445.761</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS	-	6.994	-	6.994
Utilização de fundo de reversão CBS	7.504	7.018	7.504	7.018
Indenizações	-	22.643	-	22.643
Ganho na aquisição de investimento	-	25.252	-	-
Despesa plano de pensão (Nota 26.c)	844	-	844	-
Outras receitas	3.310	4.417	2.983	4.384
	<b>11.658</b>	<b>66.324</b>	<b>11.331</b>	<b>41.039</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Impostos e contribuições <sup>(1)</sup>	(40.465)	(69.584)	(40.484)	(4.360)
Provisão para perda depósito judicial trabalhista	(1.681)	(3.646)	(1.681)	(3.646)
Reversão/(provisão) de passivo ambiental	(1.645)	(4.285)	(1.645)	(4.285)
Reversão/(provisão) previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões (Nota 19)	(4.699)	(15.523)	(4.699)	(15.523)
Contingências previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais realizadas	(6.746)	(6.506)	(6.746)	(6.506)
Provisão de perda estimada e baixa de ativos (Nota 10)	(14.591)	(43.322)	(14.591)	(43.322)
Provisão de perdas estimadas com estoques de sobressalentes (Nota 6)	(9.839)	(13.464)	(9.839)	(13.464)
Despesa plano de pensão (Nota 26.c)		(96)		(96)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(2.580)	(1.374)	(2.580)	(1.374)
Reversão/(provisão) reestruturação industrial		2.460		2.460
Sinistros	(9.945)		(9.945)	
Outras despesas	(13.409)	(8.988)	(11.791)	(6.920)
	<b>(105.600)</b>	<b>(164.328)</b>	<b>(104.001)</b>	<b>(97.036)</b>
<b>Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos</b>	<b>(93.942)</b>	<b>(98.004)</b>	<b>(92.670)</b>	<b>(55.997)</b>

1.Reconhecimento imposto "Derrama" 2014 e 2015 devido nas empresas sediadas na Ilha da Madeira / Portugal, pagamento realizado em julho e dezembro de 2016, respectivamente.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas financeiras:</b>				
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(222.335)	(307.950)	(222.257)	(307.950)
Partes relacionadas (Nota 12.b)	(86.301)	(89.979)	(86.301)	(103.432)
Juros Capitalizados (Nota 10)	70.649	88.120	70.649	88.120
Juros, multas e moras fiscais	(6.720)	(18.768)	(6.716)	(11.197)
Outras despesas financeiras	(22.953)	(42.899)	(22.879)	(41.811)
	<b>(267.660)</b>	<b>(371.476)</b>	<b>(267.504)</b>	<b>(376.270)</b>
<b>Receitas financeiras:</b>				
Partes relacionadas (Nota 12.b)	1.319	-	1.319	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	43.863	20.821	26.185	16.170
Outros rendimentos	5.608	8.855	5.603	8.649
	<b>50.790</b>	<b>29.676</b>	<b>33.107</b>	<b>24.819</b>
Variações monetárias líquidas	8.674	112	651	(236)
Variações cambiais líquidas	48.943	28.389	48.987	28.956
Variações monetárias e cambiais líquidas	<b>57.617</b>	<b>28.501</b>	<b>49.638</b>	<b>28.720</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(159.253)</b>	<b>(313.299)</b>	<b>(184.759)</b>	<b>(322.731)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

## **26. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO**

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

### **26.a) Descrição dos planos de pensão**

#### Plano Misto de Benefício Suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio-doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev

#### Plano CBSPREV

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício

#### Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício.

O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde 2017.

### **26.b) Política de investimento**

A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM ("Asset Liability Management"), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**26.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar**

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	6.941	8.243
Valor justo dos ativos do plano	(22.742)	(18.991)
Déficit/(Superávit)	(15.801)	(10.748)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	418	-
<b>Passivo / (Ativo) líquido</b>	<b>(15.383)</b>	<b>(10.748)</b>
<b>Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativos</b>	<b>(15.383)</b>	<b>(10.748)</b>
<b>Passivo/ (Ativo) Líquido reconhecido no Balanço patrimonial</b>	<b>(15.383)</b>	<b>(10.748)</b>

O valor reconhecido na demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas" foi uma despesa de R\$ 844 em 31 de dezembro de 2017 (receita de R\$ 96 em 31 de dezembro de 2016), decorrente do cálculo atuarial.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes, totalizou um ganho atuarial de R\$11.382 (em 31 de dezembro de 2016, totalizou uma perda atuarial de R\$ 7.591).

A perda ou o ganho atuarial são decorrentes de flutuação nos investimentos que compõem a carteira de ativos do plano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

**As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes**

	31/12/2017	31/12/2016
Método Atuarial de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda Funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	10,42%	11,68%
Taxa de inflação	5,00%	5,50%
Taxa de aumento nominal do salário	6,05%	6,56%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,00%	5,50%
Taxa de retorno dos investimentos	10,42%	11,68%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio: AT Segregada por sexo (suavizada em 10%)	Plano Milênio: AT Segregada por sexo (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Prudential (Ferr. aposent.)	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD 100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD 100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.
Idade de aposentados	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido.	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido.

Seguem os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de pensão:

<b>Pagamento de benefícios esperados</b>	<b>2017</b>
Ano 1	478
Ano 2	526
Ano 3	581
Ano 4	640
Ano 5	700
Próximos 5 anos	4.404
<b>Total de pagamento esperados</b>	<b>7.329</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**27. COMPROMISSOS**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía contratos com cláusulas de “take-or-pay” e de concessões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**27.a) Contratos “take-or-pay”**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período						Após 2021	Total
	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
Transporte de minério de ferro, carvão, coque e outros produtos de mineração.	750.080	738.820	711.251	711.251	711.251	711.251	3.496.987	6.341.991
Prestação de serviço de desestiva de minérios no porto de Itaguaí	6.215	5.077	1.950	-	-	-	-	1.950
<b>total</b>	<b>756.295</b>	<b>743.897</b>	<b>713.201</b>	<b>711.251</b>	<b>711.251</b>	<b>711.251</b>	<b>3.496.987</b>	<b>6.343.941</b>

**27.b) Contratos de concessão**

Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2017, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Concessão							
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O contrato foi renovado antecipadamente e sua expiração ocorrerá em 2047.	107.296	107.296	107.296	107.296	2.789.696	3.218.880

**28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como mineração. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos

As vendas por área geográfica estão demonstradas abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Asia	4.066.429	74%	4.137.710	76%
Europa	445.610	8%	569.826	11%
Oriente Médio	185.473	3%	175.679	3%
Mercado interno	803.533	15%	533.853	10%
	<b>5.501.045</b>		<b>5.417.068</b>	

**29. SEGUROS**

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN Mineração. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros do acionista controlador CSN.

Em 2017, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de setembro de 2017 a 31 de março de 2019. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$100 milhões para locais com atividade de Mineração, combinado para Danos Materiais e Lucros Cessantes. Nos termos da apólice, a Companhia assume uma franquia de USD 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

### 30. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 14 de julho de 2017 a Companhia concluiu a aquisição da CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A, a empresa prestadora de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens, que até esta data era controlada pela CSN, o valor da aquisição foi de R\$ 99.452. O acervo da CGPAR foi incorporado à Companhia em 31 de agosto de 2017.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre os ativos e passivo da referida transação.

	<b>Acervo CGPAR</b>
<b>Ativo</b>	
<b>Circulante</b>	
Caixa	3.402
Contas a receber	19.916
Impostos a recuperar	439
Outros ativos	4.211
<b>Não circulante</b>	
Imobilizado e Intangível	5.853
<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	
Empréstimos e financiamentos	7.815
Fornecedores a pagar	177
Impostos a pagar	140
Dividendos	5.219
Outras contas pagar	6.361
<b>Acervo Líquido</b>	<b>14.110</b>

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Janeiro/2018

Em fevereiro de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R\$2,0 bilhões com o Banco do Brasil S.A. ("BB"), referente às suas próprias emissões de Notas de Crédito à Exportação, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até dezembro 2024.

Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras do exercício de 2015 e 2016. Foi aprovada a distribuição de dividendos no montante R\$315 milhões relativos ao resultado de 2016, com o pagamento efetuado em 09 de fevereiro de 2018.

- Junho/2018

Em 28 de junho de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante R\$417 milhões relativos ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujos pagamentos foram realizados em 31 de julho de 2018 e 24 de agosto de 2018.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- Setembro/2018

Em setembro de 2018, a Companhia firmou acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT), o que resultou no acordo de uma indenização nominal de R\$188 milhões a ser realizada em 8 parcelas anuais iguais de 2019 até 2026.

- Dezembro/2018

A Companhia aprovou na Reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2018, a amortização antecipada dos contratos de pré-pagamento de exportação com a CSN Islands XII e CSN Resources no montante de US\$345 milhões com vencimentos previstos entre 2024 e 2027. No primeiro trimestre de 2019 a Companhia efetuou o pagamento de US\$224,8 milhões, equivalentes a R\$833,4 milhões para liquidação total do contrato.

- Fevereiro/2019

Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia concluiu as negociações para um contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento em dinheiro no valor de US\$500 milhões referente a um contrato de fornecimento de minério de ferro de aproximadamente 22 milhões de toneladas a ser executado num prazo de 5 anos. O recebimento ocorreu em 20 de março de 2019.

- Julho/2019

Em 11 de Julho de 2019, a Companhia concluiu as negociações para um aditivo ao contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento adicional em dinheiro no valor de US\$250 milhões referente a um contrato de fornecimento de minério de ferro de 10,4 milhões de toneladas, com prazo de execução também de 5 anos. O recebimento ocorreu em 5 de agosto de 2019.

- Dezembro/2019

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração durante do exercício corrente, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intermediários com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio, conforme abaixo, com pagamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As deliberações foram nas seguintes datas:

- 1º de abril de 2019 - dividendos referentes ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 – R\$1.008 milhões, pagos em 1º de abril de 2019;
- 24 de maio de 2019 – dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$1.018 milhões, pagos em 27 de maio de 2019;
- 18 de julho de 2019 – dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$839 milhões, pagos em duas parcelas iguais em 19 de julho de 2019 e 9 de agosto de 2019;
- 12 de setembro de 2019 – Antecipação de dividendos do exercício a findar em 31 de dezembro de 2019 e juros sobre capital próprio – R\$1.226 milhões, pagos em 17 de setembro de 2019;
- 04 de novembro de 2019 - dividendos com reversão de reservas de lucros e juros sobre capital próprio - R\$500 milhões, pagos em duas parcelas, sendo uma de R\$300 milhões em 4 de novembro de 2019 e uma de R\$200 milhões em 5 de dezembro de 2019;
- 19 de dezembro de 2019 - dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$300 milhões, pagos em 20 de dezembro de 2019;

#### **Covid-19**

Em dezembro de 2019, os primeiros casos de Covid-19 começaram a aparecer em diversos países no mundo e em março de 2020 a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia do vírus. Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas de precaução em todas as suas áreas para reduzir a exposição de seus colaboradores e garantir a continuidade de seus negócios. A pandemia causou diversos efeitos nos mercados globais e, a partir da última semana de março de 2020, as atividades econômicas também no Brasil foram reduzidas drasticamente, impondo restrições e medidas de distanciamento social a fim de reduzir a circulação do vírus. O orçamento de investimentos da Companhia para 2020 foi reduzido considerando os potenciais efeitos adversos da desaceleração econômica global, tendo sido priorizada a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança. A Companhia avaliou eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis e considerou não haver riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que pudessem produzir efeitos significativos nos negócios da Companhia e consequentemente em sua posição patrimonial e financeira.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A Companhia não sofreu e não espera sofrer impactos significativos em seus negócios decorrentes dessa pandemia nos negócios, nem em sua posição financeira e resultados. A Companhia mantém todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

- Julho/2020

Em julho de 2020 a Companhia contratou hedge de minério de ferro com trava do índice PLATTS para uma quantidade limitada de minério em 2,9 milhões de toneladas com embarques compreendidos entre agosto e novembro de 2020. Em virtude da recente alta do índice PLATTS, no período avaliado, a Companhia reconheceu perdas de R\$283 milhões, as quais foram realizadas e liquidadas até 2 de dezembro de 2020.

Em 16 de julho de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante R\$2.439 milhões, dos quais R\$1.359 milhões foram pagos a título de antecipação de dividendos no decorrer do ano de 2019 e R\$1.080 milhões foram pagos no dia 17 de julho de 2020.

Em 16 de julho de 2020, a Companhia concluiu as negociações para um contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento em dinheiro no valor de US\$115 milhões referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 4 milhões de toneladas de minério de ferro, a ser executado num prazo de cinco anos, cujo recebimento antecipado ocorreu em 28 de agosto de 2020.

- Outubro/2020

Em 15 de outubro de 2020, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos no montante R\$1.300 milhões, o pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, na proporção de 1:30, pelo qual o capital social da Companhia passará a ser representado por 5.430.057.060 (cinco bilhões, quatrocentos e trinta milhões, cinquenta e sete mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- Dezembro/2020

Em 17 de dezembro de 2020 a Companhia contratou hedge de minério de ferro com trava do índice PLATTS para uma quantidade limitada de minério em 1,24 milhões de toneladas com embarques compreendidos entre janeiro e fevereiro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de juros sobre capital próprio no montante R\$405 milhões, com pagamento realizado em 12 de janeiro de 2021.

- Janeiro/2021

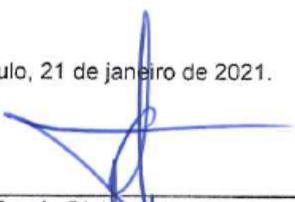
Em 21 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos no montante R\$1.068 milhões, a serem pagos até 31 de janeiro de 2021.

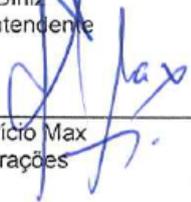
\* \* \*

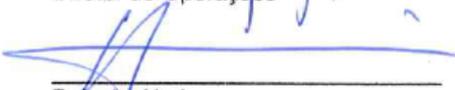
## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S/A, declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021.

  
Enéas Garcia Diniz  
Diretor Superintendente

  
Armando Maurício Max  
Diretor de Operações

  
Daisuke Hori  
Diretor de Planejamento Estratégico

  
Pedro Barros Mercadante Oliva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



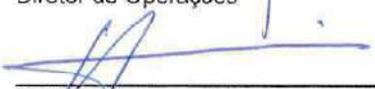
### Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

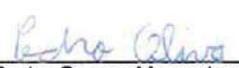
Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S/A., declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
Enéas Garcia Diniz  
Diretor Superintendente

  
\_\_\_\_\_  
Armando Mauricio Max  
Diretor de Operações

  
\_\_\_\_\_  
Daisuke Hori  
Diretor de Planejamento Estratégico

  
\_\_\_\_\_  
Pedro Barros Mercadante Oliva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

